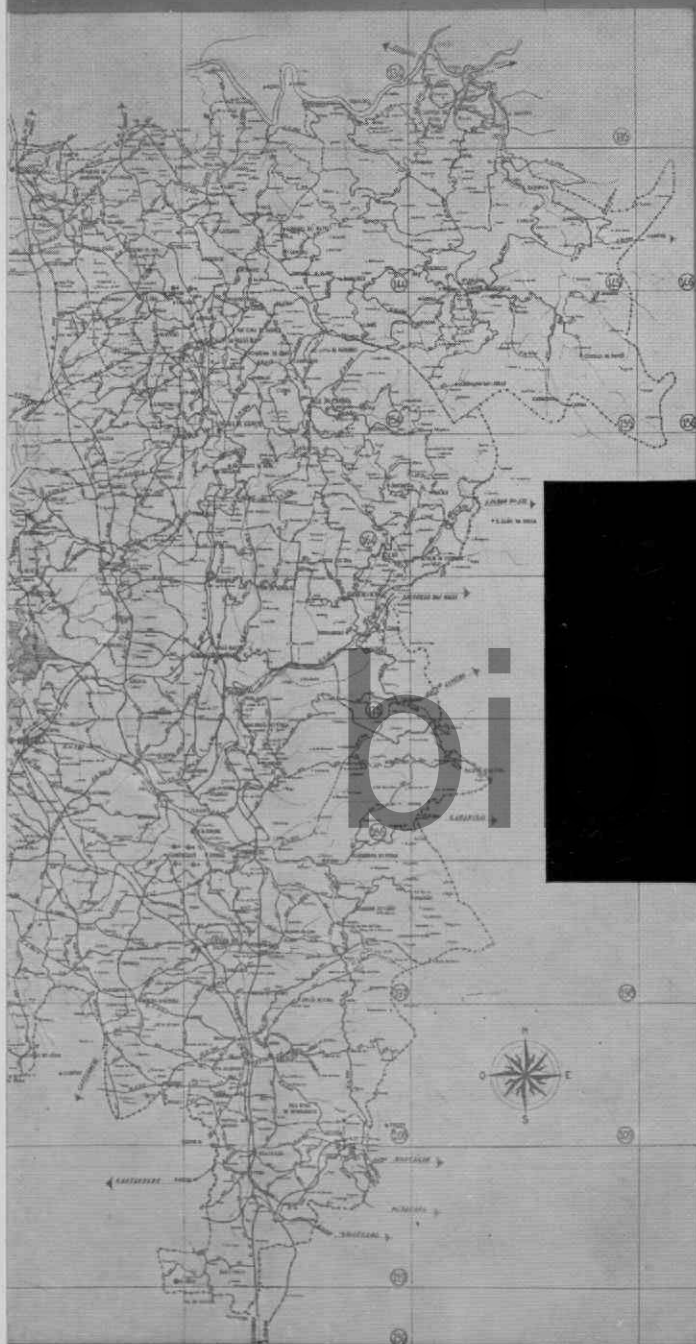




AVEIRO

E O SEU

DISTRITO



OFERTA DA
JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

AVEIRO
E O SEU
DISTRITO

DIRECÇÃO
EDIÇÃO
PROPRIEDADE

DA

JUNTA DISTRITAL DE AVEIRO

bibRIA



Assinatura anual 20\$00

Número avulso 10\$00

*A Direcção da revista não se considera vinculada
às opiniões dos autores que publica.*

SECRETARIA
MUNICIPAL DE AVERO

AVERO
MUNICÍPIO
DISTRITO

bibRIA

Página Heráldica



Brasão em uso no Concelho de Oliveira do Bairro

bibRIA



bibRIA

Criação da Universidade de Aveiro

Pelo Dr. Orlando de Oliveira

Reitor do Liceu Nacional de Aveiro

A decisão tomada agora pelo Governo visa, fundamentalmente, a criação de novos centros de Ensino Superior, a natureza preferencial dos seus cursos e a sua localização.

Limitar-me-ei, portanto, a anunciar as conclusões aprovadas pelo Governo:

a) Sem prejuízo de transformações a introduzir para valorizar as universidades actuais, são criadas:

1 — ...

2 — Uma universidade no Centro, possivelmente na região de Aveiro;

(Do discurso pronunciado pelo Ex.^{mo} Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor José Veiga Simão, perante a Televisão e Emissora Nacional, em 19 de Dezembro de 1972.

A Revista «Aveiro e o seu Distrito», no reconhecimento do altíssimo valor e transcendente significado que representa para o distrito de Aveiro um acto tão significativo como o desta criação, realizada pelo Governo de Marcello Caetano e anunciado ao País pelo Ministro da Educação Nacional, Professor Doutor José Veiga Simão, no discurso memorável de 19 de Dezembro passado, não podia deixar passar a ocorrência sem a ela se referir.

Com efeito, sendo a mesma Revista órgão oficial da Junta Distrital de Aveiro, ela tem deveres a cumprir perante factos meritórios e relevantes que respeitem à área da jurisdição da referida Junta; e este é sem dúvida um dos mais assinaláveis da história local. Mereceria artigo longo e detalhado, porque haveria muito que contar, mas o tempo não permite a delonga aconselhável e vamos deter-nos somente sobre os limites estreitos da «porta estreita», embora sabendo que essa porta, uma vez aberta, dá franco acesso a larguíssimas avenidas e a infundáveis horizontes, todos sustentados e equilibrados pela robustíssima alavanca que é a nova instituição escolar.

O Doutor Veiga Simão é ministro precisamente há 3 anos e neste lapso de tempo, que para muitos mal chega para conhecerem os escaninhos do seu gabinete, tem produzido obra de tal vulto, de tanta magnitude e de tão elevada dignidade, que, perante

uma figura tão próxima do lendário, só uma atitude há que tomar, respeitosa admiração, consideração ilimitada e gratidão profundíssima por tanto ter feito pelo Povo de Portugal.

Ele, o Ministro, senhor de invejável lucidez e de poder dialéctico imperativo, é servido por espantosas qualidades de trabalho, por inigualáveis dotes de orientador de equipas e de estratégia humano e ainda pela generosidade de uma juventude vigorosa que quis e soube pôr ao serviço dos portugueses, como ele próprio disse na cidade da Guarda: — «uma vida que eu desejo seja de serviço à Juventude Portuguesa».

Porque é professor, ele tem a paixão pela Escola e o carisma que é apanágio e marca indelével de todo o autêntico professor.

Poderemos cantar hossanas:

— Honra ao Ministro e Homem de Estado!

— Honra ao Professor!

— Honra ao Beirão!

— Honra ao Homem generoso, jovem e bom!

Refreemos o nosso entusiasmo e façamos os limites da «porta estreita»:

— Porquê, mais Universidades?

— Porquê, uma em Aveiro?

— Porquê a nossa exultação de alegria e gratidão?



Sua Excelência o Presidente do Conselho, Professor Doutor Marcello Caetano.

O próprio Ministro anunciou em 6 de Janeiro de 1971 a «Reforma Geral do Ensino» e, entre muito mais, disse o que vamos respigar.

«Este grau de ensino (Superior) é factor da mais alta importância na reconversão de todo o sistema educativo.

Assim, sustenta-se o princípio de que as Universidades têm como funções principais o ensino de nível mais elevado e a investigação nos vários ramos do conhecimento e estabelece-se a necessidade da existência de uma inter-relação que contribua para a formação da personalidade, conduza ao desenvolvimento do espírito científico, crítico e criador, promova o fomento e difusão da cultura, a conveniente formação e actua-

lização profissionais, bem como o alargamento da ciência. No âmbito da sua missão de serviço à comunidade, devem as Universidades considerar os problemas nacionais e **regionais** e a problemática da cultura portuguesa, numa perspectiva universalista.

O que se pretende construir é para o Povo; o que se ambiciona é assegurar a educação ao maior número de portugueses em boas condições e em igualdade de oportunidades; rejeita-se a instrumentalização da educação em favor de quaisquer interesses de minorias ou de particulares, e advoga-se uma mais compelta, livre e responsável participação de todos nas tarefas comuns.»

Mais tarde, e perante uma Comissão que lhe solicitava a criação de novos estabelecimentos de ensino, o Ministro esclareceu: «... V. Ex.^{as} compreenderam que o maior bem que podemos semear à terra é o da educação. Aquele que há-de frutificar para um futuro melhor... é, na verdade, o bem educacional. Tudo aquilo que investirmos nos nossos filhos é um investimento cuja rentabilidade está devidamente assegurada. E só assim poderemos de facto procurar com decisão um Portugal melhor».

Com o que fica transcrito, dois sentimentos afloram ao nosso pensamento: a solidez monolítica do ideário de um Ministro que sabe perfeitamente o que quer e o vai mostrando e demonstrando à medida que as oportunidades vão surgindo; e a prudência do Político hábil que tem muitos problemas em estudo e sobre todos eles tem largo conhecimento, mas consegue falar de todos e a todos sem deixar escapar uma única palavra de compromisso, possivelmente inconveniente para um futuro mais ou menos próximo.

Estamos agora em Março de 1971 e, com a presença do Chefe do Estado, inauguraram-se os Conservatórios de Aveiro e de Braga, ambos em edifícios mandados erguer e apetrechar pela Fundação Calouste Gulbenkian. É em Braga que o Ministro da Educação Nacional afirma:

«Dias felizes foram estes, para nós, em que visitámos estas cidades explosivas de Aveiro e de Braga, sequiosas de progresso, sequiosas de ensino, sequiosas de escolas. Dias felizes aqui vivemos, mercê da generosidade da Fundação Calouste Gulbenkian.»

Atentes-e mais uma vez na prudente, embora prometedora, referência concreta às cidades de Aveiro e de Braga, sequiosas de progresso, de ensino e de escolas. Nestas palavras se poderá sentir a acção paciente e eficaz do Governador Civil de Aveiro, Dr. Vale Guimarães, junto do Ministro que ia voltando os seus olhos para Aveiro, mercê do conhecimento cada vez mais

completo das capacidades económicas e humanas do mesmo distrito de Aveiro.

Certamente, na mesma linha de pensamento, o Ministro vem a Aveiro em 14 de Abril de 71, presidir à abertura do VI Congresso do Ensino Liceal, e dirige ao Governador a frase curta mas incisiva que fixámos: «É com imenso prazer que saúdo estas terras e as suas gentes, na pessoa de V. Ex.^a, Senhor Governador Civil, fiel intérprete deste espírito singular, a que se chama **aveirismo**».

Estas terras de Aveiro estão fadadas para grandes cometimentos. Não haja dúvidas.

Este VI Congresso do Ensino Liceal foi resolvido aquando de uma primeira visita ministerial ao Liceu de Aveiro, em Julho de 1970 e, quando os estudantes João Raposo, Mário Manuel Albergaria e Maria de Lurdes Albergaria, saudaram aquele membro do Governo, em nome dos seus jovens camaradas, tiveram a **ousadia** de pedir estudos superiores para Aveiro, a resposta foi de tal modo animadora que teve o condão de desencadear uma alterosa onda de candidaturas em todo o País, desde Trás-os-Montes ao Algarve. Passados uns meses, em 17 de Abril de 1971, o Ministro Veiga Simão voltou ao Liceu de Aveiro para encerramento do referido Congresso e, mais uma vez, um grupo de estudantes encabeçado pelo Albano Breda, saudou e repetiu o pedido de estudos universitários, provocando a seguinte resposta:

«Agradeço também a presença dos estudantes que quiseram, com a sua palavra amiga, incitar o Ministro da Educação Nacional a novas realizações. Dentre elas, está no seu espírito a criação de estudos superiores em Aveiro. Sem que possa fazer qualquer promessa com data marcada, a verdade é que, como todos sabem, o Ministro da Educação Nacional entende que os estudos superiores não devem ser apanágio exclusivo de Lisboa, Porto ou Coimbra. É necessário expandirmos esse ensino por mais centros deste País. Aveiro está nas minhas preocupações.»

Entretanto, e no mesmo dia, a Direcção do Clube dos Galitos entregava ao Professor Veiga Simão um trabalho elaborado por uma Comissão eleita em sessão realizada naquele clube, trabalho já publicado nesta Revista.

No acto de encerramento do mencionado Congresso, o Ministro ainda afirmou:

«O Senhor Governador Civil de Aveiro, à maneira **aveirística**, pediu a criação de mais escolas. Nada pode fazer mais feliz o Ministro da Educação Nacional do que multiplicar escolas. É que, multiplicar escolas, é dar de comer e de beber o que de mais belo há na vida: a cultura.»



Professor Doutor José Veiga Simão, Ministro da Educação Nacional.

Em Viseu e como desafio ao comodismo de uns tantos, o mesmo membro do Governo afirmava e informava:

«Seja como for, as reformas do sistema educativo e da Universidade serão uma realidade em 1972. Continuarei a não regatear esforços para que assim seja.»

Até que, em 19 de Dezembro findo é ainda o Ministro quem anuncia:

«A criação de novas universidades... insere-se, assim, no contexto natural da expansão do Ensino e do desenvolvimento da sociedade portuguesa.»

Com estas e com muitas outras citações que se poderiam fazer, está amplamente respondido à pergunta formulada: porquê, mais universidades.

Deste modo, não só se cumpre o salutar princípio da democratização do ensino, como se descongestionam as que já existem, como ainda podem surgir melhores oportunidades para a instalação e funcionamento de cursos de muitos ramos do saber ainda não existentes entre nós.

Porquê, uma Universidade em Aveiro?

Quanto à localização das novas universidades a criar o Ministro esclareceu:

«O conhecimento da intenção governamental de proceder a essa criação deu origem ao nascimento de desejos de várias cidades da metrópole para virem a ter a sua Universidade... A motivação desses desejos era a mais variada: esperança de uma valorização de nível cultural, facilidade de acesso para os estudantes, constituição de grupos de influência para o desenvolvimento regional, concepção de que a Universidade... possa ser o motor do desenvolvimento ou por simples razões de emulação ou de prestígio.



Governador Civil do Distrito de Aveiro,
Dr. Francisco Vale Guimarães.

Mas importa aqui recordar... os novos centros de Ensino Superior deverão ser implantados, prioritariamente, em zonas definidas a partir de critérios precisos, tais como: composição demográfica da zona e sua evolução previsível, tendo em conta, não só o centro urbano, mas também as respectivas áreas de influência.»

Foi nesta linha de rumo que o G.E.P. (Gabinete de Estudos e Planeamento) elaborou dois completíssimos estudos de que temos conhecimento, os quais forneceram ao Governo as razões das suas preferências, impessoais sim, mas de acordo com as realidades concretas que apoiariam essas mesmas preferências.

Um intitulado «Expansão do Sistema Universitário Português — Criação de novas Universidades e de novos Centros de Ensino Superior», do Dr. L. de Sousa Franco, o outro, intitulado «A localização de novos Centros Universitários», do Arquitecto J. P. Martins Barata.

O primeiro datado de 1971 e o segundo de 1972, ambos usando metodologias bem diferenciadas para

chegarem a conclusões idênticas, tudo sob a competente orientação do Director do Gabinete, Professor Eng.º Fraústo e Silva.

Após alongadas introduções sobre enunciação do problema em causa e metodologias preferenciais a seguir, enumeram-se os critérios com incidências no assunto e dividem-se esses critérios em endógenos e exógenos.

Os primeiros são:

- Potencial da população;
- Redes de comunicação;
- Simulação da distribuição espacial.

os segundos (exógenos) são:

- Condições ambientais;
- Especialização funcional;
- Base económica.

Tiveram que examinar-se as análises do potencial da população e a topológica das redes de comunicações, as técnicas de simulação de distribuição espacial e ainda as análises da especialização funcional e a da base económica.

Por esta pequena amostra se sente a grandiosidade do problema e seriedade do seu estudo.

Bastará acrescentar que logo na determinação do primeiro índice, chamado tecnicamente **potencial da população** se encontraram os valores:

Lisboa	Porto	Coimbra	Braga	Aveiro	Évora	Faro
76 600	90 400	69 200	84 900	43 100	26 900	75 900

E assim se vão fazendo cálculos e tecendo considerações ao longo de cerca de 70 folhas, para se concluir:

«A luz dos critérios expostos, é já possível determinar os méritos relativos das localizações alternativas estudadas.

Setúbal (ou uma localização equivalente na área imediatamente sob a influência de Lisboa), Braga e Aveiro, reúnem o maior número de condições.»

Está respondido? Porquê, em Aveiro?

Honra ao Ministro e ao Governo que, apesar de tudo, soube respeitar o autêntico espírito científico para cultivar o qual deseja mais Universidades.

*

É neste último período que reside o real motivo da nossa gratidão.

Além dela, sentimos também muita alegria porque,

com esta decisão governamental, Aveiro terá muitas possibilidades de resolver os seus problemas maiores.

Há, digamos, as necessidades correntes de professores do ensino secundário e do ensino superior, destes ramos e das variadíssimas especialidades; há-as ainda de médicos, de ciências humanas e de técnicos de construção naval, de electrónica, de telecomunicações, de alimentação e de pescas.

A pecuária e a agronomia são exigências prementes do distrito; a Ria constitui grande preocupação de momento e é mais que necessária a criação do «Instituto da Ria», já equacionado, para o estudo dos seus problemas económicos, biológicos, portuários, geológicos, piscatórios, humanos, sociais, etc.

A reactivação da «Casa Museu Egas Moniz» com a instalação de uma clínica neurológica e psiquiátrica será a maneira mais digna de homenagear os canseirosos

trabalhos do nosso «Prémio Nobel», cujo espírito estaria permanentemente e com alegria a patrocinar os trabalhos de assistência e investigação em curso na sua antiga tebaida.

A já preconizada «Reserva» nas terras de Arouca seria um manancial precioso para investigação sobre ciências naturais. Tanto aí como na Ria teriam largo trabalho a realizar os especialistas de Biofísica, Bioquímica e Oceanografia e Potamologia.

A muito poderosa indústria do distrito anseia por técnicos de informática.

Ora, todas estas e ainda as demais necessidades que irão surgindo poderão ser resolvidas pela Universidade de Aveiro, se ela, de facto e logo de início, souber valorizar-se com o «prestígio resultante do valor científico e cultural dos seus membros».

Assim se justifica plenamente a nossa alegria.

bibRIA

A colónia de Garças da mata de S. Jacinto — Aveiro

Por Nuno Gomes Oliveira

(Colaborador do Núcleo de Estudos Ornitológicos da Faculdade de Ciências do Porto e da Sociedade Portuguesa de Ornitologia)

Partindo de Ovar, pela Estrada Nacional 327, em direcção a S. Jacinto, a cerca de 5 km. desta última povoação, encontramos uma extensa e pujante mata, que os Serviços Florestais mandaram semear em 1888, para fixar as dunas. Situada numa longa faixa de areia, que separa a costa atlântica da margem poente do braço Norte da Ria de Aveiro, nela predomina em largo quantitativo, o pinheiro bravo, *Pinus pinaster* Sol, além de numerosas espécies arvóreas e arbustivas.

É precisamente no coração dessa mata que está estabelecida, há já mais de 20 anos, uma pequena, mas valiosa e interessante, colónia de garças.

Em Portugal, só há conhecimento da existência de mais quatro núcleos de criação de garças, a saber: No Paul do Boquilobo, na Golegã, a que faz referência o Dr. Agostinho Isidoro (1), no Leixão da Gaivota, em Portimão, de que dá notícia J. A. dos Reis Júnior (2), e na Herdade de Vale de Moura, freguesia de S. Jordão, concelho de Évora e na Barragem do Roxo, em Ervidel, de que deu conhecimento o Sr. Alberto Xavier, distinto colaborador dos Serviços de Anilhagem do

Núcleo de Estudos Ornitológicos da Faculdade de Ciências do Porto.

Torna-se evidente o interesse desta colónia no panorama ornitológico nacional e, até, internacional, pois é, certamente, a mais setentrional de todas as colónias de garças-boieiras da Europa.

A colónia de garças de S. Jacinto começou a ser estudada, pelo Prof. Dr. Santos Júnior e Dr. Osvaldo Freire (3), em 1963, até 1966. Em 1970, o estudo da colónia foi continuado por Francisco Londot (4), e por mim em 1971 (5). Em 1972 prossegui na colheita de elementos, e venho, agora, apresentar um resumo desse trabalho.

A COLÓNIA DE GARÇAS

Como disse logo de início, a colónia está estabelecida na Mata Florestal de S. Jacinto, mata esta que é cruzada por caminhos rectilíneos chamados **arrifes** e **aceiros**, orientando-se os primeiros no sentido Norte/Sul, ou seja, paralelamente à Ria e os segundos no sentido Leste/Oeste, perpendicularmente à mesma.



Fig. 1 — A mata florestal de S. Jacinto com os seus 41 talhões. Em 1972 as garças criaram no talhão n.º 12. As zonas pontuadas são terrenos particulares.

São estas veredas que delimitam os 41 talhões ou manchas em que está dividida a mata (Fig. 1).

A colónia tem vindo a ocupar vários talhões no decorrer dos anos. Com dados colhidos nos trabalhos dos autores atrás citados e com base em algumas informações do Guarda-Florestal da Mata, pude elaborar a seguinte lista:

Período de ocupação	Talhão
? — 1955	15
1956 — 1957	6
1958 — 1959	2
1960 — 1961	30
1962 — 1967	24
1968 — 1969	21
1970 — 1972	12

São duas as espécies de garças que nidificam em S. Jacinto, a saber: **Egretta garzetta** (Linn.) e a **Bubulcus ibis** (Linn.), a segunda em menor quantidade.

Para a primeira, o Dr. António Themido no seu livro **Aves de Portugal (Chaves para a sua determinação)**, n.º 213 de «Memórias e estudos do Museu Zoológico da Universidade de Coimbra», Coimbra, 1952, regista os seguintes nomes vulgares: Garça ribeirinha, garça branca, garceta, chisco, lavandeira e garzeta do mar. Em Esmoriz é conhecida pelo nome vulgar de garçote.

Esta garça é totalmente branca, dum branco puro, com bico e patas negras e pés amarelos. Os adultos, no Verão, têm um penacho na nuca, formado por duas longas e estreitas penas brancas, e escapulares compridas, formando capa difusa e pendente.

A segunda, a **Bubulcus ibis**, é conhecida por garça boieira, mas, além deste nome, o Dr. António Themido, cit., regista mais os seguintes: garça, garciote e garça da Barbaria.

Esta ave apresenta durante a época de criação



F.g. 2 — Dois ninhos num pinheiro

umas belas plumas vermelho-amareladas, na cabeça, dorso e peito, sendo branca a plumagem do resto do corpo. O bico e as patas são de tonalidade rosada.

Os juvenis diferem um pouco dos adultos, mas somente na cor do bico e das patas. Assim, os juvenis da **Egretta garzetta** apresentam bico preto, aguçado e comprido e patas pardas.

Os juvenis da **Bubulcus ibis** têm bico amarelado no vértice e escuro ou preto na base, mais curto e rombudo que o da **E. garzetta** e patas pardo-verdosas ou quase verdes. Estas diferenças foram muito úteis na distinção dos exemplares que anilhei, e de que falarei mais à frente.

Além dos caracteres citados, a respeito dos juvenis, outros há de ordem biométrica. Dos exemplares anilhados em 1972, medi um de cada espécie com o fim de os poder comparar. Segue-se o quadro das medições tiradas:

Elementos biométricos	Bubulcus ibis Anilha n.º 1803.J 26-7-72	Egretta garzetta Anilha n.º 1804.J 26-7-72
Comprimento total (6)	340 mm	360 mm
» da asa	206 mm	190 mm
» da cauda	75 mm	58 mm
» do bico	67 mm	82 mm
» do tarso	73 mm	66 mm
» do dedo médio, com unha	62 mm	60 mm
» da unha do dedo médio	12 mm	9 mm
» do dedo polegar, com unha	40 mm	38 mm
» da unha do dedo polegar	17 mm	11 mm
Altura do bico ao nível das narinas	15 mm	14 mm

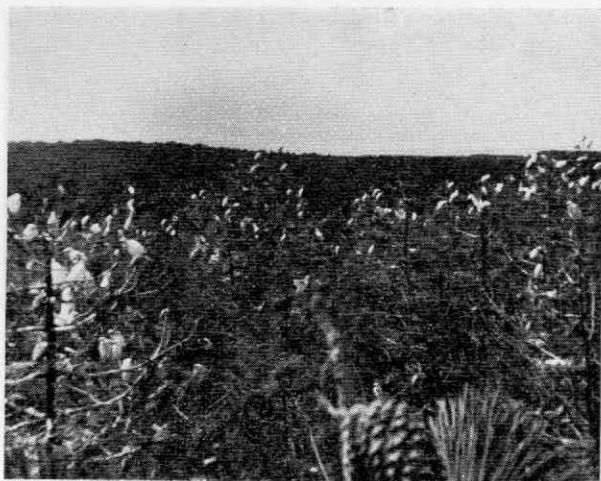


Fig. 3 — Vista geral da colónia, de cima dum pinheiro.

Os dois exemplares a que se referem as medidas acima indicadas, estavam já totalmente cobertos de penas, muito embora ainda não voassem, o que, julgo, deviam estar prestes a poder fazer.

NOTAS SOBRE AS VISITAS EM 1972

Em 1972 estive por 4 vezes em S. Jacinto: de 29 de Março a 5 de Abril, em 15 de Maio, 11 de Junho e de 25 a 29 de Julho. Durante as estadias acampeei perto da colónia. As tarefas que me tomaram a maior parte do tempo foram a anilhagem, as contagens e as observações.

Para estudar a vida social das garças, costumava emboscar-me na copa de um pinheiro. Entre os factos que daí observei, apenas destaco o seguinte, pois outros estão ainda em estudo.

A *E. garzetta* impõe o seu domínio sobre a *B. ibis*. Assim, se esta última ia pousar no ramo em que já estava a primeira, era, de certo, escorraçada por ela. Se o caso se passava ao inverso, isto é, se era uma *E. garzetta* que ia pousar no ramo em que estava uma *B. ibis*, esta partia muitas vezes de livre vontade, antes que a isso fosse obrigada, à bicada...

Um outro facto não quero deixar de relatar, pois, além de interessante, é muito importante para o estudo desta população de garças.

Verifiquei que os bandos de garças, aliás como diversas outras aves, voam em V, no vértice do qual segue um indivíduo que, em minha opinião, é um guia. É um assunto que procurarei averiguar em próximas campanhas de estudo.

Para alguns ornitólogos o facto de algumas aves voarem em V será para permitir a cada uma ver as que a precedem, evitando assim qualquer desastrosa colisão.

Na opinião de outros ornitólogos, opinião essa que eu também partilho, a formação em V será uma engenhosa maneira de as aves, sujeitas a maiores ou menores deslocções, pouparem energias. A ave que vai no vértice da formação provoca uma agitação de ar que se propaga para trás e para os lados e facilita o voo da ave que vem imediatamente a seguir, que apoia uma asa na turbulência, ao mesmo tempo que, com a outra, provoca nova perturbação de ar que vai facilitar o avanço à sua seguidora, assim sucedendo com todos os elementos do bando que, em regra, é formado por 10 a 14 aves.

Em 1971⁽⁵⁾ ocupei-me do estudo do regime alimentar das garças e cheguei às seguintes conclusões, a respeito da alimentação dos juvenis:

Alimento	Percentagem
Gafanhotos pequenos	60 %
Peixes pequenos	20 %
Insectos diversos	10 %
Rãs pequenas	5 %
Camarões pequenos	5 %

Este ano verifiquei que a percentagem de gafanhotos desceu consideravelmente e apareceram restos de enguias, um deles com cerca de 25 cm.

ANILHAGEM

Como digo atrás, uma das tarefas em que me ocupei foi a anilhagem de garças, nos ninhos. Coloquei 33 anilhas do lote 1 801.J a 1 900.J, do **Museu de Zoologia da Universidade do Porto—Portugal**, em garças juvenis.

Uma das garças que tinha sido anilhada em 1971, com a anilha n.º 6 301.T, foi abatida em Paião, Figueira da Foz, nos primeiros dias de Setembro do mesmo ano. Segundo os registos esta ave tinha sido anilhada no



Fig. 4 — Vista geral da colónia, de cima de um pinheiro.

ninho em 9-7-1971. Atendendo a que só estaria apta a voar cerca de 15 a 20 dias depois da data da anilhagem, conclui-se que gastou nesta deslocação cerca de um mês. A este tipo de movimento chama-se dispersão juvenil ou pós-nupcial. Quando o volume de recapturas for maior, será apresentado o seu estudo analítico.

RESULTADOS DAS CONTAGENS

Contei 287 ninhos, distribuídos por 94 árvores, na sua maioria pinheiros, *Pinus pinaster* Sol, embora algumas austrálias, *Celtis australis*. Os 287 ninhos equivalem a 287 casais ou 574 aves adultas. Pois se de cada ninho nascerem, em média, 3 aves, temos mais 861 aves. Deduzida a taxa de mortalidade infantil de 2 %, apon-tada por Londot (*), sobreviveriam cerca de 835 juvenis.

Assim, o total da população em 1972 seria de cerca de 1 409 aves. Verifica-se uma diminuição de 536 garças relativamente a 1971.

Seguidamente apresento um quadro e um gráfico onde resumo as contagens efectuadas de 1963 a 1966 pelo Prof. Santos Júnior e Dr. Osvaldo Freire, cit., em 1970 por Francis Londot, cit., e por mim em 1971 e 1972.

Pelo gráfico pode-se avaliar o oscilamento da população.

Contagens de ninhos e árvores:

	1963	1965	1966	1970	1971	1972
N.º de ninhos	186	434	577	477	389	287
N.º de árvores	63	127	198	152	83	94
Ninhos por árvore	3,0	3,4	2,9	3,1	4,6	3,0
Taxa de crescimento	?	- 53 %	- 33 %	- 4,5 %	- 18,5 %	- 26,2 %

Gráfico referente ao oscilamento da população:

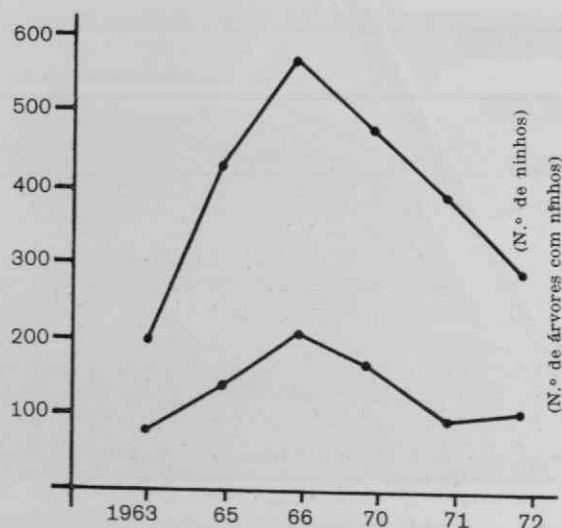


Fig. 5 — Vista parcial. Algumas *Egretta garzetta*, juvenis.

AGRADECIMENTOS

Não quero deixar de expressar o meu voto de agradecimento:

— Ao Sr. Prof. Doutor Santos Júnior, que muito contribuiu para a realização deste estudo.

— Ao Sr. Álvaro Lopes Cachaço, Guarda-Florestal da Mata de S. Jacinto, pela colaboração prestada.

— Aos meus amigos José Manuel e Jorge Manuel P. Sousa, António P. Almeida, José Manuel e Inês Maria C. Costa, pela ajuda prestada nas contagens.

— A Junta Distrital de Aveiro pela aceitação que deu a este pequeno estudo.

NOTA FINAL

Como se pode ver pelo gráfico apresentado, o quantitativo populacional desta colónia de garças, tem vindo a decrescer desde 1966. É evidente a urgência de averiguar as causas deste refluxo populacional e tentar, se possível, impedi-lo. Bem será que a Mata de S. Jacinto não fique privada desta bela colónia de garças, que tanta beleza lhe empresta.

Que todo o conjunto arvoreo da Mata de S. Jacinto e, portanto, a colónia de garças, fosse tornado numa Reserva, é o desejo de todos os que, como eu, pensam que proteger e conservar a Natureza é uma das mais prementes necessidades da actualidade: é que os homens de amanhã também têm direito de desfrutar as suas belezas.

Façamos tudo o que estiver ao nosso alcance



Fig. 6 — Dois juvenis de *Egretta garzetta*, anilhados, perto do ninho.

para que S. Jacinto venha a ser um desses santuários para aves aquáticas que, presentemente, estão a ser criados em toda a Europa. Num amanhã muito próximo, as reservas agora criadas serão os únicos refúgios da fauna, tesouros sem preço.

Porto, Novembro de 1972.

NOTAS

- (¹) Agostinho F. Isidoro — Aparecimento accidental de aves na fauna ornitológica de Portugal — in CYANOPICA, Vol. I, Fasc. 1.º, Porto, 1968.
- (²) J. A. dos Reis Júnior — Catálogo sistemático e analítico das aves de Portugal — Porto, 1931
- (³) J. R. dos Santos Júnior e Osvaldo Freire — The heronry at San Jacinto (Portugal) — in Anais da Fac. Ciências do Porto, Tomo XLVIII, Porto, 1965.
Idem, idem — A Colónia de garças de S. Jacinto - Aveiro — in Aveiro e o seu Distrito, n.º 3, Águeda, 1967.
- (⁴) Francis Landot — Contribution a l'étude de la Heronnière de S. Jacinto (Aveiro) en 1970 — in CYANOPICA, Vol. I, Fasc. 3.º, Porto, 1971.
- (⁵) Nuno Gomes Oliveira — A colónia de Garças da Mata de S. Jacinto (Aveiro) em 1971 — in CYANOPICA, Vol. I, Fasc. 3.º, Porto, 1971.
- (⁶) A título de comparação cito o comprimento dos adultos: 560 mm para a *E. Garzetta* e 510 mm para a *B. ibis*. Segundo Perterson, Mountfort e Hollom — *A field guide to the birds of Britain and Europe* — Collins, Londres, 1954.

bibRIA



Edifício dos Paços do Concelho de Oliveira do Bairro

Padre Acúrcio Correia da Silva

NOTAS

BIOGRÁFICAS

O Padre Acúrcio Correia da Silva nasceu no dia 22 de Outubro de 1889, no Cercal, da freguesia de Oliveira do Bairro. Era filho de Abílio António da Silva e de Conceição Ferreira de Jesus, modestos lavradores daquele lugar. Foi baptizado, em 30 do mesmo mês, pelo pároco José Rodrigues Ferreira Lopes, na freguesia de S. Miguel, de Oliveira do Bairro.

Fez o seu exame de instrução primária no Liceu de Aveiro, com distinção. Em 1904, com 15 anos de idade, entrou para o Seminário de Coimbra e foi ordenado de presbítero em 1912, pelo Ex.^{mo} Reverendíssimo Bispo Conde de Coimbra, D. Manuel Correia de Bastos Pina, e cantou a sua missa nova no dia 24 de Novembro do mesmo ano.

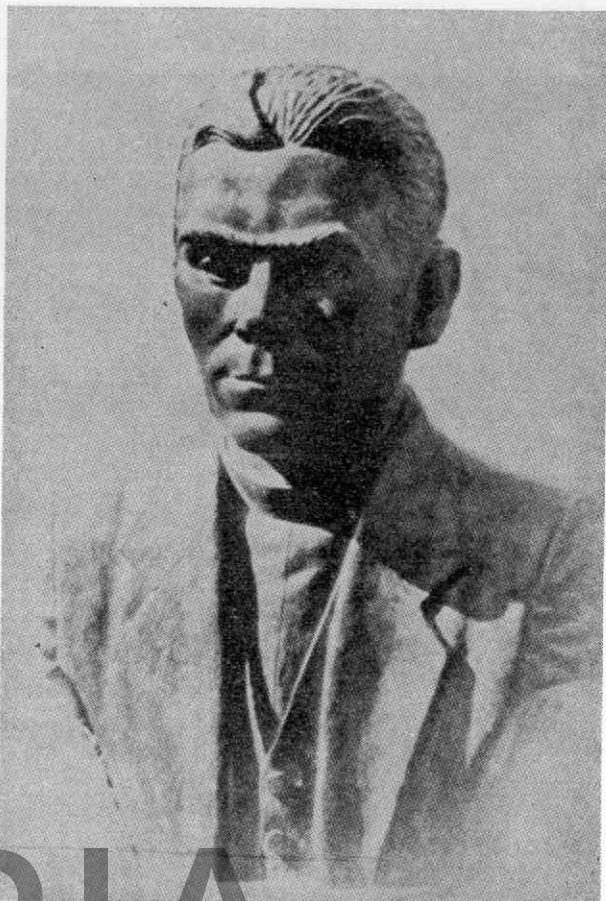
Pouco tempo depois, foi nomeado pároco da freguesia de Sangalhos, concelho de Anadia, onde, desde logo conquistou a simpatia de todos os seus paroquianos que choraram, saudosos, a sua morte prematura.

Dedicado às letras e ao estudo, com vasta e variada cultura, poeta e prosador de relevantes predicados, dedicou especial atenção à resolução dos problemas da Razão metafísica e da Razão teológica.

Publicou: «**Dor e Luz**» (verso e prosa), 1912; **Seroadas Fulvas** (verso e prosa), 1915; e **Natal... Festa da Família** (Carta de Boas-Festas aos seus paroquianos), 1916.

Deixou várias obras inéditas, em verso, e, bem assim, diversas produções teatrais e, dispersos, numerosos escritos em revistas e jornais do primeiro quartel deste século, mencionadamente **Ideal**, **Ecos do Vouga**, **Prado**, **Soberania do Povo**, **Povo de Águeda**, **Povo de Anadia**, **Povo da Murtosa** e **Gente Nova**, muitos dos quais subscritos pelo pseudónimo de «Sálcio Bairrada».

«Homem de talento e de carácter /.../ insinuante, afável, comunicativo, lendo-se-lhe nos olhos a bondade da alma e a finura do espírito», dizia do Padre Acúrcio Correia da Silva, referindo-se à sua morte prematura, um jornalista insigne e tão pouco dado à lisonja, como era o veemente panfletário Homem Cristo, que



Busto do Padre Acúrcio (escultura de J. M. Leite).

nem nos necrológios se coíbia de exprimir o que considerava a avaliação justa.

E o Sr. Professor Doutor Manuel Rodrigues Lapa, outro alto espírito que se estrema no recto e agudo julgamento, refere, então, a par da «união feliz da fealdade e da simpatia irresistível», que «tinha a fé apaixonada do apóstolo, mas ia robustecendo sempre e sempre a sua cultura». E aponta-lhe o livro **Seroadas Fulvas**, como o livro mais bairradino da Bairrada.

Todos, aliás, lhe louvaram as virtudes como sacerdote, de fecunda acção apostólica.

«Enternecia-se com os sofrimentos e agruras», escreveu-se no «In. Memorian» que em 1959, quando da inauguração do busto que consagra a sua memória em Oliveira do Bairro, lhe foi dedicado por amigos e admiradores.

Fundou, assim, a Beneficência Montepio de Sangalhos, em 1923, e com fins beneficentes promoveu festas escolares na sua aldeia natal e na freguesia onde exerceu a paroquialidade:

O Padre Acúrcio Correia da Silva, faleceu, prematuramente, com 35 anos, a 25 de Março de 1925 e, conforme se escrevia, ainda cinco lustros mais tarde «o seu funeral constituiu a maior demonstração de pesar que jamais se viu em terras da Bairrada!».

Ó anjos da poesia, ó cândidas beldades,
Irmãs dos querubins, — ó núcias do Céu,
Que me acenais ao longe, ao fundo das idades,
Cantando herôicamente as velhas potestades
Nas cordas triunfais da lira de Tirtéu,
E soluçando doces, místicas saudades,
Nas cordas pastoris da cítara de Orfeu...

Que outrora, celebrando os feitos dos guerreiros,
Em versos festivos, homéricos, divinos,
Andastes a cantar p'los flóridos outeiros
Da Grécia sonhadora, e à sombra dos loureiros,
Sentadas nos ilhéus, dos golfos azulinos;
E andastes a gravar na casca dos olmeiros
Uns versos amorosos, brandos, pequeninos...

Que voastes para a Itália, e andastes com Virgílio
Por sobre o Mar Egeu, à flor das ondas lisas;
E chorastes com ele as lágrimas do exílio;
E lhe fechastes, morto, o veludíneo cílio
daquele olhar, que viu tão largo sem balisas...
E assististes, talvez, ao mágico concílio
Das líricas vestais, das virgens Pitonisas...

Vós, que inspirastes Tasso e o formidável Dante,
Sentado a meditar ao pé das catedrais,
Levando-o pela mão a ver a casta amante,
A cândida Beatriz, que deslisava hiante
Na trágica nudez dos giros infernais...
Falastes com Petrarca à réstia flutuante
Das noites de luar, das noites medievais...

Que destes alma e vida aos versos de Camões,
O indómito guerreiro, o excelso trovador;
Que lhe inspirastes doces, trémulas canções,
Nas grutas orientais, nos ermos, nas solidões,
— Canções cheias de fogo e trágicas de dor;
Vós que haveis insuflado aos grandes corações
Os carmes da tragédia e os cânticos de amor...

Ó anjos da poesia, ó cândidas beldades,
De tranças luminosas, louras como o trigo,
Que me acenais ao longe, ao fundo das idades,
Cantando herôicamente as velhas potestades
Na cítara de Homero — o olímpico mendigo...

Eu canto o sofrimento, e as crenças, e as saudades,
Ó líricas beldades ideais, sede comigo!...

Ao longe — vedes? — os cavadores,
Filhos do campo, filhos da leiva,
De olhos escuros e cismadores,
Olhos ingênuos de trovadores...
— Cantam os campos, cantam as flores,
Cantam a seiva...

Por horas mortas (céu estrelado)...
Eles lá vão
Lavar a terra, guiar o arado,
De olhar bondoso e resignado
Posto nos olhos do manso gado,
Posto no chão...

Vêm as chuvadas, as inverneiras;
Rugem os rios, incham ribeiras;
Alagam campos, alagam leiras...
Vede a desgraça!
Que há-de ele fazer? — De olhar dorido,
Mal almoçado, pior vestido,
Senta-se à porta, esmorecido,
A ver quem passa...

Vem o calor do sol doirado
Queimar-lhe o pão!
Que há-de ele fazer, o desgraçado
Do lavrador? — Vai pró eirado,
De aspecto triste, de olhar pasmado,
Cismar na vida, descoroçoado,
Queixo na mão...

Estala a guerra; levam-lhe o filho.
Crescem os ratos, trincam-lhe o milho...
— Oh! forte praga de ratazanas! —
Branqueja a neve, ruge a nortada...
Lá vai a telha desmantelada
Das alpendradas mais das choupanas!

Ouvides ainda maior desgraça:
Tinha uma filha, — que doce graça
De rapariga!...
Nas largas noites, junto à fogueira,
Lume bendito sobre a lareira,
Ela fiava (gentil fiandeira...)
O linho branco da sua estriga...

Até ao tardo cantar do galo,
— Não imaginam — era um regalo
O pai velhinho vê-la fiar...
Rufam chuvaes fortes lá fora...
Ai! Anjo Bento! Nossa Senhora
Seja c'os que andam a esta hora
Por sobre as águas turvas do mar!...

Ela era a vida da sua vida;
Ela era o lume do seu olhar,
— Lume bendito que n'alma brilha...
Como ele lhe queria — rola querida!
Nem temos nada que admirar,
Porque era filha...

Mas sucedeu que, em certo dia,
(Dia aziago... Ele nem podia
Pensar em tal de olhos enxutos!)
Passou por lá um rapazão...
(Grande patife! Grande ladrão!)
Leva-lhe a consolação:

Rouba-lhe a filha, e em troca, então,
Deixou-lhe a dor, — só dor e lutos!

Malditos sejam os valdevinos
Que andam as jovens a desonrar!
Santos velhinhos, boas famílias,
Guardai dos lobos as vossas filhas
Dentro do lar...

Vede a desgraça enorme e crua
Do paciente lavrador!
— Triste batalha! —
Que há-de ele fazer? Que vida a sua!
Que há-de ele fazer na sua dor?!
O Pai-do-Céu o ajude e valha!...

Bons lavradores! Chorando ou rindo,
Dizem que vida assim não há...

Vamos, rapazes, vamos subindo!
Deixai-os lá!...

bibRIA

Pangloss em Aveiro

Revista de costumes aveirenses, original do Dr. José Tavares, antigo Reitor do Liceu Nacional de Aveiro e do Dr. Álvaro Sampaio, antigo Professor, representada no Teatro Aveirense por alunos do liceu nos dias 13, 16 e 20 de Fevereiro de 1924 (¹). Música, parte original e parte adaptada, do P.º António Estêvão.

PRÓLOGO

(Logo que a orquestra termina a abertura, o personagem Tainha, envolto numa capa de estudante, surge em frente do pano de boca, faz vénia e fala)

Senhoras, Senhores:

A revista que ides ver, interpretada por alunas e alunos do Liceu desta encantadora cidade, não tem escabrosidades que possam envergonhar-vos, nem crítica que vos faça corar. Ligeiras e amigas referências a pessoas; benévolos piparotes a factos da actualidade; em suma, riso bonacheirão para pessoas e coisas de Aveiro — é o que ela vos apresenta. — A interpretação é que deve ficar muito aquém da vossa expectativa; mas nós, os estudantes, já estamos habituados à vossa benevolência e com ela contamos hoje. Para a vossa estada aqui, vai a expressão sincera do nosso mais profundo respeito. — E, como os antigos Gregos e como os antigos Romanos, pedimos a Vossas Excelências, ao correr do pano no último acto, meia dúzia de palmas, que nos sirvam de perdão ao imperfeito trabalho que vamos apresentar-vos. **Valete**, senhoras minhas! **Valete**, meus senhores! (**Faz vénia e retira-se. Sobe imediatamente o pano**).

ACTO I

Espaçosa sala de hotel, armada em sala de recepção. À direita, cadeira de espaldar sobre um pequeno estrado. Mobiliário onde convier. Flores. Ao fundo, em letras bem visíveis, este distico: **Aveiro, terra de encantos**. O começo do acto é ao anoitecer. A certa altura, luz eléctrica.

ZÉ (**Trata da ornamentação da sala, mas devagar e com visível aborrecimento. De vez em quando, suspira.**

Ouve-se fora uma fanfarra, em marcha marcial. Estralejam foguetes. Entra Tainha, muito bem posto nas suas vestes da Beira-Mar: botas de borracha, fato domingueiro, chapéu mole, grossa corrente.)

TAINHA — Tudo pronto?

ZÉ — Estava dando os últimos retoques, Excelência. para o adorno ser perfeito e completo, falta só...

TAINHA — Cale-se! Tu, aqui dentro, não és mais que um autómato. Cumpre-te obedecer e pôr de parte as observações.

ZÉ — Já as pus, Senhor Tainha.

TAINHA — Ora bem! Bom é isso!

ZÉ — V. Ex.ª bem sabe que cá com o Zé Malaquias pode contar.

TAINHA — Ótimo! Vieram todas as músicas que convidei?

ZÉ — Todas, excepto a de Frossos, por à última hora ter adoecido o requinta, o saxofone e o Bombo.

TAINHA — Também o bombo?

ZÉ — Também, patrão: o bombo teve um antraz; o requinta constipou-se na palheta, e o saxofone partiu um pistão.

TAINHA — Não se pensa mais no caso. Paciência. (**Pausa**) Ora atende bem, Zé.

ZÉ — Pronto, Sou todo ouvidos.

TAINHA — Logo, durante a recepção, não deixes entrar senão as pessoas que vierem bem preparadas. A escória...

ZÉ — O que é a escória? São os párias sem vin-tém como eu?

TAINHA — Exactamente. A escória fica lá fora; que se contente com os foguetes.

ZÉ — Está bem. E os novos-ricos?

TAINHA — Ouve. Os novos-ricos entram em primeiro lugar, porque deles é que a Humanidade depende hoje.

ZÉ — Também os açambarcadores?

TAINHA — É claro, porque sem eles nós não teríamos um grito de arroz, um grão de milho, nem uma sede de água. Deixa-os entrar. Na rua só ficam os parasitas como os bacharéis, os empregados públicos, toda essa coorte de desgraçados que não tenham onde cair vivos.

ZÉ — Muito bem! Ótimo, Sr. Tainha!

TAINHA — Quanto a cartões de visita, esses... se forem lacónicos...

ZÉ — Lacónicos?!

TAINHA — Sim, homem! Se disserem pouco, aceita-os; se forem longos, lixo com eles. Não quero maças para o nosso ilustre hóspede.

ZÉ — Mas quem é ele, afinal? Sim! Quem é esse hóspede ilustre?

TAINHA — (Solene) o Dr. Pangloss!

ZÉ — Pelo nome, deve ser **nobrezia!**

TAINHA — O Dr. Pangloss, oriundo da Alemanha, é o maior amigo da Humanidade. A sua filosofia é a única que nos pode salvar! Eis porque o recebo! Eis porque o admiro! É ele que vai salvar-nos. Sabes como?

ZÉ — (Aparvalhado) Eu... não!

TAINHA — Nem é preciso. Aveiro vai ter ocasião de admirar o «aspecto venerando» deste super-homem! (Indicando os camarotes) Olha! (Zé, **aparvalhado, olha**) Tudo às janelas! Colgaduras! Rostos lindos de lindas mulheres num supremo anseio. Homens de toda a casta a erguerem a cabeça, à espera que surja o extraordinário sábio! Pangloss! Pangloss é o único lenitivo aos males e desesperos de todos os portugueses. Aveiro — eu, o Tainha — vou planglossizar-me. Panglossizar-mo-nos, hoje em dia, no meio deste contínuo descrer, é a redenção. (Pausa) É agora... (consulta o relógio) São horas. Vá. Tudo a postos e que nada falte!

ZÉ — Sim, Sr. Tainha. (Tainha sai. Zé, **aproximando-se duma porta**) Zefa! Ó Zefa!

*

JOSEFA — (Mal humorada) — Que quer?

ZÉ — É para lhe dizer que esta vida, assim, não tem jeito. Esfalta-se um homem, como eu, a trabalhar, desde que o sol nasce até que o patrão entenda que devo deitar-me, e, no fim do mês, toma lá uns míseros papéis sebtos pelo teu serviço. E que papéis! Estou farto! (Josefa vai para falar) Estou farto. já lhe disse! O que me vale... (Com brandura) ...Você bem sabe... são as gorjetas dos hóspedes e — muito aqui para

nós... — uns negóciozinhos escuros que faço todos os dias nas compras.

JOSEFA — Ah, seu maroto!

ZÉ — Pudera! Se assim não fosse, andava sempre à dependura. Ah, mas um dia há-de vir em que o Zé, com a sua Zefa ao lado, passeará de automóvel por essas ruas foras, charuto ao canto da boca como o Sr. Antoninho de Castro e o Dr. Fontes, botas de polimento do Miguéis, um relógio comprado ali no Ratola... E hei-de dizer muita vez, ao passar: Ó Rebocho, ó Alfredo Esteves, ó tu, toma lá uma ponta! (Esfregando as mãos) Isto vai num sino, Zefa! O bolchevismo está à porta. (Assobia alguns compassos da «Marselhesa»).

JOSEFA — Sim, sim. Mas o que nós agora precisamos é de fazer o que o patrão mandou. Tenho de ir buscar coisas para a cozinha, e você prende-me aqui. Sempre me saiu um ralaço!...

ZÉ — Diabos o levem!

JOSEFA — Ao patrão?!

ZÉ — Não! A esse alma de chicharro do tal Dr. Pagode, ou lá que diabo é. E isso de ralaço, menina Zefa, mais devagar. O trabalho, cá em casa, quem o faz sou eu, enquanto que vossemecê é só dar à língua ali na fonte dos Arcos, e nada mais. Sempre desejava saber qual é o seu serviço.

JOSEFA — Não sabe?! Oiça lá, seu Zé! (Canta)

Sou a Josefa, pura e singela,
flor a mais bela
cá deste prado!

Namoro à noite — mas que delícia —
quer um polícia,
quer um soldado.

Sempre a fardinha foi meu encanto;
mas, entretanto,
por distração,
se me aparece algum janotinha,
também doidinha
dou-lhe atenção.

Tic-tic-tac, tic-tic-tão,
cá dentro me faz o meu coração! — Bis

Das criadas eu sou a rainha
e amiguinha
cá do patrão!

Altos mistérios, altos favores:
em caso de amores,
não digo que não!

Sou mais prudente nesta façanha;
tudo com manha
sei conseguir;
mas, se a fardinha logo aparece,
tudo me esquece
p'ra logo sentir.

Tic-tic-tac, tic-tic-tão,
cá dentro me faz o meu coração! — Bis

ZÉ — Bravíssimo! Sim, senhora! Muito bom serviço!
mas diga-me cá, muito em segredo, Zêinha: como
consegue namoriscar um polícia, se eles não existem
nesta terra?

JOSEFA — Não existem?! Ora vá contando: o
Buíça com barbas, um; o Buíça sem barbas, dois; Buíça
fardado, três; Buíça à paisana, quatro...

ZÉ — Basta, basta, basta! Basta de tanto Buíça!
Também para quê? Não há roubos, não há desor-
dens, não há mortos. Donde se conclui que quanto
mais gatos, mais ratos!

JOSEFA — Mas deixemo-nos de parola e vamos
lá depressa pró serviço.

ZÉ (**Sentando-se**) — É o vais! O trabalho, quando o
patrão não está, é este. (**Levanta-se**) Quer ouvir? (**Canta**)

Descansa a bota de tacão,
e no chão!
Descansa o caixeiro ao balcão,
o maganão!
Também descansa o estudante
— que tunante! —
em cima dos livros do estudo
— que canudo! —
O mesmo faz o «Come e dorme»,
sem ter fome,
ali na loja do Osório
— que finório! —
Descansa à banca o empregado
— pobre Estado! —
'Té o padeiro quis descanso
— que entalanço!
Só não descansa o marnoto
— que maroto! —,
nem aqui o Zé estafado
— que criado! —
Só não descansa o marnoto
— que maroto! —,
nem este vosso criado!

(**Declamando**)

— Ora aqui têm a minha triste situação.

JOSEFA — Ai você estafa-se muito, coitado! (**Ouve-se a campainha**) Deixa-me lá ir. É capaz de ser a
Senhora. (**Campainha**) Agora, é a da entrada. Vá!
Mexa-se ,homem! (**Zé sai por uma porta e Josefa por
outra. Passados instantes, entram Zé e Pangloss**)

*

ZÉ (**Com duas malas**) — Faz favor! Por aqui, meu
Senhor!

PANGLOSS — Ya! Ich bix... Ya! Pangloss!

ZÉ (**Atarantado, deixando cair as malas**) Pangloss?!

PANGLOSS — Verstehen Sie Deutsch? (**Zé não per-
cebe**) Em que língua querer digo coisas?

ZÉ — Língua? Português!

PANGLOSS — English?

ZÉ (**Com grande alegria de Pangloss**) — Yes!
English! Eu falar muito bem English. Eu estar nas trin-
chas da França.

PANGLOSS — Yes! Mim ser Alemão, Deutsch...

ZÉ — Boche... non bonne.

PANGLOSS (**Atalhando**) — Mas mim ser amiga de
Portugal.

ZÉ — Compris, bonne, monsieur... Pangloche. Vossa
Excelência veio antes do tempo! O Sr. Tainha foi espe-
rá-lo à estação (**Pangloss não percebe**).

PANGLOSS — Estação?!

ZÉ — (**Aparte**) — Ai, é verdade; ele é bife! (**Alto**)
O patrão... já esperava você e ir station esperar monsiú.
Compris?



O estudante Henrique Mota, no protagonista (1.º acto).

PANGLOSS — Yes! Mim no conocer esta region e sair nas Quintas...

ZÉ — Quintãs! Quintãs!

PANGLOSS — Yes! Thank you! Quintãs! E vir a butes com mes males e apanar muito poeira (**Sacode-se**).

ZÉ — Isso de poeira...

PANGLOSS — Desejar um hotel que não tenha pulgues, que não tenha percevejas, que não tenha rates! Um hotel...

ZÉ — Não diga mais... O hotel nas condições é este. (**Apontando o leteiro**) «Aveiro, terra de encantos». A não ser que queira esperar pelo hotel da Avenida Peixinho; mas isso só lá pràs calendas gregas! Isso e o mercado só estarão prontos, como nós costumamos dizer, lá para a semana dos nove dias.

PANGLOSS — Não. Mim não gostar de perder tempo. Time is money!

ZÉ — Compris! Time is monim, como diziam lá nas trinchas. Mas então vem mal para esta terra. Aqui só se faz uma coisa: perder tempo. Passe amanhã pelos Arcos e há-de ver. Parece mesmo um aquário... À noitinha, então, é de ver para crer. Aparece ali cada **tesoura**, cada **rabeca**!

PANGLOSS — Tesore? Rabeca? Mim não perceber nada...

ZÉ — Não percebe?! Depois perceberá. (**Fora, ouve-se música**).

PANGLOSS — Musique?

ZÉ — Ir esperar monsiú Pangloche!

PANGLOSS — Pangloss, Yes! Nascido in Deutschland, mas baptizada em França. Ser minha padrinho monsieur Voltaire, escritor very illustre. (**Pausa**) Mim querer limpar poeiro.

ZÉ (**Apanhando as malas**) — Por aqui, if vos please. Não tardo o people! (**Ouve-se fora sussurro e música**).

PANGLOSS (**Desconfiado**) — All righ! Por aqui. (**Saem. Entram pouco depois, Tainha e Josefa**).

TAINHA (**ofegante**) — Mas tens a certeza? Vês? não está!

JOSEFA — Veio, Sr. Tainha! Era um sujeito magro...

TAINHA (**radiante**) — É ele!

JOSEFA — ...de óculos grandes, barbicha branca...

TAINHA — Não há dúvida; é ele!

JOSEFA — Trazia um chapéu muito esquisito na cabeça e duas malas. Falava a modos que estrangeirado.

TAINHA — Bem! Vai dizer a essa gente que entre! (**Josefa sai. Tainha vai à janela do fundo, abre-a e faz sinais para fora. Passados poucos instantes, entram os dezassete concelhos de Aveiro, homens e mulheres, com seus traços característicos, e cantam**).

Ouvi, por um instante,
nosso canto jovial,
estrela fulgurante,
estrela sem igual!
Saudar-vos aqui vimos
aos vossos pés, Senhor;
o prazer que nós sentimos
é decerto o maior.
Vossas marinhas de sal
são valor e são riqueza;
sois de Veneza a rival
nesta terra portuguesa.
O teu olhar sem igual
é dos nautas o farol,
é das luzes sem rival
que mais brilha além do sol.

TAINHA (canta)

Minhas Senhoras, meus Senhores,
contente estou de aqui vos ver;
prazer maior não posso ter,
penhorado a tais favores.
Dançai, dançai vossas danças;
desfraldai as vossas tranças;
mil folganças podemos ter
neste dia de bom prazer.

VILA DA FEIRA — Como concelho mais antigo que me prezo de ser, mas sempre fresca e graciosa, eu, a nobilíssima Vila da Feira, que vivo em Terras de Santa Maria, tomo a palavra para vos dizer que todos os vossos concelhos vos vêm cumprimentar e fazer as honras ao ilustre hóspede, Dr. Pangloss.

TAINHA — Obrigado, meus amigos! Muito obrigado! Já contava convosco. Vós nunca costumais faltar nas horas de alegria como nas horas tristes. Em breve vos apresentarei Sua Sapiência o Dr. Pangloss. (**Indo à janela**) Rapazes, música e foguetes! (**Passados instantes, soam alguns compassos da marcha da «Aida» e fogo em profusão. Entra Pangloss, que pára hirto e majestoso à entrada da porta. Luz intensa. Espectativa geral**).

TAINHA — Ei-lo! (**Curva-se em reverência, e todos o imitam**).

PANGLOSS — Good evening! Mim ser Pangloss! Vós ser Tainha?

TAINHA — Um humilimo criado de V. Ex.^a! (**Curva-se**)

PANGLOSS — Yes! (**Canta**)

Very good of Lisbonne,
very good of Aveira!
Tem baratos ovos moles,
in England borrachera.

Oh, my dear Pove!
Nô são patarates!
Só in Gafanhe
há bon batates.
Nô mais nô speech;
nô mais be quite;
muita aranzel,
mas enfim... all righth!

Very good of Lisbonne,
Very good of Aveira;
tem baratos mexilhões,
in English borrachera!

Mas mim aqui canta
e faz aranzel:
Aveira ser bon!
Yes! Very well! — Bis

TODOS —

Mas ele aqui canta
e faz aranzel:
Aveira ser bon!
Yes! Very well! — Bis

PANGLOSS — Yes! Mim estar muito contenta! All right.

TAINHA (indicando a cadeira) — Queira V. Ex.^a sentar-se.

PANGLOSS (sentando-se) — Well! Muito obrigada!

TAINHA — Ex.^{mo} e Venerando Mestre! A música que vibra entusiástica e marcialmente aos nossos ouvidos, os foguetes que atroam os ares e esta carinhosa manifestação que os meus dezassete concelhos quizeram fazer-vos — provam que todo o clero, toda a nobreza e todo o povo deste Distrito vos considera e estima do fundo da alma. É que vós sois um nome universalmente conhecido. Quem há aí que desconheça o excelso filósofo, grande luminar da «metafísico-cosmológico-nigologia»? Ninguém, meus senhores!

UM CONCELHO (Àparte para outro) — Percebeste?... Nem eu!

TAINHA (Limpendo o suor) — Estou cansado do já longo discurso; sinto mesmo que a comoção me embarga a voz... Perdoai, ilustre entre os ilustres, sapiente entre os sapientes, o «primus inter pares» de todos os tempos! Fala, ó sábio! Da tu aboca pendem os nossos olhos, ávidos de luz espiritual.

PANGLOSS (Levantando-se) — Mim nô gostar de muitas parolas e dizer tudo em resumo. Agradeço as alegrias, mas nô gostar de foguetas e de bombas, que fazem muita barulha e mortificam as orelas. A minha filosofia resume-se nestas parolas: tudo o que succede no mundo é pelo melhor. All right! A base de todo o meu sistema filosófica é o optimismo: tudo está good! Tudo está bonne! Yes! Senta-se).

TODOS — Apoiado!

PANGLOSS (erguendo-se) — All right! Mim gostar desta terre, apesar de haver poucas comodidades!

TAINHA — A cidade continua em obras, Sapiência! O camartelo do Dr. Peixinho deita abaixo, e quem vier que levante!

PANGLOSS — Peixinho?! Mim gostar muito de peixe.

TAINHA — Tê-lo-á hoje ao jantar. O Sr. Presidente da Câmara mandou, frescos que nem alface, robalos, enguias, solhas e linguados... tudo apanhado no Parque.

PANGLOSS — Very well! (Levanta-se) Vamos ao diner?

TAINHA — Não, Sapiência! Segue-se agora a recepção. O povo, lá fora, é assim! (Faz uma pinha com os dedos. Pangloss senta-se. Entra Zé e jornalistas).

ZÉ — Sr. Tainha! Pela ordem da inscrição, entram agora os esteios do progresso regional — a imprensa dos Ovos Moles. (Apresentam-se os oito jornais — «Campeão», «Debate», «Democrata», «O de Aveiro», «Aveiro Sportivo», «Correio de Aveiro», «Voz do Povo» e «Alma Académica» —, com os respectivos títulos a tiracolo, em letras bem visíveis. Mostram uma caneta e cantam).

TODOS —

É com esta nossa arma
que traçamos a notícia
que o mundo corre e alarma
verdadeira ou fictícia.

Servem-nos todos os meios,
para de alguém dizer mal.
Eis aqui os cinco esteios
do progresso regional.

«CAMPEÃO» e «DEBATE» —

Temos nós por vade-mecum
Afonso Costa em terno duo.
Dizemos só: — «Dominus tecum
et cum spiritu tuo».

«DEMOCRATA» —

Jornalista e refilão,
sou pau para toda a colher.
Água benta e presunção
Cada um toma a que quer.

«O DE AVEIRO» —

Canalhas, pulhas, ladrões,
Bandidos, asnos, pascalhos!
Ó corja de vendilhões,
Ó súcia má de bandalhos!

«AVEIRO SPORTIVO» —

Saudações desportivas
é cá o lema do lar;
nada a favor dos «Galitos»,
Tudo prà banda do «mar».

«CORREIO DE AVEIRO» —

Para mim, um puritano,
nada são prazeres da vida:
vivo ano após ano
pela ponte da bestida. — Bis

(Caso de bis)

Chorai, fadistas, chorai,
que o Zé maria morreu
pela terra da Murtosa,
que foi onde ele nasceu. — Bis

A minha pena acerada
é também muito teimosa:
sempre pugna denodada
pela terra da Murtosa. — Bis

«VOZ DO POVO» —

Aqui está o Cadete,
para o que der e vier;
pois se não mandar o homem,
há-de mandar a mulher.

«ALMA ACADÉMICA» —

Eu sou a «Alma Académica»,
há pouco tempo nascida;
não tenho doença endémica;
terei talvez longa vida.

PANGLOSS — Very good! Mim gostar destes figuras. (Para Tainha) Que escrevem eles?

TAINHA — Vai ouvir.

«CAMPEÃO» (Avança, faz vénia e lê num exemplar)
— Junho, 23 — O Sr. Flamengo achou na Ponte da Dobadoura, à meia noite e um quarto, uma ponta de cigarro. Novembro, 30. Nasceu o dente do siso ao filho mais velho do nosso amigo Ventura. Venturas ao Ventura.

PANGLOSS — Muito útil. All right!

«DEBATE» — Sempro temos dito, Sr.^a Câmara, que estas covas nas principais artérias da cidade não se podem consentir. Nós somos, positivamente, uma cidade encovada, ou, melhor, encavacada — Tenho dito.

PANGLOSS — Mim gostar desta rapaz. Yes! (Entra Zé).

*

ZÉ (Com um cartão numa bandeja) — Um cartão, Sr. Tainha.

TAINHA — Deixa ver. (Lendo) O «Cisne da Arcada» centro da boa e má língua local, abraça efusivamente o sábio Pangloss e oferece-lhe, como recordação de Aveiro, dois belos exemplares das peras de Eixo. (Para Zé) Então, as peras?

ZÉ — As peras estão lá dentro.

TAINHA — Está bem. Podes ir.

«DEMOCRATA» (lendo) — Por absoluta falta de espaço, não podemos publicar a carta do Dr. Lopes de Oliveira, de Oliveira de Azeméis. Está de serviço a farmácia Cabral.

ZÉ — Você sempre me saiu um **maduro!**... (Sai)

*

«O DE AVEIRO» (Lendo) — Tudo o que aqui dissemos, desde a implantação da República, saiu certo. Nós somos um verdadeiro saragoçano. O nosso país é um carnaval constante. Não há remédio que o salve. Nem o Grijó é capaz de o endireitar. Está tudo perdido! Tudo perdido! Tudo! Isto está a pedir muita... (Interrompe com um ataque de tosse).

PANGLOSS — Oh! (Fa o gesto de dar pancada).

«AVEIRO SPORTIVO» (Id.) — No domingo, houve encontro entre o 11 da Azurva e o F.C.O.H.P. de S. Bernardo. Venceu o primeiro por 4 a zero. Não gostámos da arbitragem do Sr. Duarte Simão. Para outra vez será melhor escolher outro que pesque mais disto.

«CORREIO DE AVEIRO» — O «Correio de Aveiro» tem um princípio: a Murtosa; um meio: a Murtosa; um fim: a Murtosa.

«VOZ DO POVO» — Camaradas! Camaradinhas! Para a frente é que é o caminho! Vamos à conquista do pão: a fome não tem lei!

PANGLOSS—Yes! Com foma não se pode viver!
Yes!

«ALMA ACADÊMICA»—Rapazes! Tenhamos fé!
Confiemos na força dos nossos pulmões e no entusiasmo, sempre esplendoroso, dos nossos corações!
Sursum corda!

PANGLOSS (**Levantando-se**)—Aveira ter boas alavancas. Aveira querer progredir. Mim querer ficar para sempre em Aveira! Aqui tudo está good!

TAINHA—Viva o Dr. Pangloss!

TODOS—Viva! Viva Pangloss!

TAINHA (**Cantando**)

Sem esta filosofia
não há terra que remoce!
Digam todos neste dia:
—Viva, viva Pangloss!

TODOS—Sem esta filosofia, etc. (**Entra Zé**).

*

ZÉ (**Um tanto comprometido**)—Sr. Tainha...

TAINHA—Que temos?

ZÉ—É que... não sei se...

TAINHA—Vamos! Fala!

ZÉ—É que está ali a «Feira de Março», que deseja entrar; mas vem tão maltrapilha, tão pelintra...

TAINHA—Que tenha paciência! E mais ninguém?

ZÉ—Há um par de botas.

TAINHA—Um par de botas?!

ZÉ—Mandaram-nas da Sapataria Miguéis. Diz que é para o descomunalíssimo talento do Dr. Pangloss.

TAINHA—Põe-nas no quarto de Sua Excelência.

ZÉ—Ainda há mais.

TAINHA—Mais botas?!

ZÉ—Não, Senhor! Mas agora é que não sei se deva dizer. Receio ser indiscreto.

TAINHA—Desembucha, homem!

ZÉ—É um esqueleto.

PANGLOSS (**Erguendo-se**)—**Esquelete?!**

ZÉ—São as «Ossadas da Guerra» do Capitão Rebocho.

TAINHA—Que entrem as «Ossadas»! (**Apagam-se as luzes. Saem todos, menos Tainha e Pangloss, que andam às apalpadelas**).

*

PANGLOSS—Mim não gostar destas brincadeiras. Não achar graça nenhuma.

TAINHA—Tenha paciência, Dr. A minha luz é intermitente. (**Entra D. Eléctrica e oito lâmpadas. Aparece a luz. Pangloss esfrega os olhos**).

D. ELÉCTRICA E LÂMPADAS (**Cantando**)

Nossa luz
aqui penetra,
luz de truz,
pois é eléctrica.

Se ela se apaga
por um momento,
logo se alaga
o escurecimento.

É a melhor,
a mais barata,
mas a pior
pra zaragata.

— Bis

D. ELÉCTRICA —

Nem somente o sol e mais a lua,
com seus claros, vivos raios de ouro
e a sua luz violenta e crua
iluminam o mundo com'um tesouro.

Bruxuleando firme, rebrilhando,
quando a chama intensa nos produz,
sente-se a alma quente, volitando
em torno, em redor da nossa luz.

As estrelas sidéreas, luminosas,
sentem-se mal de nos ver cintilar,
e cerram-se ,apagando, invejosas,
o fulgor que elas têm em seu olhar.

CÔRO —

As mariposas douradas
em redor de nós volitam; — Bis
e de luz embriagadas
dentro de nós se precipitam. — Bis

PANGLOSS—D. Electrique não fazer mais graças dessas!

D. ELÉCTRICA—Engana-se, Senhor! Isto não são graças. São síncope que me dão. Ando muito fraca, muito anémica. Receitaram-me ares dos **Campos**; mas o que eu precisava era ir para o... Alfusqueiro. Falta-me... aquilo com que se compram os melões! E, se não fosse o Dr. Ferramenta... já não era viva. (**Entram Zé, populares, um polícia e um bombeiro**).

ZÉ (**Com um lampião aceso na mão, os populares armados de bengala e o bombeiro com uma agulheta**)—Ah; É a Senhora Eléctrica? É boa! E nós a julgarmos que eram as «Ossadas», ou almas do outro mundo!

TODOS — Ah, ah, ah! (**Cantam**).

Se acaso aqui vimos,
quais outros D. Quixotes,
creiam bem que aqui sentimos
o coração aos piparotes.

Não é medo, vamos jurar,
nem susto ou aflição;
para na cidade andar,
é preciso lampeão!

Ah, ah, ah, ah!
Ah, ah, ah!
Ah, ah, ah!

Viva a pândega,
Olé, olá!

Viva a pândega
e a folia,

o prazer
e a alegria!

Ah, ah, ah!

Ah, ah, ah!

Viva a pândega
e a folia,
olé, olá.

Não somos conspiradores,
nem se quer mal a ninguém;
só da ordem amadores
e da rapioca também.

Sem bulha nem matinada,
Sem barulho de maior,
Cá trazemos gente armada,
pra não irmos pró «major».
Ah, ah, ah, ah!, etc.

(**Pangloss e Tainha riem-se. Cai o pano**)

ACTO II

A cena representa o Largo Municipal. Ao fundo, o edifício da Câmara e, em plano anterior, a estátua de José Estêvão. Bancos de jardim.

Zé, sentado num banco, dorme profundamente. Sujeitos que vão passando avançam quase até o pros-cénio e cantam.

Um deles —

Neste «Largo dos Pacatos»,
de dia — ninguém vê isto! —,
passeia, de mãos atrás,
o nosso bom **Manel** Cristo. **bis, com coro**

Um deles —

De verão, em noites claras
— isto até vai pró jornal! —,
aqui guia a caravana **bis, com coro**
o Dr. Luís do Vale.

»

Em noites de lua cheia,
vem o Rebocho Agapito,
o Paixão, o Silva Pereira, **idem**
outro Rebocho bonito.

»

Digam agora, Senhores,
digam todos, mas à fé,
se este nosso larguinho **idem**
dos bons pacatos não é!

(**Saem. Entra Má-Língua**)

MÁ-LÍNGUA (**Mãos atrás das costas, vem na peugada dos populares. Olha a estátua e dirige-se ao Zé**).
— Ó cavalheiro! (**Zé continua dormindo**) Ó amigo!

ZÉ — Que é lá? (**mal humorado**) Que é que quer?
MÁ-LÍNGUA — Diga-me cá. Porque é que engraxaram as botas ao José Estêvão?

ZÉ — Ora essa! Então não sabe? Como no domingo chegam excursionistas de Viana, Aveiro lavou a cara, cortou as unhas, pôs pó de arroz e fez «toilette».

MÁ-LÍNGUA — Muito me diz. (**Muito baixo**) Olhe lá. E de novidades? Como vamos?

ZÉ — Não sei tanto como isto (**indica a ponta de um dedo**).

MÁ-LÍNGUA — Sabe-me dizer onde está esse Dr. Pangloss?

ZÉ — Conhece-o?

MÁ-LÍNGUA — Conheço. Quer dizer: já o vi, mas ainda não lhe falei.

ZÉ — Estou à espera dele. É um filósofo. Para ele, tudo está good, tudo bonne. Não deve tardar.

MÁ-LÍNGUA — Poi eu também sou filósofo.

ZÉ — Com essa cara?!

MÁ-LÍNGUA — Sim, senhor. E tenho a certeza de que o meu sistema filosófico tem mais adeptos e é o mais racionalmente menos disparatado.

ZÉ — Em que se funda o seu sistema?

MÁ-LÍNGUA — Eu lhe digo. Eu não sou positivamente um epicurista. Está a compreender, não é verdade? Não sou. Mas considero a Terra um enorme tonel, cheio de vinho branco, onde vão beber, num ansioso desejo de progresso, os filósofos como eu. A torneira são as bocas do mundo! (**Solene**) No mundo

só há uma verdade: a do vinho! Ando a escrever uma obra em 73 volumes, intitulada «Elogio do Vinho», com um sugestivo subtítulo: «In vino veritas». Essa obra descomunal vai ser traduzida em inglês ali pelo Dr. Coimbra, do Liceu; em Hebraico, pelo P.^o Vieira; em francês, pelo Dr. Queirós e em esperanto pelo Faria, do Ultramarino.

ZÉ — Faria?!

MÃ-LÍNGUA — Sim! Pelo Director da Creche Aveirense.

ZÉ — Ah! Já sei.

MÃ-LÍNGUA — É pro isso que eu queria encontrar-me com o meu colega Pangloss, estar com ele umas horas, discutir, filosofar, criticar, esmerilhar, esquadri-nhar, porque da discussão nasce a luz do progresso regional.

ZÉ — (A parte) — Irra! Que maçador!

MÃ-LÍNGUA — Compreendeu?

ZÉ — Compreendi, sim, mas olhe que hoje não é ocasião de lhe falar, porque ele vem aqui, propositada e exclusivamente para contemplar este Largo e as suas belezas.

MÃ-LÍNGUA — Nesse caso, vou-me à vida. Muita saúde! Tenho muito que fazer: daqui, dirijo-me à casa do António de Pínho, à Praça do Peixe, para provar uma bela pinga de verdasco, tipo de Amarante, que lhe chegou hoje às 10 e meia da manhã; depois, sigo para a rua de S. Bartolomeu, saber coisas acerca daquele escândalo da filha da tia do Bernardino Escacha... Porque — sabe? — eu sou muito curioso. Quer ouvir? (Canta)

Eu sou o curioso
que de todos maldigo;
de ninguém sou amigo;
sou um ser invejoso.

Sou o «eterno perguntas»,
o que passa pelas portas,
de noite, a horas mortas,
e espreita pelas portas.

Nas horas vagas, sou
filósofo barato;
com tino e com tacto
a S. Martinho vou.

ZÉ (Cantando)

Curioso,
invejoso,
a ninguém
queres bem!
É serpente

— Bis

que na gente
mansamente
metes dente!

— Bis

(Declamando) — Muito gosto em conhecê-lo, de longe. Vá para o Diabo, mais a sua filosofia!

MÃ-LÍNGUA — Olhe lá! Quem é aquela máscara?

ZÉ — Vejamos. (Entra uma mulher mascarada).

*

MÁSCARA (com dominó de fantasia, atravessando a cena) — Adeus, peludos!

ZÉ — Peluda... será ela.

MÃ-LÍNGUA — Veja se a conhece.

ZÉ — Espera! (A máscara pára) Deixa ver quem és. (A máscara consente, sem que o Má-Língua perceba) Já sei! Já sei! Podes ir. (Para Má-Língua) Sabe quem é?

MÃ-LÍNGUA — Não. (Com curiosidade) Quem é? Quem é? (A máscara sai).

*

ZÉ (Cantando)

É segredo que não digo;
ficará sempre comigo;
cá no peito morrerá!
Podemos, porém, contar
Vê-la aqui atravessar
prò Teatro, acolá.

— Bis

No Teatro cá de Aveiro,
logo depois de Fevereiro,
a toda a gente pasmada,
hão-de os seus autores um dia,
ambos eles, à porfia,
dar a bela «Caldeirada».

— Bis

MÃ-LÍNGUA — Nesse caso, até mais ver!

ZÉ — Até sempre, seu Má-Língua! Está a compreender?

MÃ-LÍNGUA — Perfeitamente. A bom filósofo meia filosofia basta. Adeus! (Solene) O meu sistema...

ZÉ (Imitando-o) — ...é como o de S. Martinho: reside num copo de vinho!

MÃ-LÍNGUA — Nem mais, nem menos. (Sai)

*

ZÉ — Isto é que é um ponto! Ele há cada um!... (Senta-se. Ao fundo, passam duas criadas de servir, cantando).

Ó bonequinha,
agora, agora;
ó bonequinha,
agora, já...

*

PANGLOSS — Good evening!

ZÉ (**Erguendo-se**) — Good evening, Sr. Doutor. Bem disposto, como parece, para observar o Largo dos Pacatos?

PANGLOSS — Yes! Thank you! Muita bem disposta. É este?

ZÉ — É este. Vou descrevê-lo a V. Ex.^a. O Largo dos pacatos é um recinto arborizado, aveirense de lei, que vê: a leste, a farmácia com os seus remédios; a D. Célia com a sua cirurgia; o Soares com a sua dentadura, o Manuel Moreira com os seus panos e vidros; a Misericórdia com os azulejos e o Colégio Português com a sua tabuleta escrita em **pretuguês**; ao Norte, o Correio com a sua inebriante água de colónia; ao Sul, a Câmara, a Domus Municipalis, com as suas eternas, mas encantadoras ruínas e higiénicas prisões, e ao Poente, o Liceu, de gloriosa memória e académica tradição.

PANGLOSS — De quem é a farmácia?

ZÉ — É do Brito. É o clube dos Papos-Secos cá do burgo. Olhe! Eles aí vêm! (**Entram os três Papos-Secos**)

*

DR. BISMUTO — Sou o Dr. Bismuto.

DR. DEPRECADA — Dr. Deprecada.

DR. SARDINHA — Dr. Sardinha.

TODOS —

Sem eira nem beira,
sem chelpa, sem nada!

Somos os três janotinhas,
Papos-Secos trics, trics;
cá na cidade não há
figurinos assim chics.

Se no Brito, à Costeira,
passa cachopa com graça,
vamos todos na esteira,
como faz o cão de caça.

Se alguém passa
ali, no Brito,
ouve chalaça
de ficar aflito. — Bis

ZÉ (**Para Pangloss**) — Repare bem para estes manecos! (**Para Dr. Bismuto**) — Ó Sr. Dr. Bismuto, dá-me uma calcinha branca?

DR. BISMUTO — Pois não! (**Dá-lhe um cigarro.**)

ZÉ — Quem dá um cigarro dá um fósforo. (**Bismuto tira uma caixa de fós foros, mas esta está vazia.**)

DR. BISBUTO — Não há. Recolheram à Companhia para levarem nova sobrecarga. Mas tenho isqueiro. Tome lá! (**Acende-o. Entram dois fiscais**)

*

FISCAIS (**Cantando**)

Nós fomos chamados
aqui, à porfia,
pra serem pilhados
quem selo não queria.

Denúncia foi, certa:
a tal gente é esta.
Ficarão filados,
e catrafilados!

PANGLOSS — Quem serem vocês?

FISCAIS (**Cantando**)

Fieis empregados
nós somos do selo;
de riço trabalho
nós somos modelo.
Selamos isqueiros,
selamos recibos,
selamos padeiros,
selamos os chibos;
selamos quem casa,
selamos quem morre,
selamos quem pára,
selamos quem corre.

PANGLOSS —

Ser capazes, ser
de selar a night!
Que cousa tão feia!
Yes! All right!

— Bis

FISCAIS —

Fieis empregados
nós somos do selo;
de riço trabalho
nós somos modelo.
Selamos o vinho,
selamos a isca,
selamos as cartas

prò jogo da bisca.
Selamos contratos,
selamos bilhetes,
selamos as bombas,
selamos foguetes.

PANGLOSS — Ser capazes, ser..., etc.

1.º FISCAL — Qual dos senhores é que fez uso dum acendedor automático?

DR. BISMUTO — V. Ex.^{as} decerto estão equivocados. Nós somos respeitadores da lei. Não há fósforos, mas prescindimos deles.

2.º FISCAL — Os cavalheiros façam o favor de nos acompanhar.

PANGLOSS — Peço **reverência** para estes senhores. Eu ser Pangloss.

1.º FISCAL — Sinto muito que V. Ex.^a seja o Sr. Pão de Ló... mas são **ordres!** Venham daí. E é já!

FISCAIS (Cantando)

A galope, é já partir,
é já, é já, é já!
Sem a menor detenção,
Olé, olé, olá!
Fica sem ter que vestir,
é já, é já, é já!
quem cair na nossa mão,
Olé, olé, olá!

TODOS —

A galope, é já partir,
sem a menor detenção;
Fica sem ter que vestir
quem cair na nossa(ou vossa) mão.

(Saem. Ouve-se fora da cena — Hip! Hip! Hip!
Hurrah! — e entram dois bolistas ,cada um com sua bola.
Calção e camisola de futebol)

*

ZÉ — Vamos apreciar este par de galhetas.

1.º BOLISTA — És bruto, homem! És uma cavalgadura!

ZÉ — Como vê, Sr. Doutor, estes entendem-se bem.

2.º BOLISTA — Cavalgadura, porquê?

1.º BOLISTA — Nunca tu poderás convencer-me de que a natação é superior ao futebol.

2.º BOLISTA — Cavalgadura és tu, porque eu nunca disse isso. Sei muito bem que é no futebol que está a salvação do país.

ZÉ — Vê, Dr. Pangloss? A salvação de Portugal está na bola! Anda tudo fora dos eixos.

1.º BOLISTA — Pois claro!

2.º BOLISTA — As estatísticas é que falam, alto e bom som! Antes de haver futebol no nosso país, a densidade de tuberculosos era de 75 centésimos por km²; depois do futebol, essa densidade subiu, quero dizer, desceu para uma milésima. Não venhas para cá com as tuas teorias, que são falsas.

ZÉ — Vivam! Então? Temos hoje desafio?

1.º BOLISTA — Três: um no Rossio, entre os negros de Coimbra e os amarelos do S.P.T., da Força; o segundo, no Largo do Governo Civil: bater-se-ão como leões dos grupos **fixes** — os onze de Portimão e outros tantos do Social Sport da Praça do Peixe; finalmente, no Cojo, lutaram como feras **Os Galitos**, com o Pompeu e o Natividade à frente, e os do Beira-Mar, que são os futuros campeões de Portugal.

ZÉ — Bravíssimo!

2.º BOLISTA — Isto, é claro, não falando dos desafios parciais que vossências estão habituados a ver: nas Cinco Ruas, em S. Gonçalo, em S. Domingos, na Rua Larga, em todos os becos, em cima da Esquadra, etc., etc.

PANGLOSS — Yes! E acreditar V. Ex.^{as} na eficácia do futebol?

BOLISTAS (Cantando)

Sem dúvida nenhuma!
É esta a salvação
dum país moribundo,
dum país sem acção.

Com bola ou sem ela,
a correr, a remar,
a rasgar a farpela,
tudo é avançar!

— Bis

Se cá neste país
houvesse uma bola,
não estávamos hoje
a pedir uma esmola.

Já vêem, pois, senhores,
sem que eu seja carola,
que todo o progresso
dimana da bola!

— Bis

PANGLOSS — Mim ficar sabendo tudo isso, yes!

BOLISTAS — E agora, meus senhores, saúde e futebolismo! (Cada um deles dá um pontapé no Zé)

ZÉ — Irra! Sempre há cada bruto! (Saem os bolistas)

*

ZÉ (**Olhando-os ainda** — Tendes razão! Se não fosse a vossa bola; se não fossem os vossos desafios, dentro de pouco tempo não cabíamos neste apertadíssimo globo. Muito bem! É preciso diminuir a população. É o progresso. (Para Pangloss) Não acha?

PANGLOSS — Yes! (**Apontando a Câmara**) Então, ali ser os Paços do Concelho?

ZÉ — Saiba V. Ex.^a que sim. Anda em reparação desde que me conheço. Aquilo são as obras de Santa Engrácia cá da terra. Depois, é também um depósito de perfumes dos mais notáveis do mundo. O chiquismo aveirense não se fornece do Martins nem do Pompeu: vem ali.

PANGLOSS — Onde?

ZÉ — À esquina da Rua da Revolução.

PANGLOSS — Da Revolução? Qual delas?

ZÉ — Sei lá! Talvez a primeira! Talvez a última. Já por lá passou?

PANGLOSS — Nada. Ainda não passar.

ZÉ — Pois não perde pela demora. É um cheirinho que consola! É uma das coisas que mais honram a nossa terra. — Esta estátua é do grande José Estêvão. Descobriram, não sei como, que foi sindicalista, e todos os anos aqui vêm os anarquistas oferecer-lhe um livro... de pedra! É uma biblioteca!

PANGLOSS — Ser muito curioso! Ali, o correio.

ZÉ — Exactamente.

PANGLOSS — E ali... o Liceu.

ZÉ — Olhe! Repare! Quer ver? O Ferreira Neves. É o nosso Fersicore.

PANGLOSS — Tem grace!

ZÉ — Agora saiu o Reitor. Que barulho que vem a fazer! Vai comprar doces ali à Lucianinha. Olhe! Conhece aquele que vem a descer os degraus?

PANGLOSS — Não conhecer.

ZÉ — Ih, cos diabos! Lá sai um regimento de oficiais. Parece um quartel. Apre, que se os rapazes escapam das feras não se gabarão de escapar das espadas. Ele é o Vaz, ele é o Pires, ele é o Barão, ele é o Tavares... Eu sei lá! É um mundo deles!

PANGLOSS — E os estudantes?

ZÉ — Estão em férias e em festas. Não se lhes põe hoje a vista em cima. Nem no Clube!

PANGLOSS — Clube de estudantes?!

ZÉ — Sim. Ali nos Arcos, em casa do Reis & Comp.^a Lda., com águas, papéis, drogas e livros na loja e aos domicílios. Ali é que eles matam as agruras **di a vida**... Mas isto aqui não dá mais nada. Vamos. Quero levá-lo ao «Jardim das Delícias» Espere! Espere! Alguém se aproxima. Ah! É a Furta-Cores. É a D. Política.

PANGLOSS — Mim não conhecer a Política portuguesa.

ZÉ — A Política portuguesa, Sr. Dr., é um símbolo. O nosso saudoso Rafael Bordalo Pinheiro eternizou-a

numa admirável caricatura. A política é a **Grande Força**. E ontem, e hoje, e amanhã, será sempre a mesma. (**Falando para fora**) Podes entrar, esbelta criatura! O Sr. Dr. Pangloss já sabe quem és! (**Entra D. Política**)

*

D. POLITICA — Dr. Pangloss, seja bem-vindo; Pode prestar-me relevantes serviços. Se você quisesse casar comigo...

ZÉ (**Aparte**) — Ó ai ó linda, se tu queres casar comigo, vai pedir-me à minha mãe...

PANGLOSS — Não, não, minha **Senhorra**. «Tarde piou», como disse ontem o Silvério de Magalhães.

D. POLITICA — Ah, Sr. Doutor! Se esta (**indica a boca**) dissesse o que esta (**bate na testa**) pensa... (**Canta**)

Brilhe o sol ou gire a lua,
chegue a noite ou venha o dia,
quer em casa, quer na rua,
reina em meu peito a alegria!

Sempre a mesma aqui me vêm,
cada vez mais descarada;
por mais voltas que me dêem,
eu não mudo mesmo nada.

No tempo da outra Senhora
fui também o que hoje sou,
digam todos, muito embora,
que isto tudo que mudou.

Se se fala com alguém,
dizem todos, em geral: — **Bis**
os de cima, — «Isto vai bem!»;
os de baixo, — «Isto vai mal!» — **Bis**

TODOS —

Se se fala com alguém, etc.

ZÉ — Vai bem, vai! Não podia ir melhor...

PANGLOSS (**Apontando para fora**) — Quem ser aquele maltrapilho?

ZÉ — Não conheço! (**Observando**) Oh, coitado! É o Regionalismo!

PANGLOSS — Regionalismo?

ZÉ — Sim, Regionalismo: uma **mayonnaise** de políticos que para aí houve. Agora, é tudo regional: temos o Museu... o Banco... o Sindicato Agrícola...

D. POLITICA — Pobre do meu filho! **Quantum mutatus ab illo!**

ZÉ—Quem te viu e quem te vê! (**Entra o Regionalismo**).

*

D. POLITICA—Como passas, amor? Não vais melhorzinho?

REGIONALISMO (**Tossindo de vez em quando, canta — música das «Feiras de Santa Clara»**)

Ai o vosso regionalismo,
regionalismo,
regionalismo,
ai quando ele aqui apar'ceu,
ai quando ele aqui apar'ceu,
toda a gente já dizia,
já dizia
já dizia:

A política regional morreu,
a política regional morreu!
Cebolório,
cebolório,
cebolório!

ZÉ—Coitado!

PANGLOSS—Tome injeções!

ZÉ—Já não vai lá! Coitado! Como ele está!

REGIONALISMO (**Tossindo sempre, sai cantando**)

Ai o vosso regionalismo, etc.

(**Para caso de «bis»**)

O Cristo foi meu padrinho,
meu padrinho,
meu padrinho,
mas de nada me valeu,
mas de nada me valeu;
tudo foi por água abaixo,
zai abaixo,
zai abaixo,
a política regional morreu,
a política regional morreu!
Cebolório,
cebolório,
cebolório!

*

D. POLITICA—Coitadito! Eu sou muito amiga dele, mas não lhe posso valer. (**Chora**)

ZÉ—Então! Não chore; o Sr. Dr. Pangloss vai protegê-la. E protegerá também o seu pobre filho.

D. POLITICA—Muito obrigada! (**Entra D. Camaleão**)

*

D. CAMALEÃO (**Com fato de várias cores e trazendo um maço de jornais**)—Eu é que a hei-de salvar, mamã!

D. POLITICA—Oh! Meu filho!

ZÉ (**Aparte**)—Isto é que é uma família!

PANGLOSS (**Para D. Camaleão**)—Quem ser?

D. CAMALEÃO—Chamo-me Camaleão, e vivo há muitos séculos. Sou filho desta Senhora, mas política é coisa que eu não tenho. Estou sempre com o governo. Ando, vivo, vegeto segundo as conveniências do estô-mago. Falo ao sabor da assistência e tão depressa sou monárquico, anarquista, republicano de todos matizes, sindicalista, integralista, como bolchevista dos mais exaltados. Sou a religião do futuro!

ZÉ—Sr. Doutor, que diz a esta filosofia?

PANGLOSS—Mim não perceber gente desta, yes!

ZÉ—Há por aí tanto disto, Deus do Céu!

PANGLOSS (**Para D. Política**)—Very good! Mim querer casar com a menina. Yes!

ZÉ—Pois faz mal, Sr. Doutor, e desculpará. A política aveirense é muito divertida. Se o Sr. a leva, Aveiro não tem quem o faça rir. É capaz de cair numa neuras-tenia profunda. Isto é um «Carnaval constante» — como diz o Cristo.

PANGLOSS—Mas Pangloss ficar em Aveiro.

D. CAMALEÃO (**Para D. Política**)—O Dr. já bebeu água da fonte da Praça!

PANGLOSS—Pangloss naturalizar-se eveirense e ficar nesta freguesia da...

ZÉ—...da Glória. A Glória é da ria para cá; a da Vera-Cruz é da ria para lá. Deste lado, o Senhor dos Passos de S. Domingos, a música velha, a velha guarda e as cebolas; do outro, o Senhor dos passos do Carmo, a música da Patela, o Clube dos Galitos e os alhos. Agora, escolha.

PANGLOSS—Mim ficar nesta freguesia das cebolas. Pangloss não gostar de alhos.

ZÉ (**Para D. Política**)—Parabéns à D. Política dos ovos moles, pelo seu consórcio com o Dr. Pangloss. Temos progresso! **Fine!** Dancemos e cantemos! Vivam os noivos!

PANGLOSS—**Fine!** Very well! All right! (**Aparecem os populares do começo do acto, uma das criadas e a máscara. Uma das sopeiras e a máscara dançam, respectivamente, com o Zé e com D. Camaleão**)

*

ZÉ—Por causa desta política,
muita coisa tenho visto.

D. POLITICA E ZÉ—Olaré, sou tua (teu);

não o digas a ninguém;

Olaré, sou tua (teu),

Olaré, meu bem! — **Bis**

ZÉ— Quem lá se mete, lá fica;
não sei bem porque resisto.

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

D. POLITICA— Quantos há que aí estão,
que tudo a mim me devem.

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

D. POLITICA— Sobe a carne e o feijão,
não sei bem se me percebem...

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

(Em caso de bis)

ZÉ— Diz em Aveiro a crítica
— disto não faço segredo... —

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

ZÉ— que é um chavão em política
o nosso amigo Macedo.

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

ZÉ— Em Aveiro, quando há dança,
todos perdem a estribeira.

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

ZÉ— Dança o pobre, dança o rico,
dança o Inspector Cerqueira.

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

D. POLITICA— Dançam os sinos da **Cambra**,
as árvores e os pardais;

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

D. POLITICA— dançam na Praça do Peixe,
dançam à beira do cais.

D. POLITICA E ZÉ— Olaré, etc.

(Cai o pano)

ACTO III

Floresta. Assentos de pedra. A um lado, uma cruzeta com a legenda «Jardim das Delícias».

Ao subir o pano, ouve-se ao longe um coro de mulheres, que cantam as seguintes sextilhas da «Canção das Salineiras».

«Eu sou filha dum pobre marnoto
e nasci cá nas praias do mar;
o meu berço era a proa dum barco
e dormia do norte ao soprar.
Ai que lindo o meu berço não era!
Que travessa era a ria a saltar!

E cá vim trabalhar na marinha;
já seis anos compridos lá vão.
Há que tempos eu sou salineira,

ajudando meu pai, meu irmão!
O nordeste tornou-me trigueira;
calejou-me a canastra na mão.»

(Bernardo Xavier de Magalhães)

(Entram Zé e Pangloss)

ZÉ— Até que enfim, chegámos!

PANGLOSS— Perfeitamente. Que ser isto?

ZÉ— Ecos do passado. São as salineiras que se dirigem para as marinhas. Coisas, velharias que já lá vão há muito e das quais tenho profundas saudades! (**Acaba o canto**) Aqui é que V. Ex.^a fica bem ao corrente da vida aveirense. (**Olhando para fora**) Espere! Temos obra. Encaminha-se para aqui povolêu em grande matinada.

(Entram populares)

*

POPULARES (Cantando)

Vimos todos a correr,
pra notícias receber!

Toda a gente anda alarmada,
porque a Barra está fechada!

Ó seu Zé, diga-nos lá
porque a Ria assim está.

ZÉ— Sei lá! Mas, já que vocês pedem com tanta insistência, vou dizê-lo em verso cantadinho.

Que querem, que querem que eu diga,
se a voz se me embaraça?
Não sei se prossiga;
não sei se tal faça...

A areia não deixa
a água correr.
Se a Barra se fecha,
que se lhe há-de fazer?

Navios não saem,
navios não entram;
os peixes não nascem,
os muros rebentam.

Não chegam marés
para o sal fazer;
após anos dez,
não há que comer!

É esta a desgraça
que aqui ninguém vê!
Não sei que se faça,
não sei que se dê! — Bis

Ora aqui têm os meus amigos o que lhes posso dizer. Nestas coisas, nada sei dizer senão por música. **(Para Pangloss)** Isto, Sr. Doutor, é a maior questão da cidade, mas ninguém se mexe. **(De repente)** Olhem lá! E porque é que vocês não esperam pelas obras da Junta Autónoma?

UM POPULAR — Oh! Ela aí vem! **(Saem ao seu encontro)**

*

ZÉ — Eu não lhe disse? Isto promete, Sr. Doutor.
PANGLOSS — Very intèressante!

ZÉ — Ei-los! **(Entram os Populares com a Junta, atada de pés e mãos, com uma pasta)**

*

ZÉ — Coitadinha! Custa-lhe muito dar um passo...

UM POPULAR — Viva a nossa salvadora!

TODOS — Viva!

ZÉ **(Para Pangloss)** — Vem com conferências e tudo!
POPULARES **(Cantando)**

Viva a nossa salvadora,
Tchim, tchim, ratatchim!
Comissão piramidal,
ratapum, pum, pum!
É uma grave Senhora,
Tchim, tchim, ratatchim!
Outra não se encontra igual,
ratapum, pum, pum.
Pois que comissão assim,
Tchim, tchim, ratatchim!
Todos bons a um por um,
ratapum, pum, pum!

Comissão assim,
tchim, tchim, ratatchim!
Só um, só um,
ratapum, pum, pum!
tchim, tchim, ratatchim,
ratapum, pum, pum!

JUNTA AUTÓNOMA **(Cantando)**

Obrigada, obrigadinha,
por tais manifestações!
Sou de vós tão amiguinha,
que comovo os corações.

A Junta, certos estai,
vosso ninho há-de velar;
será um segundo pai;
por vós há-de vigilar.

TODOS —

Comissão assim,
tchim, tchim, ratatchim!
Só um, só um,
ratapum, pum, pum!
Tchim, tchim, ratatchim,
ratapum, pum, pum!

JUNTA **(Declamando)** É esta a minha divisa, mas...
(Cantando)

É esperar,
é descansar;
é, pois, deixar
tudo acabar!
É destruir,
é abolir,
é minar,
é arrasar.

TODOS —

Pica-pau,
Pica-pau,
Pica-pau,
pau, pau!

JUNTA —

Interesses
directos,
fica tudo
em projectos!
Dragagens,
sondagens,
são tudo
miragens

TODOS —

Pica-pau,
pica-pau,
pica-pau,
pau, pau!

ZÉ — Olhe lá! Trouxe mapas, projectos e discursos?

JUNTA — Ó menino, adeusinho! **(Vai a sair)**

ZÉ — Adeus, ó **post-scriptum!**

UM POPULAR — Viva a nossa salvadora!

TODOS — Viva! **(Saem)**

ZÉ— Isto aqui é tudo assim: muito palavreado, muitos discursos, muito barulho e... nada!

PANGLOSS— Zé não ser pessimista! Zé seguir minha **filosófia**: tudo está bonne, tudo está good! Yes! (Entra Sabe-Tudo)

ZÉ (Para ele)— Ouve lá, ó petiz! Que andas por aqui a fazer? (**mutismo**) Tu não ouves?! Como te chamas?

SABE-TUDO— Eu?! Sou o Sabe-Tudo, natural da Lapónia e estudante do 3.º ano do Liceu de Vasco da Gama.

ZÉ— Sabe-Tudo?! Ora vamos lá a ver. Quem é o melhor tanoeiro da cidade?

SABE-TUDO— O Anselmo das Carmelitas.

ZÉ— Porquê?

SABE-TUDO— Não é ele que faz todas as barriquinhas prós ovos-moles?

ZÉ— Tens razão. Olha! Quem é o director da Companhia das Águas de Aveiro?

SABE-TUDO— O Capitão do Porto, o profeta.

ZÉ (Para Pangloss)— Não sou capaz de o apanhar em falso!

PANGLOSS— Ser muito **sábida**, yes!

SABE-TUDO— Quer mais alguma coisa?

ZÉ— Agora, vamos a um bocado de coreografia. O que vem a ser a Vila da Feira?

SABE-TUDO— A terra do patriotismo e das fogaças!

ZÉ— E Arouca?

SABE-TUDO— A terra de Santa Mafalda, filha que foi de D. Sancho I, e das morcelas, que você nunca provou!

ZÉ— Não provei?! Isso é muito adivinhar! Com que é que os de Oliveira de Azeméis enchem a boca?

SABE-TUDO— Com a La-Salette!

ZÉ— E os de Ovar?

SABE-TUDO— Com o Furadouro!

ZÉ— E os de Ílhavo?

SABE-TUDO— Com o Farol, com o Bilhano, com o Vale do Vouga e com a lâmpada.

ZÉ— Sim, senhor! És um alho! (**Pausa**) Dize-me lá: quem é que anda mais depressa, em Aveiro?

SABE-TUDO— Quem há-de ser? O «Sempre a andar»!

ZÉ— E mais devagar?

SABE-TUDO— O inspector Cerqueira e o Dr. Ferreira Neves!

ZÉ— Qual é o primeiro centenário a realizar-se em Aveiro?

SABE-TUDO— O da travessia da Mancha.

Do canal da Mancha? Como assim?

PANGLOSS— Cãnal de Manche?

SABE-TUDO— Então, estão os Senhores muito alheios às coisas de Aveiro! Celebra-se aqui a travessia da Mancha, porque quem fez essa travessia foi o nosso Magalhães.

ZÉ— Apanhei-te! O Fernão de Magalhães?!

SABE-TUDO— Ah, ah, ah! O Silvério. Toda a gente sabe que foi o Silvério de Magalhães quem levou avante esse estupendo feito! Assim como foi ele quem conseguiu, em Aveiro, a maior compressão de despesas.

ZÉ— Sim?!

SABE-TUDO— É como canta! Consegue fazer todas as despesas — cama, mesa, roupa lavada, engomada e passada a ferro, charutos, Mário Duarte, etc. — com quinze tostões diários. Fique sabendo! Quinze tostões!

ZÉ— Bem! Dou-me por vencido... Olha lá! Quem é que mais cumprimentos distribui à roda do ano?

SABE-TUDO— Na roda do ano é difícil fazer a conta; mas durante o dia é o Major Meneses. O que é preciso é multiplicar por 2 os cumprimentos que ele faz.

ZÉ— Porquê?

SABE-TUDO— Porque ele costuma sempre bisá-los.

ZÉ— Não há dúvida! És realmente o «Sabe-Tudo». Aperta a mão aqui ao Dr. Pangloss.

SABE-TUDO— Estimei muito conhecê-lo, colega!

PANGLOSS— Obrigado! Para onde ir Sabe-Tudo?

SABE-TUDO— Eu?! Como hoje é dia de festa, não fui às aulas e aqui estou (**Cantando**)

Toca a raspar,
toca a brincar!
Viva a folia,
Viva a magia,
que reinação,
que empalmação
em livros dar!
Só sei cabular!
À aula não vou;
madrão eu sou.
Verdade, não minto;
só digo o que sinto:
melhor é brincar
do que o estudar.
Viva a folia!
Viva a magia!
Se à aula vou
e se me chamou
o mestre mau,
fico de pau!
Boca fechada,
língua parada,

não sei falar.
Só sei cabular!

E, no fim, que entalação!
Chegados ao S. João,
Zás... zero na caderneta
e em casa... cacholeta!

(**Declamando**) Saudinha, saudinha! (**Apontando para fora**) Parece que se dirigem para aqui as «Pupilas do Senhor Reitor». Ai, não são: é a Tricana Antiga e a Tricana Moderna; antes e depois do chocolate da pretensão. (**Sai. Entram as anunciadas**).

*

TRICANA ANTIGA (**Cantando**)

Chinela tão pequenina
no meu pé assenta bem!
Formosa como ninguém,
o xaile me torna menina. — **Bis**

Noutros tempos, fui assim,
esbelta, gentil, airosa:
tinha o perfume da rosa,
o encanto do jasmim. — **Bis**

ZÉ— Esta... a tricana dos bons tempos!

TRICANA MODERNA (**idem**)

Hoje, aspiro a ser senhora;
Hei-de sê-lo, tenho fé!
Foi-se a chinela do pé,
foi-se o encanto embora! — **Bis**

PANGLOSS— Porque não voltar a **menine** ao traje antigo?

TRICANA ANTIGA— É o destino, meu Senhor. É a moda. (**Sai**)

*

ZÉ— A moda! Hà-de aqui vir essa mafoma, o terror dos maridos, olé! (**Olhando para fora**) Olha quem ele é!

PANGLOSS— Ser algum marote?

ZÉ— Nada! É o nosso amigo comerciante. O outro era o **Sabe-Tudo**; este é o **Sobe-Tudo**.

SOBE-TUDO (**Cantando**)

Sou um hñesto
comerciante,
que a meu talante
os preços mudo.

Não há decretos,
nem bons projectos,
nem ratoeira
prà maroteira.

(**Declamando**)— De que valem tribunais e denúncias, se...

A tudo fujo
com boa arte?
O mesmo sou
em toda a parte.
Sobe o pão,
sobe o café,
sobe o feijão,
olé, olé!
De preçorum
mercadorum
libera nós
e Dominé!

(**Declamando**)— Afinal de contas, sô Zé, tudo quer ganhar. Ninguém se contenta com pouco. Comerciantes somos nós todos, homem! Aumentam o ordenado ao funcionalismo público? Que faz o comerciante? Aumenta o ordenado a si próprio! Tudo se queixa, mas cada um procura vender aquilo que tem, bem vendido. Todos sobem os preços, porque...

Nesta vida, tudo sobe;
quem não sobe é porque é tolo!
Só não sobe quem não pode,
ou então não tem miolo!

TODOS— Nesta vida, etc.

ZÉ— Muito bem! Muito bem! Então, a como corre hoje o feijão?

SOBE-TUDO— A 6\$00 o litro, o frade. Mas amanhã, pela manhã, passa para 10\$00; ao meio-dia, sobe para 30; e à noite, não há, para aparecer no dia seguinte a 50! É o negócio. E negócios... são negócios! Quem quer bons ofícios... aprende-os! (**Sai**)

*

ZÉ— Não há que fugir-lhe, Sr. Doutor. (**Olhando para fora**) Aí temos agora um pescador, um tipo eterno desta segunda Veneza. (**Entram pescadores**)

*

PESCADOR (**Cantando**)

«Pescadores, ó pescadores,
de olhos da cor do sargaço,

que havia de ser da gente,
pescadores, ó pescadores,
se não fosse o vosso braço?»

(Carlos Negrão)

(Declamando) — Bons dias!

ZÉ — Viva! Para onde é a ida?

PESCADOR — Vá perguntá-lo à Ria, à Costa Nova,
à Costa de S. Jacinto e à Torreira (Canta).

Pescadores, ó pescadores, etc.

(Declamando) — Temos nortada rija. Vá de abalar!
(Saem. A cena escurece. Ouve-se a introdução do «Fado das Capas» da Academia de Aveiro. Entram estudantes)

*

ZÉ — É o Fado das Capas» da Academia do Liceu.
Letra e música são de antigos alunos. É a mocidade
buliçosa que se diverte e canta. Sê benvinda!

ESTUDANTE (Cantando)

«O fado dos portugueses
quantas histórias nos narra!
É uma alma que chora
nas cordas duma guitarra!

Que doces são as tentações

CORO — As tentações...

ESTUDANTE — Dum coração que sabe amar!

CORO — Que sabe amar!

ESTUDANTE — Ao ouvir-se, no além da noite,
triste, uma guitarra a chorar!

CORO — Ao ouvir-se, no além da noite, etc.

ESTUDANTE — As capas dos estudantes
teceu-as a mão de Deus,
para que o amor das mulheres,
ai, pudesse entrar nos céus.

CORO — Que doces são as tentações, etc.

ESTUDANTE — Vamos embora depressa
— capas, voai, oh, que dor! —
pelas nossas namoradas
pedi a Nosso Senhor!

CORO — Que doces são, etc.

(Para caso de bis)

ESTUDANTE — As nossas capas, senhoras,
são orações de tristeza,
negras, dizendo o destino
desta terra portuguesa.

CORO — Que doces são, etc.

ESTUDANTE — Vai subindo para Deus
Portugal, terra bizarra,
nas dobras de cada capa,
nas cordas duma guitarra.

CORO — Que doces são, etc.

(Saem devagar, ao som da introdução do Fado. A
luz reaparece a pouco e pouco)

*

ZÉ — É esta, Sr. Dr., a canção mais querida do povo
português. Quando estava nas trincheiras e ouvia o
nosso fado, sabe lá o que eu sentia!

PANGLOSS — Ser muito bonita; mas mim ficar
muito triste, muito pensativa, quando ouço o fado.
(Pausa) Zé não se esquecer que mim querer ver monu-
mentas da cidade. (Levanta-se)

ZÉ — Monumentos... havia-os, mas... foram-se, desa-
pareceram, sumiram-se. Já não existem. Requiescant
in pace.

PANGLOSS — Não perceber! Algum terramota?

ZÉ — Quase. Eu lhe conto. Os monumentos foram-se,
porque o Cabral, aviador, levou-os para S. Jacinto!
Não se espante, meu Senhor. Aqui há tempos, ao
passar por sobre o Largo dos Pacatos, ia arrebatando
a torre da cadeia; no dia seguinte, levou quase todo
o Museu Regional, com director e tudo; passado tempo,
e sem que ninguém o esperasse, bifa o zimbório das
águas do jardim; uma manhã, que era de nevoeiro, mas
não excessivamente cerrado, raptou o Governo Civil!
Outro dia, o Liceu... escapou por acaso! E, se não
amarrassem o José Estêvão, já tinha andado! É um rapa!

PANGLOSS — Então, não haver mais nada!

ZÉ — Não está por aí mais ninguém. (Entra a Moda)

*

MODA — Estou eu!

PANGLOSS — Quem ser a menina?

MODA — Vai ouvir! (Canta)

Eu sou a Moda, a caprichosa Moda,
que o mundo embrulha num chapéu francês;
faço as cabeças desandar à roda,
mudando sempre ao começar o mês.

Ora me encaixo num vestido estreito,
ora me envolvo em peliças caras;
ora com folhos uma saia enfeito,
ora me adorno de raposas caras.

Alteio os ombros, endireito as pernas,
branqueio o rosto com vária loção;
invento sempre confecções modernas,
postigos, tranças, saias de balão.

Trago ao pescoço bicharada fera;
ponho à cabeça trapalhadas mil:
gaivotas, ratos, couves, folhas de hera;
dou à cintura forma de funil.

O mundo vário minha bolha engoda;
sou dos maridos a mortal turquês.
Eu sou a Moda, a caprichosa Moda,
que o mundo embrulha num chapéu francês.

ZÉ — Sim, sim, mas nós não precisamos de ti.

MODA — Quanto te enganas! Todos se curvam ao
meu poder e à minha férrea vontade. Tudo! Pobres e
ricos. E, se não, ouve. Hoje fala-se em calão de
alfarja? É a moda. Há um descimento de cintas nas
meninas e senhoras?

ZÉ — É a moda!

MODA — Os menicagues e as menicacas tratam-se
por você?

ZÉ — É a moda!

MODA — Estão os móveis tortos, em casa, a estor-
var os compartimentos, porque é moda. Agora, na rua,
vais ouvir. **(Canta)**

Já dizem todos, todos,
todos dizem à porfia...

ZÉ e MODA — Já dizem todos, todos,
todos dizem à porfia...

MODA — Olha a menina, menina,
que tem a sua mania.

ZÉ e MODA — Olha a menina, etc.

CORO — Anda o luar
lá pelos céus,
a namorar — Bis
os olhos teus!

MODA — Olho assim e assim!
Assim e assim eu sorrio.

ZÉ **(exagerando)** — Ela olha assim, assim;
Assim, assim ela sorri!

MODA — Assim, assim eu ando,
Assim, assim me desvio.

ZÉ — Assim, assim ela anda;
assim, assim se desvia!

MODA — Assim, assim eu abano;
assim, assim eu cortejo.

ZÉ — Assim, assim se abana;
assim, assim corteja!

MODA — Assim, assim eu valso;
assim, assim eu solfejo.

ZÉ — Assim, assim ela valsa;
assim e assim solfeja.

MODA — Lábios e faces rosadas... — Bis
ZÉ — Com carmim!

MODA — Dentes formosos põe o dentista... — Bis
ZÉ — de marfim!

MODA — Erguem ancas duas arcadas... — Bis
ZÉ — De balão!

MODA — O seio alteia-se com almofadas...
ZÉ — De algodão!

CORO — Anda o luar..., etc.

ZÉ — Tens razão, ó moda! Tu submetes tudo ao teu
império. A todos, menos aqui ao Dr. Pangloss e ao
Marques Gomes.

MODA — Pois, pois, pois, seu Zé! **(Sai)**

PANGLOSS — Yes! Mim não gostar de **modes**; mas
a **mode** ser uma das coisas boas do mundo. Sem **mode**,
não haver **múlheres**!

ZÉ — Ah! o Dr. Pangloss também gosta de mulheres!
(Aparte) Então não querem lá ver? Ai, o grande maroto!
(Alto) Agora, vai ver o povo, o genuíno, o autêntico,
nos seus costumes, nas tradições da sua terra. Veja.
Dirigem-se para a romaria da Senhora das Dores.
(Entram homens empoeirados, casacos ao ombro, e
guarda-sóis; mulheres muito bem preparadas, chapeli-
nhos pequenos. Trazem bombo, violas, ferrinhos e har-
mónio. Cantam).

UMA RAPARIGA —

Tudo o que há triste no mundo
tomara que fosse meu,
para ver se tudo junto
era mais triste do que eu.

POPULAR —

Não sei que quer a desgraça,
que atrás de mim corre tanto;
hei-de passar e mostrar-lhe
que de vê-la não me espanto!

UMA RAPARIGA —

Amor com amor se paga,
já que outra paga não tem;
quem com amor não paga
não diga que paga bem!

POPULAR —

Amor com amor se paga;
nunca vi coisa tão justa.
Paga-me contigo mesmo,
meu amor, se te não custa.

VÁRIAS VOZES — Eh! Eh! Eh! Eh!, rapaziada! Vamos lá! Eh! Eh! Uh! (Saem)

*

ZÉ — É este o povo, na sua simplicidade e poesia! Nas cidades, já não há tradições, já não há povo. A cidade abastardou-se! Em tudo! Cantam-se **tux-stops** e dançam-se **foxitrotos**, e o Diabo que os carregue! Há só **nobrezia**. (Pausa) mas fez bem, Dr. Pangloss, em assentar arraiais em Aveiro. Vamos a ver se V. Ex.^a, com a sua benéfica filosofia, pode salvar esta linda terra. Panglossize Aveiro, Senhor! Tire-lhe esta descrença, este pessimismo que a tem acabrunhado, e acabe com todos os que, nada fazendo, impedem e criticam o que os outros fazem. E ela progredirá, e ela marchará, e ela tornar-se-á mais bela e cada vez mais atraente, reflectindo, no amplo espelho da sua Ria, a pureza dos nossos costumes e a candidez dos nossas almas. (Despoja-se do gabão) Eu não sou o Zé, criado da hospedaria. Chamo-me Progresso. O meu lema é: Por Aveiro! Viva Aveiro!

PANGLOSS — Viva! (Abraça Zé. Sobe o pano do fundo e aparecem os Concelhos, os Populares, Tainha, etc. Zé fica na parte superior)

Apotheose

CONCELHOS FEMININOS (Cantando)

Dezassete manos são,
de todos bem conhecidos!

HOMENS — Bem conhecidos!

C. FEMININOS — Não podem viver unidos;
andam sempre ao repêlão!

HOMENS — Ao repêlão!

C. FEMININOS — Mas o concelho de Aveiro,
por mais lindo, é o primeiro!

HOMENS — É o primeiro!

C. FEMININOS — Aveiro, linda Veneza,
terra santa portuguesa!

HOMENS — Portuguesa!

TODOS — Veneza de Portugal,
terra fecunda de sal,
poentes de oiro e de luz,
o teu nome até seduz!
Amemos, pois, com fervor,
Aveiro, a mais linda flor! — Bis

Cai o pano

Dois sonetos do então professor do Liceu de Aveiro
— P.^o MANUEL RODRIGUES VIEIRA.

I

«Na expectativa benévola» — Ensaio Geral. (Noite de 12 de Fevereiro de 1924)

«A peça... tem corrido menos mal,
sem encalhe, incerteza ou aleijão,
os rapazes **cumprindo**, no geral,
as meninas fazendo um figurão!

Se tudo segue assim até final,
há-de ser espantoso o alegrão!
Queira Deus... não desande em vendaval
de lançar cabritinhos pelo chão!

Vejam, pois, se se portam à altura,
se metem chave de ouro no soneto,
ou se encravam, no resto, a fechadura.

Se a peça seu remate tem correcto,
doce fino e rica molhadura,
em nome dos Autores eu vos prometo».

II

«Prólogo (um Velho) da Revista»

(Recitado, na noite da 2.^a representação — dia 16 de Fevereiro — no intervalo do 2.^o para o 3.^o acto, pelo estudante António Sacchetti)

«A graça portuguesa, a verdadeira,
que dos mestres tem sido celebrada,
é doce e natural, não é grosseira:
belisca, mas não fere mesmo nada.

Do bom-senso risonha companheira
desliza com brandura, não enfada.
É muito salutar e é ordeira
— diz a gente que se preza de educada.

À Revista... serviu de inspiração
«ridendo» — diz a regra, a advertência —
depressa vai até ao coração,

tomando lá assento e permanência.
Tal foi, tal é o fim desta lição.

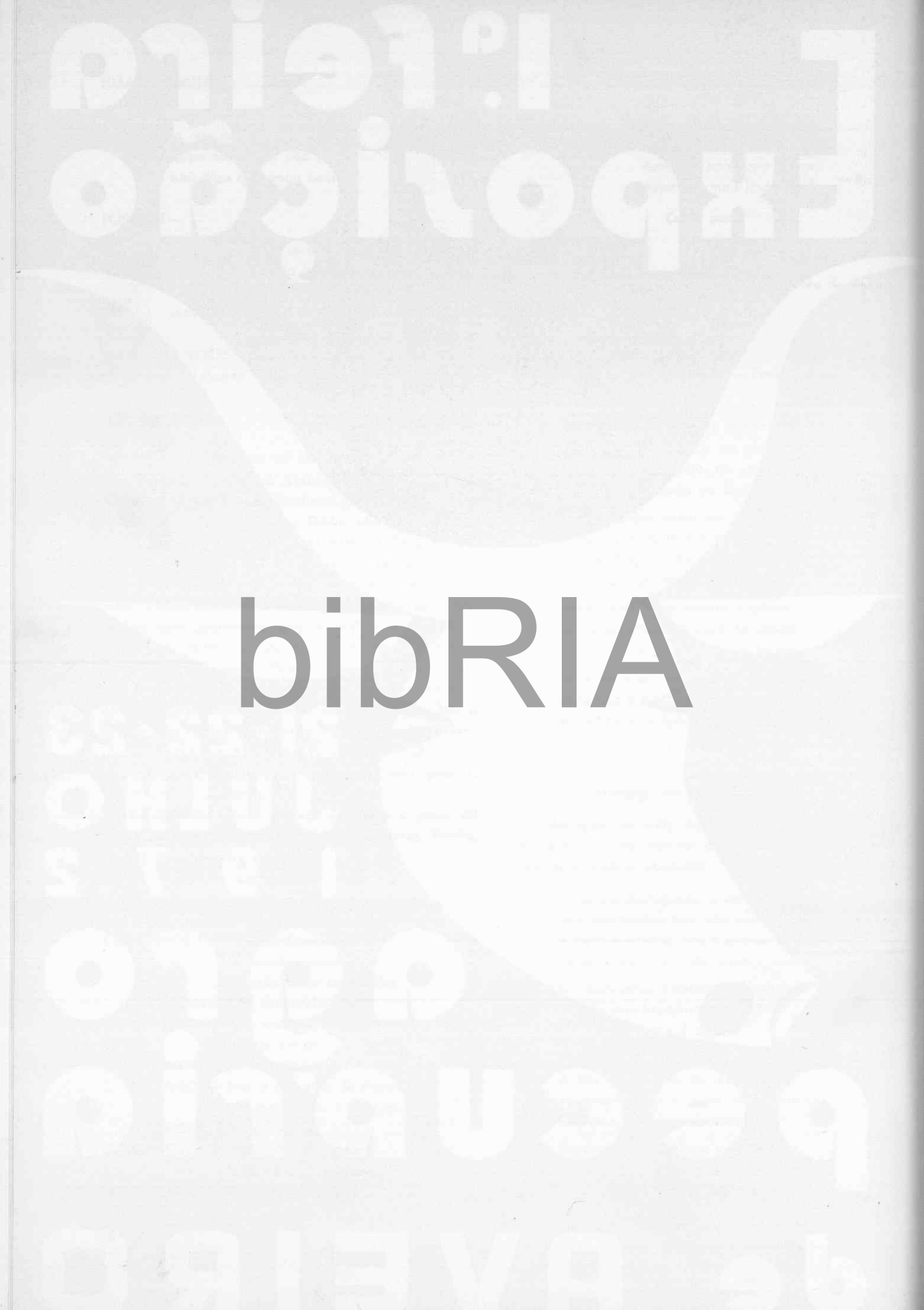
— Se alguém o não entenda, paciência.»

1.ª feira Exposição

BIBLIA

**21·22·23
JULHO
1 9 7 2**

**agro
pecuária
de AVEIRO**



bibRIA

Constituiu assinalável êxito a I FEIRA EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA DE AVEIRO.

A Junta Distrital de Aveiro, não podia ficar indiferente à realização de tão importante certame que espera venha a repetir-se todos os anos. Tal realização, terá total apoio do Corpo Administrativo do Distrito que pretende, deste modo, dar plena satisfação às atribuições que na matéria a lei lhe consigna.

Do que foi a I FEIRA EXPOSIÇÃO AGRO-PECUÁRIA DE AVEIRO, bem como a justificação da respectiva realização, se dá nota, a seguir, inserindo-se do correspondente programa, os elementos mais necessários.

Justificação

Se quiséssemos simbolizar a vida rural de Entre Douro e Mondego, especialmente na larga planura do Distrito de Aveiro que se estende e se debruça sobre o mar, não encontraríamos certamente melhor e mais expressivo sinal que a vaca leiteira. Integrada na paisagem verde dos campos ou imanizando as atenções e absorvendo cuidados persistentes nas explorações agrícolas, ela imprime carácter de dominância nesta região. E então surge e conquista posição personalizante, tal como o touro no Ribatejo, a oliveira na Beira Baixa, o sobreiro no Alentejo ou a vinha de enforcado no Minho.

É centro de gravitação que deriva duma ecologia específica, e que amanhã, já num futuro que se espera próximo, mais se evidenciará nos milhares de hectares de terrenos de aluvião do Vouga que se pretendem e urge recuperar; mas também é fruto da acção fecunda do homem que, na sua luta diária com a terra, ao longo de gerações, nunca esmoreceu na sua tenacidade, procurando tirar partido dos condicionalismos regionais.

É pois da trilogia — terra, clima e homem — que a vaca leiteira se destaca aqui com pujança na vida económica e social do mundo rural. Daí, o natural anseio de mostrar o que melhor existe neste campo de actividade, como espelho do actual estágio evolutivo e da tendência projectiva que se manifesta; daí, a louvável intenção de provocar estímulos com vista a valorizar o efectivo pecuário e a impulsionar o sector para novas arrancadas e posição mais de vanguarda.

É esta a finalidade da I Feira Exposição Agro-Pecuária de Aveiro.

E porquê, em Aveiro?

Toda a região litoral situada entre Douro e Mondego, com extensão ainda para o norte até Viana do Castelo, podemos considerá-la como o solar de leite de vaca no continente português, com uma produção que atinge cerca de 70 % do total.

E nela, é inegável ser o distrito de Aveiro o mais representativo, na medida em que, desde longa data, é o que regista maior capacidade de resposta às solicitações crescentes da procura. Região polícroma e harmoniosa, onde as serranias agrestes, adoçadas, aqui e além, pelos vales verdejantes, se esbatem nas planuras do litoral, que o imenso oceano afaga e tempera com a sua benigna influência climática, foi reconhecida e aproveitada nas suas efectivas potencialidades pela indústria de transformação, que aqui localizam algumas unidades do mais alto nível técnico e económico do país.

Objectivamente, a análise da produção do leite no Distrito de Aveiro, relativamente à dos outros quatro Distritos que compõem esta vasta mancha do noroeste, revela-nos uma posição destacada, traduzida pelos seguintes indicadores, em percentagem:

Aveiro	...	...	...	...	...	...	45
Coimbra	...	...	...	...	...	...	20
Porto	...	...	...	...	...	...	17
Braga	...	...	...	...	...	...	10
Viana do Castelo	...	...	...	...	...	...	8

Esta posição de 45 %, significa uma representação numa entrega anual de leite nos postos de recepção da ordem dos 66 000 000 de litros (não está incluído o consumo das casas agrícolas que se computa em 10 000 000 de litros), o que também lhe confere situação cimeira entre os doze Distritos do Continente com valimento nesta actividade, conforme se podem verificar na seguinte relação, com índices expressos em percentagem:

1 — Aveiro	...	...	...	...	...	28.6
2 — Lisboa	...	...	...	...	...	19.9
3 — Coimbra	...	...	...	...	...	12.8
4 — Porto	...	...	...	...	...	11.0
5 — Braga	...	...	...	...	...	7.1
6 — Viana do Castelo	...	...	...	...	...	5.2
7 — Évora	...	...	...	...	...	4.8
8 — Portalegre	...	...	...	...	...	3.0
9 — Santarém	...	...	...	...	...	2.0

10 — Leiria	1.8
11 — Setúbal	1.7
12 — Beja	1.6
Diversos	0.5

E todo o seu mecanismo produtivo se apoia num nítido sentido evolutivo, evidenciado no duplo aspecto quantitativo e qualificativo do leite, o que lhe tem permitido dar acentuada cobertura às exigências do abastecimento de Lisboa.

O valor do leite recolhido, acrescentado ao das crias vendidas aos trinta dias, computa-se em 250 000 000\$00, o que representa cerca de 25 % do produto bruto do sector agrícola. E sob o ponto de vista social e económico, referir-se-á que esta produção, ligada à de carne, interessa a perto de 22 500 agricultores, envolvendo um investimento em capital fixo e morto da ordem dos 2 400 000 000\$00».

bibliA

COMISSÃO PROMOTORA

Câmara Municipal de Aveiro

Federação dos Grémios da Lavoura da Beira Litoral — Coimbra

UNIAGRI — União de Cooperativas para Preparação de Rações — Vale de Cambra

LACTICOOP — União de Cooperativas de Produtores de Leite de entre Douro e Mondego — Sever do Vouga

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente — Eng.º Manuel Simões Pontes (Governador Civil Substituto)

Secretários Gerais — Eng.º Carlos Manuel Ferreira da Maia
— Dr. Jaime Rodrigues Machado

Responsável pelo Concurso Pecuário — Dr. Jerónimo Coelho de Paiva

Responsável pela Organização do Leilão — Dr. Nuno da Cunha Dias

Responsáveis pelas Actividades Culturais — Eng.º Manuel Gonzalez Queiroz
— Joaquim António Gaspar de Melo Albino

Responsável pelo Sector de Estudos e Projectos — Eng.º Basílio Tavares de Noronha Lebre

Responsável pela Publicidade e Imprensa — Eng.º Alberto Branco Lopes

CONSTITUIÇÃO DA SECRETARIA GERAL

Secretários Gerais — Eng.º Carlos Manuel Ferreira da Maia

— Dr. Jaime Rodrigues Machado

Serviços de Alimentação e Alojamento — Reg. Agrícola João Alberto Dantas Martins

Serviços de Transportes — Reg. Agr. Agostinho Monteiro Barreto Sachetti
— Reg. Agrícola Arlindo Cruz

Propaganda e Imprensa — Diamantino Manuel dos Reis Dias
— Henrique Junqueiro Fidalgo

Exposição de Equipamento — Reg. Agrícola Agostinho Pinto Cardoso

Secretaria e Tesouraria — Reg. Agrícola Agostinho Pinto Cardoso

*

PROGRAMA

Dia 21

- 10.00 horas — Abertura da exposição documental Junta Distrital
— Admissão do gado (até às 20.00 horas) Local da Feira
- 11.00 horas — Abertura da exposição de equipamento especializado (Frente à Escola Comercial)

Dia 22

- 9.00 horas — Abertura da exposição de gado Idem
- 9.30 horas — Reunião para nomeação dos júris para o concurso pecuário Idem
- 15.00 horas — Colóquio sobre as perspectivas de desenvolvimento económico-social da Zona Integrada do Vouga Junta Distrital
- 21.30 horas — Festival folclórico Rossio

Dia 23

- 9.30 horas — Afixação dos resultados do concurso Local da Feira
- 10.00 horas — Abertura do leilão dos bovinos selectos (Frente à Escola Comercial)
- 15.00 horas — Visita oficial à Feira Exposição Idem
- 16.00 horas — Desfile do gado premiado e distribuição de prémios Idem

Colóquio sobre as perspectivas de desenvolvimento económico-social da Zona Integrada do Vouga

Dado o assinalável interesse de que se revestem para a Região do Vouga, os assuntos tratados no Colóquio, publicamos, na íntegra, as intervenções dos Srs. Engenheiros-agrónomos José Gamelas Júnior e Carlos Manuel Ferreira Maia e do Veterinário, Dr. Jaime Rodrigues Machado.

No próximo número, contamos inserir as demais intervenções.

Engenheiro Agrónomo JOSÉ GAMELAS JÚNIOR

Os que nos visitam devem merecer a nossa consideração e ser honrados em prioridade de atenções. Sede bem-vindos a um colóquio onde se vão debater problemas importantes da nossa casa. Para ele vos convidamos a intervir sempre que queirais, porque é-nos cara e tida em grande conta a opinião dos amigos, e tanto mais quanto é certo que para alguns o tema da matéria em foco também interessa directa ou indirectamente.

Uma advertência quero aqui formular logo no início desta minha intervenção. Falarei apenas e exclusi-

vamente na minha qualidade de Presidente da Junta Distrital de Aveiro e, como tal, peço que seja entendido tudo quanto disser.

Três ordens de considerações, ligadas ao tema do colóquio, desejaria aqui abordar muito rápida e sinteticamente:

1) A agricultura, nas suas incidências com a bacia do Vouga

É natural, e mesmo exigível, uma palavra sobre a agricultura, na medida em que está hoje particularmente em foco em Aveiro, num dos seus sectores que



Distribuição de prémios.

mais hipóteses oferece para um desenvolvimento técnico, económico e social a nível europeu. E bem está esta chamada das atenções gerais, que se desejaria perdurasse como nota de permanente alerta no pensamento e nas preocupações de responsáveis e de interessados.

Torna-se cada vez mais evidente aos olhos de toda a gente que a vida do nosso mundo rural se situa numa fase crítica. Embora tardiamente, está a sentir os reflexos da Revolução Industrial, que se manifestaram mais ou menos convulsivamente por todo o universo. É toda uma vasta e profunda transformação social em curso, que agora é mais rápida, e, por isso, muitas vezes dura, quando não mesmo agressiva; é um salto

para uma evolução lenta e espasmódica, com o abandono gradual do regime de auto-suficiência vergiliana e adopção de métodos de economia de mercado, onde a preparação do homem é fundamental para atacar de frente os problemas da tecnologia da produção e da comercialização em contínua e célere marcha, enxertados em estruturas anquilosadas que não oferecem condições de rentabilidade aos capitais investidos.

Mas não nos demoremos mais na citação dos factores que imprimem desorientação no viver da nossa agricultura, que, todavia, paradoxalmente, se vai preparando para voos que a personalizam, na conquista de um lugar ao sol a que tem direito.

Própriamente no Distrito de Aveiro, onde o arran-



Visita à exposição documental da Junta Distrital de Aveiro pelo então Secretário de Estado da Agricultura, Eng.º Vasco Leónidas

gigantesco para novas e melhores fórmulas de vida, que não se alcançarão sem o sacrifício de muitos que, infelizmente, ficam cilindrados pelo caminho, a cujos escolhos e espinhos não conseguiram adaptar-se.

E estes são tais e tantos que provocam uma ambiência de perturbação económica e social tanto maior quanto mais faltar uma política adequada, amortecedora de choques e simultaneamente orientadora e incentivadora de progresso por linhas de rumo seguras.

Aparece, em primeiro lugar, o êxodo agrícola, que atingiu a sua máxima expressão no fluxo emigratório e no condicionalismo mais aliciante do sector secundário. E ainda o próprio desenvolvimento da indústria, que se apoiou e ainda apoia na agricultura, impelindo-a

que industrial se desencadeou para níveis de desenvolvimento já muito apreciáveis, a agricultura, embora evidentemente mais rígida nos processo de evolução, lá vai singrando na sua escalada do Calvário. Tropeção aqui e além, sem planeamento idóneo e seguro, negando a condição de ser um «modo de morte» para continuar a ser antes um «modo de vida», certo é que, arrastada mesmo pela onda expansionista do sector secundário, a agricultura, aqui, embora deprimida, virou-se para a economia de mercado em termos já de relevância, atingindo níveis mais elevados de desenvolvimento que em muitas outras regiões.

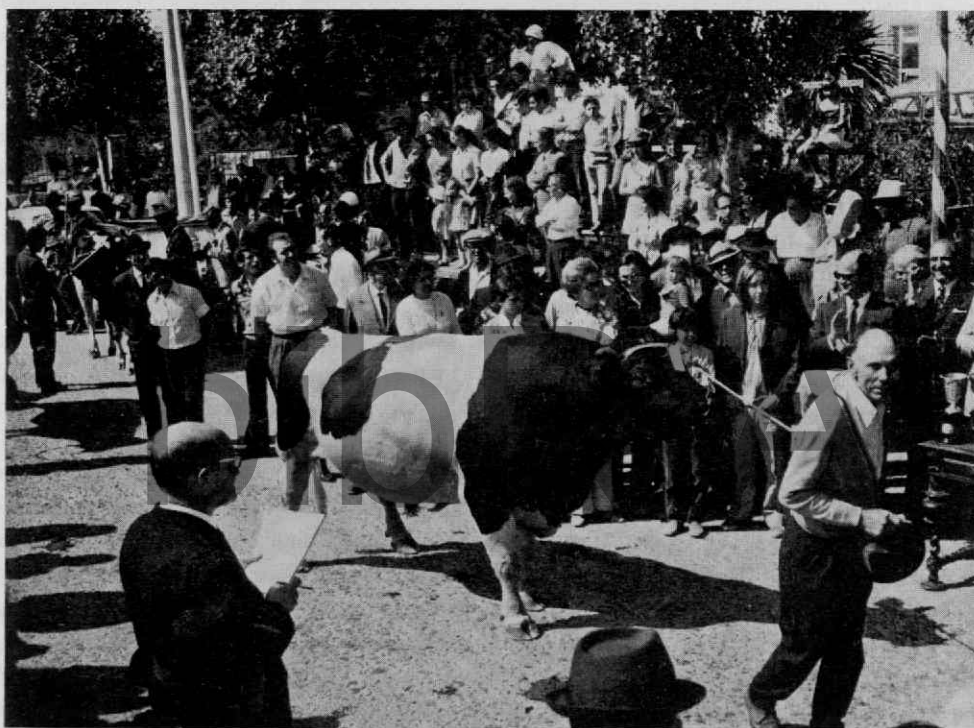
Está em curso a formação de uma nova mentalidade que a ajuda a adaptar-se a novos condicionalis-

mos, onde a competição é factor comum e determinante; procura mais ousadamente empresas dimensionadas, onde o fenómeno cooperativo começa a ter expressão; participa nos mecanismos da vida económica, repartindo o valor da produção agrícola pelos de outros sectores, que lhe fornecem bens e serviços, cujos encargos figuram nos custos de produção ou nos investimentos.

Luta constante esta, em que se joga a todo o momento a sorte de muitos, com os seus problemas humanos minimizados ou postergados pela frieza impiedosa de uma onda materializadora da vida. Apesar de todos os desânimos e de um mar de ilusões desfeitas, não há tréguas nem esmorece o afã posto na

Estão aqui, bem perto de nós, cerca de **11 000 hectares** de óptimos terrenos de aluvião que há muito esperam a atenção e cuidados dos homens, para que possam desentranhar-se em riqueza. Está ali uma larga extensão de terrenos ubérrimos que evocam um passado rico e que o homem deixou perder, e que diz mal e é um ferrete — porque é vergonha — no carácter trabalhador, de conquista e de vanguarda do aveirense. É bem um sinal — triste sinal — de evidente contraste de um povo todo atirado para a frente, mas que teima em querer ter o pé atascado na terra inundada e infecunda, que já nem é bucólica, porque é miséria complacientemente consentida.

Os holandeses gastam rios de dinheiro para con-



Desfile do gado premiado e distribuição de prémios.

busca do equilíbrio com os outros sectores. Ainda bem que assim é, porque se a expansão industrial depende em alto grau da transformação das estruturas e da técnica agrícola, na medida em que deste mecanismo se proporciona o alargamento dos mercados de bens de equipamento e de consumo, também qualquer atraso na agricultura, mercê de uma política económica menos cuidadosa ou desajustada das realidades, que não respeite uma intervenção prioritária, pode provocar um bloqueamento que afectará toda a economia.

E é dentro desta panorâmica geral e específica do sector primário, que o problema do Vouga tem de ser visto a sério, como uma realidade que interessa efectivamente à economia da região e do país.

quistarem palmos de terra ao mar; nós, porém, temos terrenos — e dos melhores — que, por incúria, deixamos perdê-los e até parece que com indiferença. Regra geral, e já que as terras permanentemente alagadas de água doce e salgada estão esquecidas e não fazem moça, só nos lembramos do caso nas épocas das inundações e, então, apenas e através de um coro de lamentações inoperantes, que vai perdendo força e quase se extinguiria se outros alargamentos inoportunos não aparecessem a destruir colheitas e a empobrecer ainda mais os que já são pobres.

Mas seremos nós um país tão rico que nos permitamos dar ao luxo de desprezar a riqueza produtiva de 11 000 hectares de bons terrenos de aluvião? Como

é possível a existência do contraste de querermos louvavelmente aumentar o produto interno bruto, na mira de conseguir acréscimos de riqueza para todos, e não darmos um passo, durante anos sucessivos, para o aproveitamento adequado destes terrenos?

Sem se menosprezarem ou discutirem as diligências e os investimentos canalizados para um melhor aproveitamento de terrenos com futuro duvidoso, porque não foram paralelamente lembrados estes campos, que oferecem mais fácil resposta, numa região onde há tradição no manejo da água, e se impõe uma política de fixação das gentes rurais?

O centro e o norte do Distrito de Aveiro é hoje uma realidade industrial, que muito pesa na economia da nação. Se já constitui um autêntico polo de desenvolvimento, mercê do espírito de iniciativa e empresarial existente, tudo indica que, vencida a fase de arranque, naturalmente se caminha para uma dominância económica e social que se projecte e influa em vastas áreas subjacentes, arrastando nomeadamente a agricultura para novos estádios evolutivos.

E é neste contexto que estes 11 000 hectares da bacia do Vouga não podem ficar esquecidos, porque serão indispensáveis para fazer face às novas e sucessivas exigências que os circunstancialismos económicos desta vivência industrial progressiva determinarão em prazo curto. Para a busca do equilíbrio que norteia o sector primário, seria crime se não se mobilizassem todos os recursos no sentido de proporcionar à agricultura e à nação o acréscimo de riqueza que esta área possibilita com segurança. Seria arriscado e constituiria erro de primeira grandeza que um plano de fomento não incluisse nos seus objectivos prioritários esta realidade evidente.

É do conhecimento geral estar já na última fase a elaboração do projecto que naturalmente precede a anunciada construção da estrada-dique Aveiro-Murtosa, uma das estruturas fundamentais para se distinguir a ansiada recuperação destes terrenos.

Faltaria à justiça e afigura-se-me que daria uma triste nota de ingratidão se, como aveirense, não destacasse a acção pertinaz do Governador Civil de Aveiro, Dr. Francisco do Vale Guimarães, porque a ele se deve — à sua inteligência e espírito objectivo sempre presente e à frente na luta pelas realidades candentes, e ao seu amor à causa e progresso do Distrito a que inteiramente se votou — a prossecução efectiva e interessada dos estudos e da próxima concretização de uma obra tão complexa, de preparação necessariamente demorada e tão dispendiosa.

Outras obras, porém, também indispensáveis, estão estudadas com vista à obtenção integral deste objectivo, como seja a barragem em Ribeiradio, e outras iniciativas complementares de defesa e regularização do leito

do rio Vouga. Para elas continuará a ser indispensável o interesse e o entusiasmo do Governador Civil de Aveiro, mas parece-me que à sua volta se devia aglutinar uma falange representativa e operosa mais dilatada e mais viva, de todos quantos sentem a utilidade e projecção deste grande empreendimento.

Mais desenvolvidamente, um dos oradores que me segue, trará elementos que melhor ajuizarão da importância desta obra, com valores específicos que traduzem a realidade actual e perspectivam o futuro, dentro das potencialidades que a região oferece.

2) A indústria, como fonte dinamizadora de progresso e de arranque em áreas a desenvolver

Mercê das naturais condições do Distrito de Aveiro, nomeadamente a sua localização, e as qualidades assinaláveis de iniciativa e sentido empresarial das suas gentes, desde há décadas que, principalmente a sua parte norte e centro, tem sido palco do despertar e de um sucessivo e mesmo espantoso desenvolvimento industrial, que se processa em variadíssimos ramos com projecção nacional e internacional.

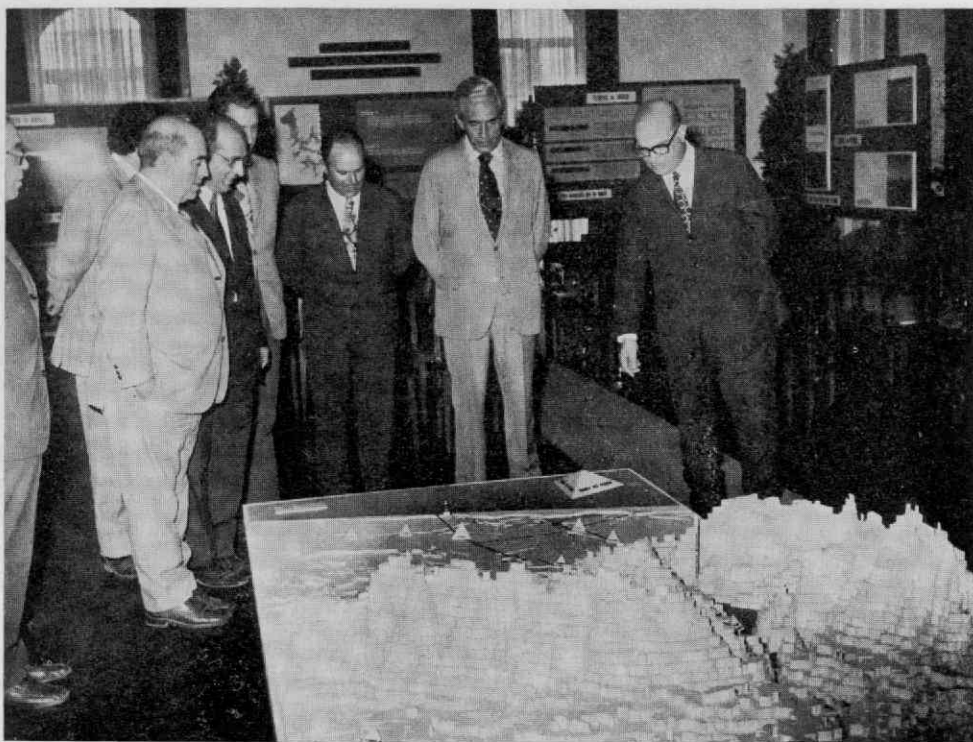
É inegável a força deste centro industrial, facilmente comprovada nos elementos estatísticos que o boletim da especialidade faculta; é indiscutível a mentalidade empresarial que domina o meio e orienta os caminhos dos seus sectores, sem esforço confirmada em qualquer encontro com os seus responsáveis.

Está neles, no factor humano, o principal segredo do êxito, dando vida às ideias, continuamente em renovação para uma exigível e vital adaptação aos processos tecnológicos da produção e condições de comercialização de um mundo em marcha acelerada.

Quem pára, fica para trás, e não se domina o presente e muito menos se conquista o futuro. Mas não é andar de qualquer maneira. Interessa marchar em frente, dentro de uma acção estudada e coordenada, que pressupõe, a alto nível, um planeamento que trace as linhas mestras do desenvolvimento.

Estudar, planificar e executar: três palavras simples e que avalanche de problemas não envolvem!... Tal como as palavras no dicionário ou as tintas a monte na paleta são letra morta ou borrões sem vida, até que o escritor as ordene para um texto entendível ou o artista combine as cores em quadro que toque os sentidos, também o planeamento, por mais perfeito que seja teòricamente, arrisca-se a um estrondoso fracasso, se não tiver a sustentá-lo a inteligência lúcida, a objectividade pronta e o espírito empreendedor do homem que o interpreta e executa com entusiasmo, porque encontra nele utilidade e resposta aos seus anseios.

Mas, planificar, no conceito de incentivar a actividade privada para rumos que mais se entenda interes-



Exposição Documental — Apreciação da maquete da Região do Vouga elaborada pelos Serviços Técnicos de Fomento.

sar ao desenvolvimento económico, não pode deixar de estar imbuído de um sentido de prioridades, e como tal obriga a que seja realista na análise dos parâmetros existentes e corajoso na determinação de objectividades.

Em nosso critério, este princípio cresce ainda de importância e abriga a opções sérias se considerarmos a nossa próxima entrada no Mercado Comum. Que se façam experiências ou se promova o fomento de regiões menos desenvolvidas, está certo e é indispensável; mas que com essa medida não se coarte a expansão e mesmo transformação que aquele ingresso determina, nas regiões já embaladas por uma tradição e com espírito industrial, porque deverá ser essencialmente na base delas que se firmará a nossa posição económica europeia.

Nós, aqui, no Distrito de Aveiro, somos uma realidade viva no campo da indústria; sem qualquer dúvida, constituímos um polo de desenvolvimento. Para além da força económica, o sector tem já uma velocidade de expansão adquirida que se impulsiona a si próprio para novos estádios evolutivos e é capaz de arrastar na sua órbita outras áreas menos favorecidas.

E para o aproveitamento adequado deste condicionalismo, temos também planos amadurecidos na experiência, que se pretendem ver superiormente apoiados, para os quais há a segurança da participação da actividade privada.

Ora, um deles consiste, exactamente, na concreti-

zação das obras estruturais que interessam à recuperação dos terrenos alagados ou de exploração agrícola contingente do rio Vouga. Permitir-se-á, desta forma, além do aumento considerável da produção agrícola nos seus 11 000 hectares, dar novos horizontes à região pela possibilidade de instalação de novas unidades fabris. Não é difícil nem arriscado prever o que se afirma, na medida em que haverá natural tendência para aproveitar com este fim uma região que tem uma localização e condições óptimas: mão-de-obra disponível de uma agricultura que oferecerá hipóteses de montagem em termos empresariais e acessos fáceis e magníficos para o abastecimento de matéria prima e escoamento de produtos laborados, não só para os grandes centros consumidores nacionais, como ainda para o estrangeiro, através da estrada — de uma estrada de via larga que se impõe virada a Espanha — e do porto de Aveiro que, apesar do movimento crescente de mercadorias que regista, está muito longe ainda de esgotar as suas enormes possibilidades.

Por seu turno, com a utilização da estrada que se indica, novas perspectivas se abririam às regiões do interior, mais pobres, porque são predominantemente agrícolas e hoje de estímulos muito limitados para o desenvolvimento do sector secundário. Com mão-de-obra disponível e então com fácil acesso, estas regiões do interior, em direcção a Viseu, melhor poderão vir a ser dinamizadas com base no polo de desenvolvimento de Aveiro, a partir da instalação de indústrias de apoio,

dentro de uma cadeia estratificada que vise uma melhor economia global.

E o Porto de Aveiro, termo ocidental dessa estrada, terá que continuar a ser preparado e equipado para responder às permanentes e crescentes solicitações de que é alvo. Com a saturação hoje verificada do porto de Leixões, não vemos outra solução mais económica e eficiente do que na sua complementarização a partir do seu vizinho porto do Vouga. As suas condições naturais facultam-lhe essa tarefa e não se negará a servir as exigências do crescente desenvolvimento industrial do distrito, nem tão pouco deixará de abrir as suas portas às imandas um dia do interior, mesmo mais distante que se queira conceber. Não lhe faltam recursos para isso. Apenas se pretende que os investimentos a mobilizar pelo Estado se apliquem tendo em linha de conta todas as efectivas possibilidades que oferece, sem que com isto queiramos prejudicar ou minimizar empreendimentos similares, para quem, aliás, desejamos vivamente tratamento idêntico.

3) Consciência Distrital

Parece-me, finalmente, pertinente um apelo ao revigoramento de uma consciência distrital. Sinto que, ao fazê-lo, cumprio o meu dever, pelas funções que modestamente exerço e como aveirense de que me orgulho de ser.

Apelo para uma consciência distrital. Esta expressão, só por si, pressupõe que esta não existe agora, ou, se existe, tem e abre continuamente brechas que em muito a comprometem.

Para alguns, poder-se-á admitir que não concordam com este apelo, porque até entendem que há efectivamente consciência distrital. Não discutirei com eles, uma vez que também julgo que, em alguns aspectos, poder áhaver coisa que satisfaça. E faço esta afirmação com propriedade, na medida em que, ainda não há muito tempo, a detectei bastante viva num sector onde supunha fosse bastante frouxa. Mas pedir-lhes-ei desculpa por teimar no meu apelo, porque sinto que, em termos globais, ela é muito fraquinha.

Tenho conhecimento de que ultimamente se diligencia no sentido de formar uma associação industrial ao nível do Distrito de Aveiro. Bem hajam os promotores e os que apoiam tal iniciativa. Que a chama do entusiasmo não se apague e que tenham sorte na concretização dos seus propósitos.

Mas não vejo consciência distrital no meio agrícola. Nem vestígios. E muito importava que existisse, para com mais frequência se agitarem, se debaterem e se tentarem soluções para os problemas que afectam a Lavoura distrital, com seria agora o caso da recuperação dos terrenos do rio Vouga.

Se constituímos uma força distrital, temos que pensar e falar em termos de Distrito, porque só assim marcaremos a nossa personalidade. Ninguém poderá tomar a mal este anseio, porque não é, nem mais nem menos, que uma consequência da nossa maturidade, que se criou na base de uma individualização de caracteres.

Não é que eu seja partidário de capelas e capelinhas, mas afigura-se-me serem por demais evidentes as vantagens da existência de uma consciência geográfica efectivamente imanizadora, que agrupe indivíduos motivados por ideais específicos e comuns, quiçá diferentes de outras regiões. Não está, neste contexto, todo o ideário de pátria?

Unidos e de acordo nos fundamentos de uma unidade distrital, somos uma força em todos os aspectos. Ponhamo-nos assim em marcha para um futuro que é difícil e que espera por nós. Este é o meu veemente apelo.

Tenho dito.

*
* *

Eng. Agrónomo CARLOS MANUEL FERREIRA MAIA

I — O APROVEITAMENTO DA BACIA DO VOUGA; SUA IMPORTÂNCIA NA ESTRATÉGIA DO DESENVOLVIMENTO DA ZONA INTEGRADA DO VOUGA

A existência, no eixo Aveiro-Viseu, de uma «zona integrada», isto é, de «uma área potencial de regadio com possibilidades de justificarem a instalação de indústrias transformadoras de produtos agro-silvo-pecuários, permitindo a prática de uma agricultura intensiva modernizada», enquadra-se na óptica de um racional ordenamento do território, que visa a melhor repartição dos factores produtivos, em função dos recursos efectivamente utilizáveis, possibilitando a penetração, para o interior, do processo de crescimento económico que tem como motor o dinâmico parque industrial centrado no distrito de Aveiro e se apoia numa infraestrutura básica para a drenagem de todos os seus produtos: o Porto de Aveiro.

Esta área — escusado seria referi-lo — é a bacia do Vouga ou Terras do Vouga, tema central deste colóquio integrado na 1.ª Feira Exposição Agro-Pecuária de Aveiro.

A bacia hidrográfica do Vouga estende-se, das vertentes da Serra da Lapa, até à extensa planura aluvional compreendida entre a Ria de Aveiro e a linha de declives das terras mais antigas, abrangendo cerca de 365 000 ha de terrenos cuja aptidão cultural varia, predominantemente, em razão da sua natureza geoló-

gica e situação topográfica. Assim e de acordo com os dados fornecidos pelo S. R. O. A., 65 % a 70 % destes terrenos, na sua maior parte situados na bacia superior do Vouga, evidenciam, unicamente, capacidade de uso florestal, embora a arborização não abranja, presentemente, mais do que 50 % da superfície total disponível. Daí, a necessidade de promover, no curso superior do Vouga, o alargamento da superfície florestal, a partir da reconversão dos terrenos agrícolas marginais — 20 000 ha — e da arborização das áreas incultas — 35 000 ha de baldios e de propriedade privada.

Em relação à superfície agrícola útil disponível — $\frac{1}{3}$ da superfície total — impõe-se a sua intensificação cultural e a racionalização das técnicas de cultivo, de forma a garantir o aproveitamento integral das suas potencialidades produtivas, em função da aptidão dos solos e das condições climáticas locais.

Integrando-se nesta área, a extensa mancha de terrenos do Moderno e do Pliocénio que se estende ao longo do curso inferior do Vouga e dos seus afluentes (Caima, Águeda e Cértima) vê, desde sempre, o seu aproveitamento agrícola condicionado pelas deficientes condições de enxugo e defesa contra as cheias, que impedem o seu cultivo durante o período outono-invernal.

A montante da foz do Caima e em todo o seu curso superior, o Vouga comporta-se como um rio de planalto e montanha, pelo que o seu aproveitamento se reveste de interesse essencialmente hidro-eléctrico.

Em contrapartida, em relação ao seu curso inferior, onde os problemas de defesa e enxugo vêm assumindo crescente acuidade, por insuficiências do sistema hidráulico que o serve, já o interesse do aproveitamento hidro-agrícola da sua bacia, numa extensão de 1 370 km², a partir da foz do Caima, se apresenta com maior relevância.

Conta a bacia do curso inferior do Vouga com extensos campos marginais, fundos e férteis de natureza aluvional e elevadas potencialidades forrageiras, como o comprovam a composição florística do seu coberto vegetal espontâneo e os encabeçamentos que permite, ao longo do período de exploração primaveril-estival, em que é utilizada para pastagem do gado bovino e produção de fenos. Essa superfície forrageira disponível, que se computa em cerca de 11 000 ha, encontra-se presentemente sujeita a incidências desfavoráveis, resultantes do sobre-pascigo e excessivo encharcamento, a par da falta de adequada protecção contra as cheias e invasão das águas salgadas.

Enquadrando-se no pré-ordenamento cultural já esboçado pelos Serviços Regionais da Secretaria de Estado da Agricultura, para a zona em causa, as actividades agro-pecuárias ligadas à bovinicultura poderão aqui assumir grande incremento, assegurada como se encontra a sua integração horizontal e vertical, a partir das infraestruturas já estabelecidas ao nível da região, para apoio deste sector.

A concentração, no Distrito de Aveiro, da maior



Colóquio — O Inspector-Chefe Coordenador da Região Centro de Secretaria de Estado da Agricultura, no uso da palavra.

parte das unidades industriais que no nosso país se dedicam à produção de Lacticínios e a existência de um moderno complexo agro-industrial, que funcionará na exclusiva titularidade de uma organização da Lavoura, irão possibilitar a perfeita integração de todas as actividades pecuárias, estabelecidas ao nível das explorações agrícolas regionais, garantindo-lhes a maior viabilidade económica.

Como se afirmava na Lei de Meios para 1970, «a agricultura tem todo o interesse em afastar-se da simples posição de fornecedora de matérias primas, para tornar-se produtora de géneros prontos a consumir, beneficiando da mais valia resultante da transformação».

De acordo com esta orientação, definida pelo Governo, foram criadas já, ao nível distrital, algumas infra-estruturas indispensáveis à integração horizontal e vertical de algumas especulações pecuárias, designadamente, no sector da bovinicultura: produção leiteira e recria e engorda de bovinos.

Este movimento, iniciado pelas Organizações da Lavoura, com apoio técnico e financeiro do Estado, visa o fomento da exploração pecuária, em módulos de produção económica convenientemente dimensionados, que permitam otimizar a relação capital investido/mão de obra utilizada, consentindo um racional manejo dos efectivos em exploração.

Um dos polos integradores destas actividades é constituído pela União de Cooperativas Agrícolas do Noroeste Português, cujas instalações industriais e serviços inerentes, pretendem assegurar a integração das actividades das Cooperativas a ela associadas, dentro do esquema previsto no seu organigrama.

De acordo com este organigrama, projectam-se estabelecer, na região, centros de recria e engorda de bovinos, a cargo das cooperativas associadas, ou de agrupamentos de produtores (algumas encontram-se já em funcionamento), destinados a complementar os estábulos leiteiros existentes e a estruturar, na sua área social.

Esta organização já tem em pleno funcionamento uma moderna fábrica de rações com a capacidade de 10-12 toneladas/hora. Para complementar este polo integrador das actividades pecuárias dispõe a organização, em fase avançada de montagem, de um centro de abate de bovinos, suínos e aves, com fábrica de industrialização de carnes e uma cozinha industrial que, no conjunto, ficará a constituir uma das mais modernas unidades no género, existentes na Europa.

Sabendo-se que a bacia leiteira da Beira Litoral detém a maior percentagem da produção nacional — só o distrito de Aveiro produziu, em 1970, 67 000 000 litros, cerca de 30 % do leite entregue no País —, torna-se evidente o flagrante interesse económico e social de

que se revestem todos os empreendimentos que visam a reconversão cultural dos campos marginais do Vouga, de acordo com o esquema de aproveitamento que se propõe.

A existência, na região, de unidades integradoras, susceptíveis de efectuarem a transformação dos produtos de natureza animal, que aqui se poderão produzir, através do racional encabeçamento da superfície forrageira disponível, constituem seguro aval de todos os investimentos a realizar na defesa, enxugo e recuperação destes terrenos.

Estes problemas envolvem, contudo, aspectos distintos que não podem ser encarados separadamente, sob a pena de as soluções encontradas assumirem carácter precário, de eficácia duvidosa.

Referem-se estes aspectos:

- 1— Ao domínio das cheias;
- 2— À defesa contra a invasão das águas salgadas dos terrenos vizinhos da Ria de Aveiro — Baixo Vouga lagunar.
- 3— À regularização do leito inferior do Vouga.
- 4— À melhoria das actuais condições de rega e enxugo dos campos.

1— Em relação ao primeiro problema, os estudos efectuados, em 1961, pela Hidro-Eléctrica Portuguesa, sobre o aproveitamento hidro-eléctrico dos rios Paiva e Vouga permitem concluir que a projectada barragem de Ribeiradio — a cuja albufeira, de $330 \times 10^6 \text{ m}^3$ de capacidade, afluem 90 % da bacia do Vouga — garante um caudal de cheia regularizada não superior a 60 m^3 , em cerca de 90 % dos anos, valor este que representa uma pequena fracção do caudal de cheia natural. Acresce que a barragem de Ribeiradio poderá contribuir para o desassoreamento do leito do Vouga, a partir da retenção dos materiais sólidos carreados pelo rio, com evidentes benefícios para a própria barra do Porto de Aveiro. Esta barragem permitiria ainda garantir um elevado caudal de estiagem no Vouga e portanto:

- a produção de energia eléctrica, através da turbinação dos caudais transferidos para juzante;
- a intensificação e o alargamento dos regadios existentes;
- a eliminação das dificuldades de abastecimento de água às populações e às indústrias ribeirinhas;
- minorar os efeitos perniciosos dos afluentes industriais lançados no rio, a partir da sua diluição em proporções mais convenientes.

2— A defesa e possível beneficiação dos terrenos do Baixo Vouga lagunar, sob influência das águas salgadas, encontra-se também dependente da correcção do regime das cheias e da regularização do leito do Vouga

e das restantes linhas de água que desaguam na Ria de Aveiro, já que a manutenção de caudais médios, durante o período de estiagem, determinará a redução do teor salino das águas, junto das terras de cultivo.

Com vista a garantir a indispensável defesa de toda a área do Baixo Vouga lagunar contra a invasão das águas salgadas e a permitir, simultaneamente, através de obras de arte complementares, um perfeito domínio das condições de rega e enxugo dos terrenos beneficiados, foi elaborado recentemente, por um qualificado gabinete técnico um ante-projecto da estrada-dique Aveiro-Murtosa, que mereceu a aprovação superior e se encontra incluído dentro das obras a realizar,

assegurar a defesa dos campos do Baixo Vouga contra as cheias, de forma a permitir o seu integral aproveitamento, durante todo o ano, através da regularização do leito maior do Vouga para um caudal de cheia de 1 700 m³/s, cuja frequência é de 1, de quatro em quatro anos, mas que passará à frequência de 1 em 100 anos, quando for construída a barragem em Ribeiradio. Dentro desta orientação, prevê-se a regularização do leito do Vouga, entre a estrada-dique Aveiro-Murtosa e a foz do Águeda, em duas fases: a primeira, a realizar com carácter prioritário, no troço do rio compreendido entre o dique-estrada e a Ponte de Angeja, permitirá a beneficiação integral de 3 500 ha dos campos do Baixo



Distribuição de prémios.

no âmbito do III Plano de Fomento. A referida obra, destinada em princípio a assegurar a mais curta ligação rodoviária entre os concelhos de Aveiro e Murtosa, irá permitir, para além dos benefícios de índole agrícola já citados, e do seu marcado interesse turístico, o fácil escoamento de toda a produção oriunda do parque industrial localizado a norte de Estarreja, através do Porto de Aveiro.

Dispensamo-nos de referir, por agora, as características da obra, que constam do estudo apresentado à consideração superior e cujo traçado se encontra indicado na maqueta aqui exposta.

3—Limitado o movimento das marés para montante, pelo traçado da estrada-dique, torna-se indispensável

Vouga lagunar, incluindo os campos de Fermelã, Canelas e Salreu.

A segunda, entre a Ponte de Angeja e S. João de Loure, permitirá beneficiar 6 540 ha da bacia inferior do Vouga, incluindo os campos do Cértima e do Águeda, uma vez que a regularização do curso inferior do Vouga influenciará, favoravelmente, todo o complexo sistema hidrográfico constituído pelas ligações Cértima-Águeda e Águeda-Vouga.

4—Interessa referir ainda a necessidade de realização de obras complementares, destinadas à melhoria das actuais condições de rega e enxugo dos campos, visando o aproveitamento integral das suas potencialidades agrícolas.

Nesta conformidade, impõe-se o melhoramento dos regadios existentes, a partir da multiplicação e renovação das suas actuais redes de rega e enxugo e a constituição de Cooperativas de Rega, ou de outras adequadas formas de Agricultura de Grupo, destinadas a tirar o melhor partido das obras a realizar.

II — CARACTERÍSTICAS DOS SOLOS E REVESTIMENTO VEGETAL DAS ZONAS AGRÍCOLAS A BENEFICIAR; SUA RECONVERSÃO CULTURAL FACE AS POTENCIALIDADES EDAFOCLIMÁTICAS

O aproveitamento agrícola das zonas em estudo, como referimos atrás, depende fundamentalmente da natureza dos solos e das condições de drenagem e defesa contra as cheias. Na área beneficiada podemos distinguir, em princípio, 3 manchas distintas:

- 1 — Sapais;
- 2 — Terras altas — até à cota de 20,00 m — predominantemente de origem xistosa ou xisto-gresosa;
- 3 — Aluviões do Moderno e Pliocénio.

Os sapais são constituídos por solos hidromórficos, parcialmente sujeitos a invasão das águas salgadas, com um pH baixo (4 a 5), que produzem «castanhó», «junco», «canizio» e outras espécies espontâneas, utilizadas em camas para gado, a que se dá a designação genérica de «estrumes».

Estendem-se, a montante do traçado da estrada Aveiro-Murtosa, por entre os braços e esteiros da Ria de Aveiro, numa área aproximada de 1 050 ha. De acordo com o esquema de reconversão cultural previsto, torna-se indispensável, depois da sua conveniente defesa e drenagem, garantir o fornecimento de caudais de rega abundantes, necessários ao dessalgamento e lavagem dos horizontes superficiais do solo, de modo a possibilitar o seu aproveitamento agrícola, a partir de culturas forrageiras adequadas.

A eventual constituição, no Laranjo, de uma bacia de recepção de águas doces, conduzidas através das linhas de água que ali afluem, irá permitir dispor de caudais de rega apropriados para o efeito.

As terras altas incluem-se na zona de transição que se estende, desde a linha que define o antigo golfo marinho, até às primeiras formações do Arcaico e Cambriaco, que constituem o sopé de Meseta Ibérica. Trata-se de uma zona plana, de constituição geológica diversa, predominantemente de origem xistosa ou xisto-gresosa. Os solos são geralmente de cor avermelhada e grão fino, com boa capacidade de retenção para a água, de

textura média (areno-argilosa e argilo-arenosa). O seu aproveitamento agrícola é feito à base da sucessão cultural intercalar xachada.

Em relação a estes terrenos, a melhoria das actuais condições de rega é factor decisivo da sua intensificação cultural, a partir da introdução ou generalização da cultura de milho híbrido para forragem.

As restantes classes de terrenos são representadas pela extensa planura de terrenos do Moderno e Pliocénio, situados na área do antigo golfo marinho, nele se incluindo a designação regional de «Marinha».

O aproveitamento agrícola destes terrenos é condicionado pelas possibilidades de enxugo que apresentam, na época primavera-estival, após as últimas cheias de inverno. Assim, nos campos mais baixos, de difícil drenagem, faz-se a cultura orizícola — que aqui assume um carácter fatalista — ou deixa-se o terreno inculto para a produção de ervas espontâneas (estrumes). Os campos de cota superior e de mais fácil enxugo são submetidos a uma única cultura, milho-grão, geralmente consociado com feijão e abóbora, ou milharada, podendo eventualmente levar azevém, quando o regime das cheias o permite. Muitos destes terrenos são, contudo, aproveitados para a produção de pasto espontâneo para o gado («cerradas» ou «gramois»).

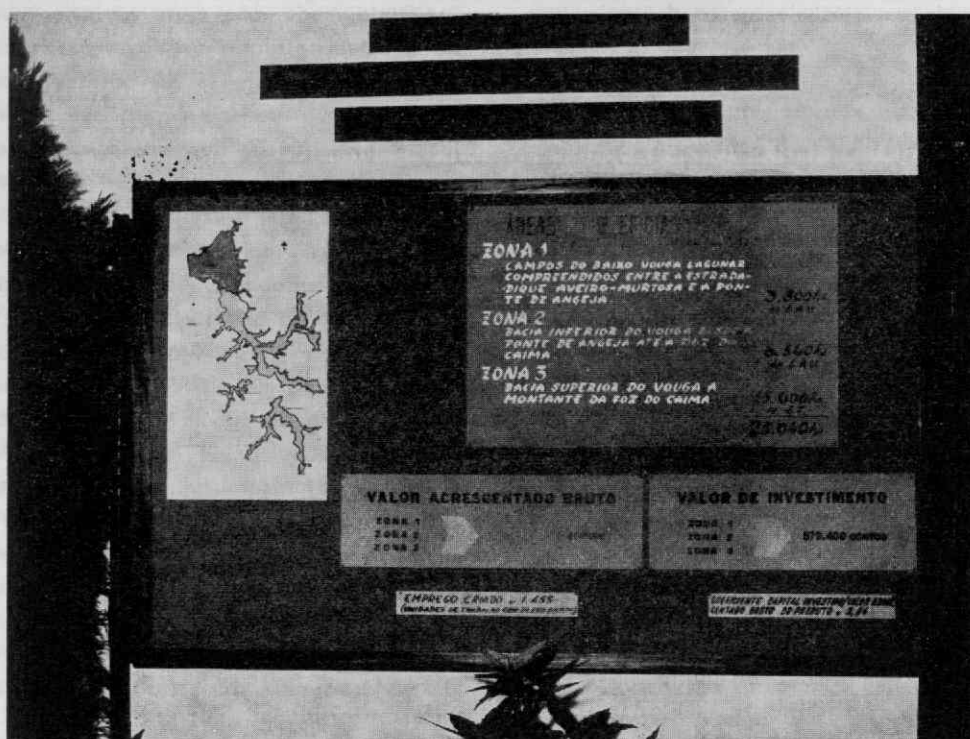
A composição florística destes prados naturais evidencia a existência de espécies de grande interesse forrageiro, das quais figuram, entre as gramíneas: *Dactylis glomerata*, *Festuca arundinacea* e *Lolium perenne*; e entre as leguminosas: *Trifolium repens*, *Trifolium resupinatum*, *Lotus corniculatus*, *Lotus uliginosus*, etc.

O esquema de reconversão destes terrenos assenta, fundamentalmente, na sua defesa contra as cheias e enxugo.

Asseguradas estas condições, torna-se viável a generalização, a estes terrenos, do aproveitamento do seu coberto vegetal espontâneo ou a introdução de pastagens melhoradas, com base nas espécies com representação local.

Esquemáticamente os esquemas de reconversão a adoptar, em relação a cada uma destas classes de terreno, podem resumir-se, da seguinte forma:

- 1 — Sapal + defesa + dessalgamento + enxugo —> Capacidade de uso agrícola (Culturas forrageiras);
- 2 — Terras altas + rega —> Intensificação cultural (Milho forragem x Ferrejo);
- 3 — Aluviões + defesa + enxugo —> Racionalização dos esquemas de cultivo (Prados permanentes e pastagem natural).



Exposição documental.

III — INVESTIMENTOS A REALIZAR NA BACIA DO VOUGA; SUA INCIDÊNCIA SOBRE OS NÍVEIS DO PRODUTO E DO EMPREGO, NO SECTOR AGRÍCOLA

Investimentos previstos:

Obras complementares da estrada-dique	75 500	contos
Melhoramentos fundiários	7 800	»
Total	83 300	»
 Acréscimo do Produto bruto	 70 850	 »
N.º de empregos criados	500	

Em face destes condicionalismos, que tão gravemente afectam a economia regional e uma vez que as acções de reconversão cultural preconizadas se enquadram entre os objectivos fundamentais fixados no III Plano de Fomento — entre os quais se conta a progressiva especialização da Agricultura regional, de acordo com as aptidões dos solos e as influências climáticas, numa óptica de concentração do investimento, foram já incluídas, entre as propostas a submeter a apreciação do Governo pela Comissão de Planeamento da Região Centro, no âmbito dos estudos preparatórios do IV Plano de Fomento, os seguintes empreendimentos a realizar na bacia do Vouga:

ZONA I — Campos do Baixo Vouga lagunar, compreendidos entre a estrada-dique Aveiro-Murtosa e a Ponte de Angeja.

Beneficiação de 3 500 ha dos campos do Baixo Vouga lagunar — incluindo os campos de Fermelã, Canelas e Salreu — através da execução de obras complementares do dique-estrada Aveiro-Murtosa, com regularização do leito do Vouga (entre a estrada-dique e a Ponte de Angeja) para um caudal de cheia de 1 700 m³/s.

ZONA II — Bacia inferior do Vouga desde a Ponte de Angeja até à foz do Caima.

Beneficiação de 6 540 ha de terrenos da bacia inferior do Vouga com regularização do leito do rio (entre as pontes de Angeja e S. João de Loure) para um caudal de cheia de 1 700 m³/s.

Investimento (40 contos/ha)	261 600	contos
Acréscimo do Produto Bruto	133 500	»
N.º de empregos criados	800	

ZONA III — Bacia superior do Vouga, a montante da foz do Caima.

1 — Florestação de 15 000 hectares de terrenos incultos à cadência de 2 500 ha por ano.

Investimento	82 500	contos
Acréscimo do Produto Bruto	13 500	»
N.º de empregos criados	150	

2—Criação de um estabelecimento de truticultura no curso do Alto Vouga.

Investimento	2 000 contos
Acréscimo do Produto Bruto	1 600 »
N.º de empregos criados	5

3—Construção de uma barragem em Ribeiradio, criando uma albufeira de $330 \times 10^6 \text{ m}^3$ de capacidade.

Investimento	150 000 contos
Acréscimo do Produto Bruto	(a)
N.º de empregos criados	(b)

(a) O acréscimo do produto será obtido através da valorização das ZONAS I e II — uma vez realizada toda a beneficiação hidro-agrícola — mais o resultado de outros aproveitamentos (produção de energia eléctrica, abastecimento de água às populações, etc.).

(b) Dependente das utilizações da barragem e das águas da albufeira.

Em resumo, teremos:

Investimento global a realizar em toda a área beneficiada (Zonas I, II e III)	579 400 contos
Acréscimo do Produto Bruto	219 450 »
N.º de empregos criados	1 455
Coeficiente Capital-Produto (Valor acrescentado bruto)	2,64

Isto é, para cada unidade do valor acrescentado ao Produto Bruto é necessário investir 2,64 unidades de capital.

São estas as perspectivas favoráveis que se abrem ao desenvolvimento económico das Terras do Vouga, UMA ZONA INTEGRADA QUE SE IMPÕE.

DR. JAIME RODRIGUES MACHADO

IMPORTÂNCIA DA BOVINICULTURA NO DISTRITO DE AVEIRO

A zona centrada pelo distrito de Aveiro, entre o Douro e o Mondego é, no campo da bovinicultura, o mais representativo do Continente.

Ao longo dos anos, mercê de condicionalismos geoclimáticos, os bovinos outrora existentes foram definindo as suas aptidões e fixando-se de acordo com as condições fisiográficas encontradas.

Deste modo, não é de estranhar que o armentio bovio actual se afaste das descrições feitas pelos vários autores dos fins do século passado, não só no que respeita à sua área de dispersão mas também no que toca à evidenciação das suas características morfológicas e funcionais.

Desde sempre, a exploração da espécie bovina proporcionou nesta região três produções principais a saber: carne, leite e trabalho. Assim e porque durante muitos anos não existia preferência especial por qualquer das vocações a explorar, havia mais aceitação para os animais de tipo misto que a par da carne e de algum leite pudessem ser igualmente utilizados como máquina animal.

Dentro as raças bovinas autoctones que povoavam a região no século passado e o princípio deste, predominavam duas: na serra a raça arouquesa, no litoral o armentio apelidado de marinhão descendente dos bovinos mirandeses que se espalhavam então por todo o norte do país em mais ou menos mistura com sangue de várias origens. Mais tarde começaram a aparecer os bovinos do tronco Frísia, conhecidos por «turinos» e que tiveram de começo o mesmo trato que as raças indígenas.

Com o rodar dos tempos, após o primeiro quartel deste século, a pecuária bovina regional distingue nitidamente três raças: a arouquesa, a marinhão e a turina ou holadesa que entretanto foi-se impondo por toda a região ocupando posição de grande realce em relação às outras.

RAÇA AROUQUESA

Os efectivos actuais, embora menos numerosos e corpulentos que os bovinos outrora assinalados, são ainda hoje suficientemente credenciados nas nossas regiões montanhosas.

A invasão da sua área de dispersão pelo gado turino alterou grandemente a sua distribuição na zona serrana do distrito de Aveiro. Assim é que um grande número de freguesias dos concelhos de Arouca (S. Miguel Cambra (Castelões, Codal, Vila Chã, Vila Cova de Perrinho e parte de Macieira), Sever do Vouga (Pessegueiro e Sever), e Fira (Vale e Louredo), e Oliveira de Azemeis (Palmaç Ossela, Carregosa e Feijões), regiões onde abundava o gado arouquês, este deu lugar aos animais de origem holandesa.

Presentemente o interesse pela exploração arouquesa limita-se às regiões de mais forte relevo nos concelhos serranos de Castelo de Paiva, Arouca, Vale de Cambra e Sever do Vouga.

Os bovinos arouqueses foram, a pouco e pouco, desalojados dos vales e dos terrenos com melhores possibilidades pasciosas e ficaram quase que exclusiva-

mente nas zonas mais agrestes e alcantiladas, onde a sua rusticidade, facilidade de assimilação e robusticidade conseguem vencer a frugalidade dum meio hostil para raças mais exigentes. Isto a par da forma como a vaca arouquesa é explorada — utilizada nos trabalhos mais rudes e esgotada na produção intensiva do leite —, factores certamente nada favoráveis ao desenvolvimento destes animais e à evidenciação dos seus melhores atributos.

Temos presente que a exploração destes bovinos para carne teve outrora grandes tradições no solar da raça. Bernardo Lima apontava bois arouqueses com 800 a 1000 kg de peso vivo na exposição do Porto e vacas semigordas com 360 a 500 kg com rendimentos de 55 % que seguiam para exportação e para o abastecimento do matadouro de Lisboa.

A verdade é que, apesar das possibilidades creatóforas destes animais, não se cria hoje no seu solar gado de carne. Esta vocação surge-nos como subsidiária das restantes pois as reses só depois de intensamente utilizadas na produção de leite e trabalho são entregues ao açougue.

Por outro lado, cerca de 70 % das fêmeas do efectivo total são exploradas na função leiteira, contribuindo com cerca de 3 milhões de litros de leite de proveniência arouquesa destinados a fins industriais.

Não deixando de reconhecer a importância económica de que se reveste a exploração deste armentio, há que reconhecer que num meio serrano agrícola-

mente pobre o regime alimentar nos seus aspectos qualitativo e quantitativo é manifestamente insuficiente para animais explorados na função leiteira.

Assim, qualquer tentativa séria que se pretenda pôr em prática no sentido de valorizar o gado arouquês na sua capacidade lactígena há que atender em primeiro lugar às possibilidades do meio.

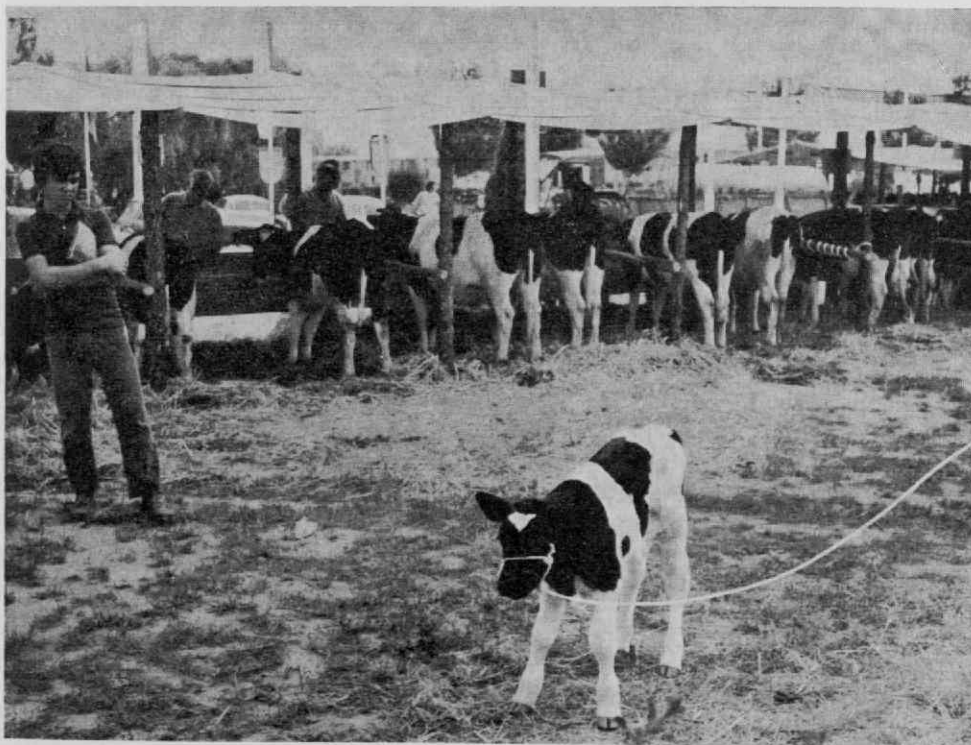
Os fracos recursos forrageiros existentes, por deficiência de produção quantitativa em solos graníticos, aliada ao regime minifundista da propriedade, são factores limitativos para a valorização de animais especializados na produção leiteira.

De resto, a produção unitária de leite da vaca arouquesa, nestas condições, é bastante baixo — cerca de 800 kg de leite com 4.5 % de teor butiroso — e dificilmente se compreende esta forma de exploração em detrimento da aptidão para carne.

O modo como este tipo bovino vem sendo explorado nesta região não é de molde a proporcionar-lhe valorização morfológica compatível, ao contrário do que sucede fora do se usolar, nomeadamente nos concelhos de Amarante, Sanfins e Castro Daire, onde hoje se encontram os melhores exemplares, porque aqui, a sua presença não sofre os efeitos da especulação leiteira nem os da concorrência do gado holandês em tão alta escala.

Importa agora perguntar:

Nas condições que vimos referindo nas zonas montanhosas da região tem interesse o gado arouquês?



O mais novo exemplar da exposição de gado.

Salvo melhor opinião a resposta nem é difícil. O gado arouquês por alguma razão tem aqui o seu solar. É ainda o tipo bovino que melhor consegue valorizar a frugalidade pascigosa da serra. E estamos convencidos que se voltar às Zonas menos agrestes donde foi precipitadamente desalojado pode ser encarada com certo optimismo a sua valorização. E não nos iludamos: o povoamento bovino nas nossas zonas montanhosas terá que ser resolvido com os animais que possuímos, por já ambientados, com os recursos de que dispomos, no nosso enquadramento geoclimático, ajustado aos «facies» regional e na conversão que haverá a fazer.

GADO MARINHÃO

Os animais deste tipo, ultimamente em regressão numérica, ocupam ainda hoje uma vasta zona de exploração em torno da foz do Vouga, nos concelhos da Murtosa, Estarreja, Aveiro, Ílhavo e Vagos, e se estende à parte ocidental de Águeda e Albergaria-a-Velha.

A sua zona de criação compreende quase exclusivamente a região da Marinha, centrada nos concelhos ligados à Ria de Aveiro.

O Gado Marinhão não é mais que a evolução sofrida pela raça Mirandesa, na Zona da Marinha.

Região de formação recente, de origem sedimentar, preferiu ao tempo o bovino que melhores condições oferecia de adaptação.

Por sua vez, os bovinos mirandeses modificados por condições ecológicas, possivelmente cruzados com alguns animais de origem minhota e arouquesa, vieram através de sucessivas gerações a evoluir no gado marinhão. No entanto a sua selecção foi sempre orientada no sentido do sangue Mirandês.

A sistemática utilização do bovino da Marinha como motor animal poderia levar-nos a pensar na inutilidade de qualquer medida de fomento a seu favor já que, mais tarde ou mais cedo, a maquinaria agrícola virá substituí-lo com vantagens. A ser assim, recomendaríamos, pura e simplesmente, a sua substituição pelo bovino holandês tanto mais que vive e compete com este na mesma zona de criação e em desvantagem na valorização das forragens ali produzidas.

No entanto, muito embora a maquinaria agrícola possa substituir o trabalho animal nos serviços mais pesados, julgamos que a estrutura agrária da região não pode dispensar por enquanto o recurso ao bovino de trabalho. E depois, por quantos anos ainda se manterá a actual estrutura?

Parece pois mais aconselhável transigir com a presença do gado marinhão e aguardar que a estrutura fundiária de toda esta longa faixa do litoral permita outra planificação. De qualquer modo urge enquadrá-lo num plano de fomento, podendo utilizar-se a vaca

marinhão em cruzamentos de tipo industrial — Marinhão × Charolês — com o fim de obter produtos para carne.

Concretizando:

- A presença do gado marinhão ainda se justifica como motor animal;
- Não pode competir, na mesma zona, com os efectivos leiteiros.

Deste modo, parece aconselhável:

- a) Que a sua criação em raça pura se limite às necessidades da renovação dos efectivos imprescindíveis aos trabalhos agrícolas que ainda prestam;
- b) Que as suas disponibilidades devam ser encaminhadas no sentido da produção de F, provenientes do cruzamento Marinhão × Charolês, destinados ao açougue.

De resto a evolução quanto a este tipo bovino parece já processar-se neste sentido.

Com efeito o cruzamento Marinhão × Charolês vem sendo já praticado desde 1962, com o seguinte movimento:

1962 —	4	vacas	I. A.	com	Charolês
1963 —	19	»	»	»	»
1964 —	46	»	»	»	»
1965 —	89	»	»	»	»
1966 —	107	»	»	»	»
1967 —	200	»	»	»	»
1968 —	295	»	»	»	»
1969 —	335	»	»	»	»
1970 —	780	»	»	»	»
1971 —	1473	»	»	»	»

RAÇA HOLANDESA

A raça com vocação leiteira (holandesa, turina e produtos derivados) domina a pecuária bovina regional e é hoje o símbolo mais representativo da actividade agro-pecuária do Baixo-Vouga.

O bovino leiteiro que povoa esta região é o mesmo agrupamento étnico que se encontra por todo o país.

Mas aqui, encontra o ambiente mais favorável para a sua consolidação e desfruta duma hegemonia que não é demais enaltecer como zona de criação.

É um animal oriundo dos Países Baixos, na Frísia, que teve extraordinária adaptação na Dinamarca e na Alemanha Ocidental, passando à Inglaterra e América. Encontram-se praticamente em toda a Europa Ocidental

e goza duma vocação leiteira de grande prestígio.

Em Portugal os primeiros bovinos holandeses foram assinalados no recenseamento de 1870. Foi principalmente depois que se deixou de exportar gado de corte nos começos deste século, que os bovinos desta raça apelidados de turinos, começaram a sua expansão.

A pouco e pouco, o núcleo turino que se acantonava nos arredores de Lisboa, invadiu o norte do país, fazendo-se muito especialmente junto ao litoral e nos subúrbios dos centros populacionais.

No distrito de Aveiro a sua aceitação foi grandemente influenciada pela indústria de lacticínios, ao tempo já existente na região.

A falta de exportação de carne, outrora de grandes

agrícola, embora assumindo características especiais.

Na verdade, o grau de parcelamento da propriedade e as suas diminutas dimensões, cerceiam a sua exploração em termos do seu melhor aproveitamento, sendo a produção do leite da vaca turina um complemento da recria e engorda e em muitos casos do próprio trabalho animal.

Daqui a raça não ter tido, a maior parte das vezes, o tratamento adequado e a sua dispersão aparecer no distrito um tanto indiscriminadamente.

Por toda a parte se procurava um bovino de função mista que desse um pouco de tudo, incluindo leite.

À medida que a sua principal vocação foi amparada, por intervenção dos Serviços Oficiais, foi-se definindo



Os membros da Comissão da Exposição - Feira, falando para a Imprensa.

tradições na região e o aparecimento de uma nova raça, com vocação leiteira bem determinada, levaram ao desenvolvimento da indústria de lacticínios, até aí confinada à zona serrana e na dependência da vaca arouquesa.

Com o rodar dos tempos é a indústria que por sua vez fomenta os efectivos de tipo leiteiro devido à procura da matéria prima.

Desta maneira os efectivos multiplicam-se rapidamente e a indústria de lacticínios passa por grandes transformações acompanhando a vaca turina por toda a região.

Assegurada a colocação do produto, a vaca leiteira passa a ter posição destacada na economia da casa

melhor a sua área de dispersão e os animais de melhor valia funcional fixaram-se principalmente nas zonas do litoral, nas mais favoráveis à bovinicultura, dando-se uma regressão dos efectivos nas zonas serranas mais agrestes.

Regra geral, quanto maior for a área geográfica duma raça melhor se adapta a outras regiões. No entanto há necessidade de distinguir entre a adaptação dos animais importados e a adaptação da raça. Sucede, por exemplo, que os bovinos da raça holandesa importados se ambientam relativamente bem, em regiões menos propícias, dando, quando convenientemente tratados, produções análogas às do País de origem. Porém as sucessivas gerações vão degenerando gradualmente

perdendo a sua especialização até manifestarem as mesmas deficiências que as raças locais. É o que acontece nas nossas zonas serranas, e tememos que venha a acontecer nas zonas quentes e secas do País, onde haverá necessidade de recorrer a importações periódicas para impedir o definhamento da raça.

Deveremos ter bem presente que a raça é, em grande parte, um produto do ambiente, e que, transportada a outras regiões sofre necessariamente um processo lento e profundo de adaptação. A importação periódica atrasa o processo degenerativo, ou pode modificá-lo com a introdução de padreadores de elevado potencial genético, mas não impedi-lo. Uma raça só se considera bem aclimatada quando, depois de várias gerações, os animais importados muito embora tenham necessariamente perdido ou modificado algumas características, conservam outras de tal importância que nos habilitem a considerá-los económicos em relação aos tipos locais que substituíram.

É o que pode suceder em algumas regiões do país. O caso das nossas regiões montanhosas que não devem ser consideradas como favoráveis à exploração da vaca turina, contrariamente a opiniões estabelecidas. O desenvolvimento da indústria leiteira nalgumas destas regiões criou algumas ilusões a este respeito. Na montanha a exploração dos prados naturais é o único meio económico de utilizar a solo. Como a densidade de população humana é bastante menor que nas zonas de planície e do litoral dispõe-se por via disso dum excedente de produtos lácteos que se usa como moeda, mas nem por isso a produção unitária da vaca leiteira deixa de ser bastante fraca.

Sabe-se que a secreção láctea é desfavoravelmente influenciada pelo calor e por uma atmosfera seca. De certo modo pode remediar-se esta situação numa estabulação permanente adequada, mas necessariamente cara, tendo em atenção que um pouco de exercício é necessário para que os animais mantenham o seu equilíbrio fisiológico.

Sendo a vaca leiteira um animal de muito alimento, a sua exploração requer uma agricultura rica que lhe forneça uma alimentação abundante e regular durante todo o ano. Não se devem admitir períodos de relativa dieta, já que não serão compensados pelos períodos de abundância, que provocam sensíveis baixas no seu rendimento. Por estas razões a produção leiteira é particularmente favorecida nas regiões de bons prados, onde a atmosfera se mantém suficientemente húmida mesmo durante o verão, possibilitando reservas forrageiras abundantes para o inverno, completadas conforme as necessidades pelos alimentos concentrados.

Das considerações produzidas podemos afirmar que a nossa vaca leiteira encontra nesta região e, muito em especial, nos campos do Baixo Vouga excelentes con-

dições para se impôr, cada vez mas, como animal de grande reputação, na condição de se lhe dedicar os cuidados de trato necessários e de aproveitarmos os imensos recursos forrageiros que a bacia do Vouga oferece.

Presentemente, os nossos bovinos leiteiros têm já uma razoável aptidão lacto-poiética a par duma conformação que os aproxima do tronco holandês que lhes deu origem e constituem o principal alfobre abastecedor dos efectivos do País.

A sua valorização no campo genético, vem sendo assegurada com a presença de reprodutores Holstein — Frisia, ultimamente utilizados em inseminação artificial em cerca de $\frac{2}{3}$ dos efectivos totais, documentada nos seguintes números:

1956 —	53	vacas inseminadas
1957 —	90	»
1958 —	347	»
1959 —	599	»
1960 —	656	»
1961 —	2901	»
1962 —	3368	»
1963 —	3527	»
1964 —	5270	»
1965 —	7856	»
1966 —	7930	»
1967 —	12773	»
1968 —	17104	»
1969 —	23626	»
1970 —	25614	»
1971 —	24016	»

A produção média da vaca regional, em toda a zona de produção, calculada de acordo com os efectivos registados, no leite entregue à indústria e no destinado a consumo directo — não atinge os 3 000 kg de leite em 300 dias de lactação.

No entanto, na áreas de melhor aptidão leiteira, onde se fazem já sentir os benefícios dos empreendimentos dos organismos e associações da lavoura e onde as forças sãs adaptam a tempo o dispositivo agrário, as produções atingiram a média unitária de 3 460 kg de leite, com 3,4 % de gordura em 305 dias de lactação.

Referim-nos às salas de ordenha colectivas onde tem sido possível montar um sistema de serviços de mungição mecânica, comum a vários proprietários, que estão revolucionando o panorama e as estruturas minifundiárias do empresário agrícola produtor de leite.

Em pleno funcionamento cerca de 140 salas de ordenha, em toda a faixa litoral Entre Douro e Mondego, 90 das quais estão localizadas nos concelhos de Oliveira de Azeméis, Aveiro, Vagos e Ílhavo.



Distribuição de prémios.

Mas importa não parar. O mourejo da produção animal, a nossa pecuária do futuro, exige conhecimentos e técnica que, se não forem respeitados, não deixarão aflorar todo o manancial de possibilidades que o meio oferece.

A improvisação e o amadorismo terão que dar lugar à planificação criteriosa, ajustada às nossas necessidades, e à habilitação profissional.

Mas a planificação não pode ficar no papel. Urge pô-la em prática.

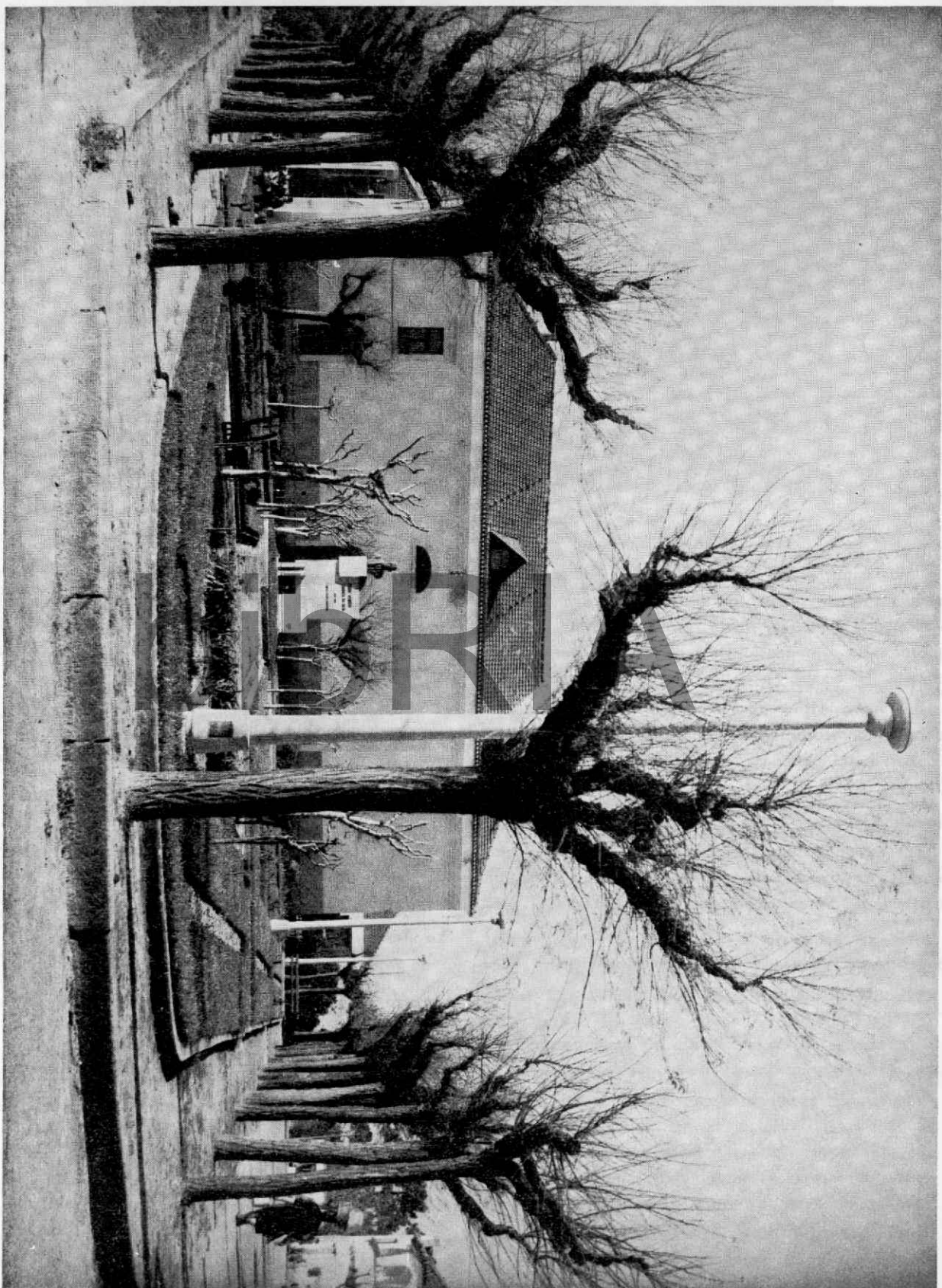
O estudo do aproveitamento da bacia do Vouga ajusta-se aos anseios da lavoura e demonstra a urgente necessidade da execução do plano proposto.

No campo pecuário antevemos os seus grandes benefícios. Como técnico agrário não tenho dúvidas

em afirmar que as potencialidades forrageiras resultantes dum melhor aproveitamento da Bacia do Vouga irão permitir a exploração racional de mais 15 000 vacas leiteiras em lactação, ou seja um aumento de 50 % dos efectivos hoje existentes no Distrito de Aveiro.

E se esses novos efectivos forem devidamente enquadrados nas estruturas que se vislumbram teremos anualmente mais 60 000 000 litros de leite de que o País tanto carece.

São comuns alusões à rotina como se trabalha no país, à pobreza das nossas pecurações, por isso importa aqui frisar que o aproveitamento da bacia do Vouga não é um devaneio utópico dos técnicos que nele se debruçaram mas a necessidade duma região que deseja conservar e aproveitar uma das suas melhores fontes de produção e riqueza.



OLIVEIRA DO BAIRRO — Uma sugestiva imagem do Jardim Público.

Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira

Capelas — Oratórios — Alminhas — Cruzeiros — Vias Sacras — Passos — Outros Padrões

Por Roberto Vaz de Oliveira

Licenciado nas Faculdades de Direito e Letras — Secção de Ciências Histórico-Geográficas — pela Universidade de Coimbra

Introdução

A publicação deste trabalho preocupa-me, com grande receio de ter incorrido em erros que, aliás, não pude evitar.

As informações que consegui colher, foram insuficientes, estão muito dispersas e incompletas, assentando, muitas vezes, em meras conjecturas, quando não se entregam à fantasia de ousados narradores.

Muito tive que procurar em terras quase «hermas», como antigamente se classificavam as que estavam despovoadas, reduzidas a mato, tornadas em solidão ou não cultivadas, como as definiu Santa Rosa de Viterbo, no seu *Elucidário das palavras, termos e frases* (Vol. 2.º, fls. 313).

Limito o estudo à freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira, dada a impossibilidade que tenho, por agora, de o alargar às outras freguesias do concelho, como era meu desejo.

Espero que, em cada uma delas, surja quem se encarregue desse trabalho, esperançado no concurso daqueles que, pela sua cultura, garantam a justificada esperança de um bom êxito de modo a, dentro de anos, fazer-se um trabalho de conjunto que dê a devida cobertura a todo o concelho, — uma monografia bem original.

*

Pela afinidade espiritual dos motivos englobo, no mesmo estudo, as **Capelas, Oratórios, Alminhas, Cruzeiros, Vias Sacras e Passos**, temas que despertam o

mesmo sentimento de fé e procuram atingir o mesmo e altíssimo fim — o da salvação das almas sob o signo da Cruz. **Outros Padrões.**

Além deste intróito, finalizo com uma conclusão.

Antecedo, cada um dos capítulos, de um breve estudo, para que, em limitada explicação, se possa abranger, no seu conjunto, toda a matéria versada, facilitando a marcha nas estradas, tão pouco iluminadas, de penetração em tantos séculos passados.

Foi muito penoso o arrolamento de tudo que me foi possível encontrar disperso em livros, jornais, revistas e outras formas de divulgação escrita, ao que associei o que se mantém na tradição oral e o mais que consegui apreender pela voz dos monumentos e dos outros bens que ainda perduram.

Para dar seriedade a este trabalho, procurei seleccionar — apartando o trigo do joio — dando àquele as condições necessárias para uma boa germinação, convertendo-o em alimento sadio da investigação que procuro alcançar.

Todos os que se dedicam a estes estudos sabem quantas surpresas nos reserva a descoberta de documentos e a permanente evolução de conceitos já formados — o que nos leva a ver, muitas vezes, como mau o que consagrados já consideraram como bom.

Depois de registar, seleccionar e sistematizar, tentei, na medida das minhas possibilidades, juntar harmónica e logicamente, o que me pareceu válido e de interesse para o efeito, dando vulto e continuidade a uma história que se prolonga — na possibilidade dos elementos

encontrados — desde tempos muito recuados até ao dia de hoje.

Infelizmente, na maioria dos casos, tive que trabalhar entre ruínas, entre inúmeras dúvidas e contradições, sempre na legítima aspiração de ir cada vez mais longe, sem desprezar a verdade.

*

Não quero impor o meu raciocínio, nem sujeitar os outros ao critério da minha interpretação: por isso, transcrevo grande parte dos textos onde me informei, para que todos os possam ler e interpretar com o seu próprio sentimento e inteligência.

No mesmo propósito alarguei a documentação gráfica, contributo de uma valiosa presença.

*

Não preciso encarecer o valor que um estudo desta natureza representa para a história local, falada e ensinada através de pedras, peças e motivos, que formam padrões que faço correr diante dos vossos olhos — mais dos da alma do que dos do corpo —, símbolos de épocas mais ou menos remotas e lembranças dos que os ergueram e ampararam, vivendo à sua sombra.

Tomei a voz dos antepassados para a transmitir aos vindouros, através do presente, voz que, em pouco tempo, pertencerá também ao passado.

*

Reservo para estudo autónomo a história da Igreja da Misericórdia que, embora não seja matriz, é nomeada tradicionalmente por aquele distinguido título.

Também ficará, para outra oportunidade, o estudo do templo que está a ser levantado, no lugar da Cruz, pelos P. P. Passionistas a par do edifício do seu seminário, já em adiantado estado de construção.

*

Lamento não ter chegado mais cedo, a tempo de colher notícias que já se perderam com a morte de tantos que, na sua memória, retinham elementos preciosos pelo que viram e ouviram em dilatadas vidas.

Se me acuso, também lamento que os do meu tempo e os que pertenceram a tantas gerações que me antecederam, não tenham tido a feliz iniciativa de abrir o caminho, de modo a, agora, apenas me competir

continuar e reparar, à sombra de novas e sempre necessárias investigações.

Estamos sempre a tempo de salvar muito, embora cada vez menos.

Exorto, por isso, o que faço em apêlo renovado, os meus compatriotas a lançarem-se no caminho da investigação, enriquecendo a história da nossa terra em múltiplos aspectos ainda tão esquecidos.

Por minha parte, enquanto não me faltarem as forças, continuarei a trabalhar, arando o terreno «hermo», cultivando-o com a melhor semente que me fôr possível encontrar.

Contento-me, quanto ao particular deste estudo, que ele baste como alicerce que possa suportar obra que sirva de apoio e de ponto de partida.

Lanço este trabalho à publicidade — como um tímido esboço — para ser completado por aqueles que quiserem dedicar-se a estes estudos: d'aqui os incito e saúdo com votos de muitas felicidades.

CAPÍTULO I

CAPELAS

Começo por lembrar uma distinção que convém ter presente, referente ao significado de «capela».

Além do que resulta de «simples oratório, igreja de uma comunidade isenta, altar colocado dentro e em volta da igreja, em espaço maior ou menor com disposição especial e templo filial da igreja matriz», também por ela se designavam os «bens onerados perpétuamente, tendo encargo de missas ou doutros ofícios religiosos, por intenção com o fim de sufragar a alma do fundador» (O Cabido da Sé do Porto — pelo cônego António Ferreira Pinto — Capítulo VI — Capelas e Morgados — a fls. 43).

Gama Barros, na «História da Administração Pública em Portugal nos séculos XII a XV (2.^a edição — fls. 223), nas suas considerações sobre «capelas e morgados», diz-nos quanto à propriedade vinculada perpétuamente: «Estabelece-se o vínculo quer fosse quando o instituidor destinava os bens principalmente a obras pias, indicando porém a ordem a seguir na sucessão ou administração d'elas (capelas), quer o fim principal da instituição, posto que onerada com encargos pios, fosse imobilizar os bens em determinada família para ela manter para sempre o seu estado e condição (morgados). Mas nos documentos, como veremos, designou-se muitas

vezes ambas as fundações com qualquer d'esses nomes, e a característica legal, que as distinguia, só foi formulada no primeiro quartel do século XVI, nas Ordenações Manuelinas».

Estas (L. I. T. 62 § 63), reproduzidas nas Filipinas, dispuseram que «por não vir em dúvida qual he Morgado, ou Capela: Declaramos ser Morgado se na Instituição que dos bens os defuntos fizerão, for conteudo, que os Administradores, e possuidores dos ditos bens cumprão certas Missas, ou encargos, e o que mais renderem hajão para si; ou que os Instituidores lhe deixarão os ditos bens com certos encargos de Missas, ou de outras obras pias. E se nas Instituições for conteudo, que os Administradores hajão certa cousa, ou certa quota de rendas, que os bens renderem, assim como terço, quarto ou quinto e o que sobejar se gaste em Missas, ou em outras obras pias: em este caso declaramos não ser Morgado, senão Capella. E nestas taes Instituições, e semelhantes, pode e deve entender o Provedor, posto que nas Instituições se diga que faz Morgado, ou que faz Capella, porque as semelhantes palavras não haverão respeito, sòmente à forma dos encariagos».

Para melhor elucidação sobre a matéria pode-se ler «Tratado prático de Morgados por Manuel de Almeida e Sousa de Lobão» — 2.ª edição correcta e adicionada pelo autor — Capítulo X — fls. 148 e seguintes, de onde extratei aquele trecho das ordenações.

A fls. 470, em **adições**, sintetiza: «Neste reino já havia o que hoje chamamos Capelas, que erão imposições de Missas e Encargos Pios, com que se oneravão os prédios; e isto já pelos anos de 1314, 1347, 1392, como vêmos no Elucid. de Fr. Joaquim de Santa Rosa debaixo das palavras = **Testamento, Missas públicas** — Encixamento.

Como adiante referirei, já em 2 de Setembro da era de 1343 (ano de 1305) o rei D. Dinis doou a «Capela de Santa Maria do Campo» (que entendo ser «instituição» e não edifício) à Igreja de S. Nicolau da Feira.

Por «capela» também se chamaram os «ornamentos, peças, trastes de altar e tudo que serve à liturgia», bem como a «todas as alfaías, ornamentos, livros, peças que se costumam empregar na celebração dos diversos officios e tremendo sacrificio do altar» (cit. ob. de Viterbo — Vol. 2.º, fls. 68).

O presente estudo dirige-se às capelas — edificios — ou seja às que se incorporam no primeiro conceito, embora mereçam especial referência as que como

capelas-instituições, se fundaram naquelas, como sucedeu na velha capela de N. Senhora de Campos.

Outras, e foram muitas, serão referidas quando me dedicar ao estudo da Igreja do Convento do Espírito Santo, desta vila.

As capelas, no seu primeiro significado, são para uma localidade, o que a pedra de armas representa para uma família.

Cada uma delas associa-se à história e grandeza do brasão da terra onde foram implantadas.

Pertencem muito a um passado que não podemos deixar em sossego: temos que o agitar a cada passo e momento, exigindo-lhe informações e respostas.

É o que passo a fazer.

*

Além de outros livros, que nomearei oportunamente, encontrei muita utilidade na consulta dos que passo a enumerar, onde, as capelas e ermidas desta freguesia de S. Nicolau, foram inventariadas.

— Catálogo dos Bispos do Porto — por D. Rodrigo da Cunha, 1623:

«O Mosteiro do Espírito Santo esta na Vila da Feira junto do Castelo, he de Religiosos de Santo Eloy, tem quatro Frades. Ermidas, S. Nicolao, N. S. de Campos, N. Senhora do Castelo, São Francisco, Santo André, Santa Margarida, Santa Luzia».

Este descritivo consta da parte II — pág. 247 sob o capítulo «Das Igrejas da comarca da Feira, suas Ermidas, fregueses e rendimentos» — da 2.ª edição publicada em 1742, adicionada por António Cerqueira Pinto.

Como este não introduziu qualquer adição na parte II, como declarou no prólogo da edição de 1742 e exactamente nesta parte é que se faz referência às ermidas (Capítulo XXXIV), temos que aceitar as informações como reportadas ao ano em que o livro foi ao prelo, pela primeira vez, ou seja em 1623.

O autor ao anotar a ermida de S. Nicolau deve referir-se à que estava junto à demolida igreja de S. Nicolau, isto é a que foi exceptuada no contrato de transferência da sede da freguesia da antiga igreja do mesmo nome para a do Convento do Espírito Santo, desta vila, datado de 17 de Dezembro de 1566.

Parece-me evidente que não se refere à nova igreja, como se deduz da prática usada com outros conventos.

Assim, quando se refere ao de Pedroso diz «Mosteiro de S. Pedro de Pedroso, que foi dos Padres de S. Bento» e a seguir indica as ermidas existentes, no número das quais não figura a igreja daquele mosteiro.

— O «Episcopologio», de Manuel Pereira de Novais, concluído em 1690 e editado por José Pereira de Sam-

paio (Bruno) apenas cita, como ermidas da Vila da Feira, as de S. Nicolau, Nossa Senhora do Castelo, de S. Francisco, de S. André, Santa Margarida, Santa Luzia e Nossa Senhora de Campos.

Vê-se, assim, que se mantiveram todas as ermidas enunciadas em 1623, sem qualquer acréscimo.

— O «Ceo aberto na terra», do padre Francisco de Santa Maria—1697—informa (L. II, Cap. XLI, pág. 533-537): «Tem mais esta Igreja sette Ermidas: a primeira de N. S. da Encarnação, sita no Castelo, a qual reedificou à sua custa a excelentíssima senhora D. Joana Forjaz Pereira Meneses e Silva, he toda de cantaria sextavada, cousa perfeitíssima. Nella se guardão notáveis relíquias de Sãtos: a segunda he de S. Luzia Virgê e Martyr: a terceira he do Archão S. Miguel: a quarta he de todos os Santos: a quinta do patriarca S. Francisco, q se edificou no lugar onde esteve a matriz: a sexta de N. S. da Piedade; a sétima de Santo André.

Deste texto vê-se que em 1697 e em relação a 1690—não há referência à ermida de S. Nicolau, à de Campos (o que deve resultar de lapso pois sabemos que ainda existiam em 1707) e à de Santa Margarida: acrescentaram-se a do «Archanjo S. Miguel», a de «Todos os Santos» e a da «Piedade» («Ver Memórias e datas para a história de Ovar—por João Frederico Teixeira de Pinho).

— «Corografia Portuguesa e descrição topografica do famoso reino de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Vilas e Lugares que contem varões ilustres, genealogias das Rainhas Nobres: fundamentos de Conventos, Catálogos dos Bispos, antiguidades maravilhosas da natureza, edificios e outras curiosas observações»—1707—pelo padre António Carvalho da Costa, clérigo do hábito de S. Pedro e matemático, natural de Lisboa.

As respectivas licenças do Santo Ofício e do Ordinário são, respectivamente, de 7 e 26 de Janeiro de 1707 e os demais vistos de 4 e 5 de Dezembro de 1708.

Por isso, o seu texto data, pelo menos, de 1707.

Referindo-se à freguesia desta vila, que é a do «Convento dos Cônegos Seculares da Congregação de S. João Evangelista» diz:

«Tem Casa de Misericórdia, Hospital e estas Ermidas: São Nicolau, que era antigamente a Matriz, N. Senhora de Campos, N. Senhora da Encarnação situada no Castelo (cuja Ermida he toda de cantaria sextavada, e tem notáveis relíquias de Santos), São Francisco, Santo André, Santa Margarida, Santa Luzia,

o Archanjo São Miguel; e outra de todos os Santos» (fls. 107).

Assim, mantêm-se as ermidas mencionadas em 1690, renovando-se a referência às de S. Nicolau, Campos e Santo André, excluindo-se (o que se deve a lapso) a da Piedade.

Deve haver equívoco quando se diz que «São Nicolau era a antiga matriz porque menciona-se esta e a de S. Francisco.

Tendo esta sido implantada onde esteve a de S. Nicolau (como se diz no já referido «Ceo Aberto na Terra» e o mesmo se diz pela pena do vigário Quintela), temos que concluir que a de S. Nicolau devia corresponder à velha ermida de S. Nicolau que foi exceptuada no aludido contrato de 1566.

Pela forma que está redigido aquele texto vê-se claramente que coexistiam em 1707 e anos anteriores (pois o autor diz no prólogo que «para esta obra trabalhou muitos anos nos mais antigos arquivos destes reinos»), a igreja paroquial de S. Nicolau, no convento e as ermidas de S. Nicolau e de S. Francisco no lugar da Misericórdia.

Num artigo publicado no jornal «O Povo Feirense» de 3 de Dezembro de 1938, assinado por V, este afirma que encontrou um exemplar daquela «Geografia» tendo à margem da referência àquelas capelas, uma anotação inventariando outras nos termos seguintes:

«E outra da Piedade, outra de S. Sebastião, capela de Dionísio Pereira homem principal: outra de Santo António na Praça da vila, pequena, para os presos ouvirem missa, a qual mandou fazer o Campelo. É hoje seu capelão o P. Baltazar Joaquim Pereira. Hoje 6 de Junho de 1742.»

Esta informação está errada, em parte, porque a capela de Dionísio Pereira tinha a invocação de S. Miguel e não de S. Sebastião; esta e a da Piedade já tinham sido mencionadas em 1697 no «Ceo aberto na terra», do padre Francisco de Santa Maria.

— Dicionário Geográfico de Portugal, no tocante à freguesia de S. Nicolau, desta vila, segundo as respostas dadas, em 1758, às perguntas do respectivo questionário, pelo vigário da mesma freguesia—padre José de São Pedro Quintela, cônego de S. João Evangelista no Mosteiro da Feira, manuscrito que está guardado na Torre do Tombo (vol. XV, fls. 195 e segt.es): «11.º e 12.º—No lugar em que estava a freguesia de São Nicolau e depois ficou a Capela de São Francisco, se vê hoje a Misericórdia.

13.º—Tem mais esta freguesia oito capelas que são—Nossa Senhora da Incarnação sita no Castelo a qual reedificou à sua custa a Excelentíssima Senhora Dona Joana Forjaz Pereira Menezes e Silva da nobi-

líssima casa dos Condes desta vila, he toda de cantaria sextavada cousa perfeita, nella se guardão notaveis reliquias de santos das quais muitas pelo decurso do tempo tem levado descaminho; tem esta capela trez altares, em hum dos quais esta novamente colocada a Imagem de Santa Luzia por se ter arruinado a capela da dita Santa que estava extra muros do mesmo Castelo sem romagem. A segunda he do archanjo S. Miguel sita no lugar de Fijo, he vínculo com obrigação de algumas missas que hoje pertence a Manoel de Gouveia desta freguesia. A terceira é de São Bento sita no mesmo lugar que dizem ser vínculo de Manoel Pereira falcão desta freguesia. A quarta é de todos os santos no lugar de Justas, foi vínculo que finalizou e hoje pertence, por comprar o dito vínculo a Dionísio Ferreira desta freguesia. A quinta he de Nossa Senhora da Piedade Imagem muito milagrosa porem sem romagem pertence ao Povo. A sexta he a de São José sita no lugar da Velha que pertence a José de Freitas desta freguesia. A setima, a de Santo André, sita extra-muros da quinta de Santo André pertence ao Povo. A oitava he a de Nossa Senhora de Campos que foi antigamente freguesia da qual fizemos menção supra está sita no Lugar de Campos e pertence ao Povo. Todas estas capelas não tem romagem só a da Senhora da Incarnação como abaixo dizemos: ha mais na prassa desta vila defronte da cadeia, e caza da camera della um oratório da Invocação de Santo António para se dizer missa aos Prezos. Todas as sobreditas Capelas e oratório, estão subordinadas a jurisdicção Parochial do Vigario desta freguesia.

19.ª... Todos os anos no dia vinte e cinco de Março he outra Feira extra muros do Castelo ao pé da Senhora da Incarnação a que nesta terra chama o vulgo a Senhora de Março e por concorrer a esta Capela romagem: neste dia se faz no circuito huma Feira por todo o dia franca.»

Devo notar que este vigário Quintela não era muito cuidadoso na recolha das informações históricas, acei-

tando-as sem procurar a sua verdadeira justificação, ou copiando de outros que, menos escrupulosos, a tantos induziram em erro.

Assim e com verdade se diz, na nota lançada a fls. 4^v do exemplar que tenho daquele livro: «Foi tal a fúria com que o P. José de São Pedro Quintela desatou a copiar o que o P.º Francisco de St.ª Maria escreveu na chronica das Congregações de Cónegos Seculares de S. João Evangelista (L. II, Cap. XLI, pag. 533 e seg.—ed. de Lisboa 1697) a respeito da villa da Feira que não obstante ser Cónego Secular e Vigário da Paroquia de S. Nicolau (egreja Matriz da referida Villa) não se deu ao trabalho de verificar no mesmo templo a exactidão das informações do P.º Francisco de St.ª Maria e transcreveu *ipsis verbis* o epitáfio do Conde D. Manoel Pereira, que o P.º Fr.º de St.ª Maria descreve, quando a verdade é que o mencionado epitáfio qual se encontra na Egreja Matriz é totalmente diverso. O seu verdadeiro teor é este—Aqui jaz o muito ilustre S.ºr Dom Manoel Pr.º Conde da Feira....

Os lugares das sepulturas, como os errou o P.º Fr.º de St.ª Maria, também os errou o P.º Quintela. As descritas por ambos, são todas razas e situadas no pavimento da Egreja.»

A este indesculpável erro se refere, comentando, o Dr. Aguiar Cardoso em «Migalhas de História do Concelho da Feira», no jornal «Vila da Feira», número 54 de 12 de Maio de 1921.

No estudo detalhado de cada uma destas ermidas terei ocasião de me referir, comentando, a todo aquele descritivo do vigário Quintela.

*

Conseguí tomar conhecimento das seguintes capelas e ermidas, nesta freguesia de S. Nicolau da Feira, que relaciono tendo em consideração as respectivas localidades, que enumero pela sua ordem alfabética: todas as conhecidas foram implantadas na área da vila.

Lugar de Campos	A—Nossa Senhora de Campos
Lugar do Castelo	B—Nossa Senhora da Encarnação
	C—Ermida de Santa Luzia
	D—Nossa Senhora de Monserrate
Lugar de Fijô	E—S. Miguel
	F—S. Bento e S. José
Lugar da Igreja	G—Ermida do Espírito Santo
Lugar de Justas	H—Todos os Santos
Lugar da Misericórdia	I—S. Nicolau
	J—S. Francisco
Lugar da Piedade	K—Nossa Senhora da Piedade
Praça Velha (do Dr. Gaspar Moreira) ...	L—S. António

Lugar de Santo André	M—S. André
Lugar da Velha	N—S. José
Não localizada	O—St. ^a Margarida

Só esta não me foi possível localizar: a última referência que tenho dela consta da «Corografia Portuguesa», do padre Costa — 1707.

*

Do estudo feito posso concluir:

Quanto à sua existência:

Já não existem — A, C, F, G, I, J, L, N, O

Existem, mas profanadas — E, H

Existem abertas ao culto — B, D, K, M

Quanto à sua natureza:

Públicas — A, B, C, G, I, J, K, L, M, O

De administração particular — D, E, F, H, N

Quanto à O, nada se pode dizer, pelas razões já invocadas.

As invocações escolhidas para aquelas diversas capelas e ermidas podem agrupar-se pela forma seguinte:

a — Espírito Santo

b — Nossa Senhora

Campos
Encarnação
Monserate
Piedade

c — Santos

Santa Luzia
S. Miguel
S. Bento e S. José
Todos os Santos
S. Nicolau
S. Francisco
S. António
S. André
S. José
S. Margarida

Na conclusão final, além do mais, farei uma resenha da antiguidade de cada uma das mencionadas capelas e ermidas e das datas, por vezes prováveis, do seu desaparecimento, o que reservo para então, para englobar essa matéria no estudo conjunto de toda a versada nos diversos capítulos.

*

Notas diversas

Parte das ditas capelas foram inspecionadas, pelo menos, entre os anos de 1726 a 1886, como consta do livro das «Visitações à Igreja de S. Nicolau da Feira», que teve o seu início em 26 de Outubro daquele ano e tem o seu termo de nova abertura datado de 9 de Agosto de 1834 (época em que foram confiscados os bens do convento).

Este livro, a que faltam as páginas finais (68 a 78 inclusive), ainda existe na igreja.

Foi antecedido, pelo menos, por outro, pois sabe-se pelo livro do padre Jorge de S. Paulo — «Livro e memorial da fazenda deste concelho para se dar princípio ao tombo tão necessário para sua augmentação», muito citado neste trabalho (transcrito, em parte, pelo Dr. Vaz Ferreira, no seu artigo sobre «O Convento da Feira», publicado no Arquivo do Distrito de Aveiro, números 63, 64 e 65), que a nossa igreja foi «visitada» em: 1634 (fls. 36), entre 1649-1660 (fl. 281) e 26 de Setembro de 1705 (fl. 282 v.).

A nossa diocese também foi «visitada» pelo Bispo do Porto (dentre elas algumas deveriam caber à nossa igreja de S. Nicolau e, assim, é possível que se tivessem alargado a algumas das nossas capelas): em 1538, por D. Fr. Baltasar Limpo, entre 1603-1607 por D. Gonçalo de Moraes, entre 1619 a 1627 por D. Rodrigo da Cunha, entre 1684 e 1696 pelo Dr. João de Almeida Ribeiro, abade de S. Miguel da Gandra, que foi governador do Bispado e visitador na comarca da Feira por D. João de Sousa e arcebispo eleito de Braga.

Tudo refiro, neste momento, para abrir caminho à necessária investigação sobre aquelas «visitas» que muito interessam ao estudo das capelas e oratórios, como bem serviu aquele livro que ainda se conserva na nossa igreja.

O livro, ou livros, de «visitas», anteriores a este último, deve ter sido confiscado juntamente com o arquivo do Convento do Espírito Santo, desta vila, em 1834, desaparecendo a partir de então, como aconteceu à maior parte desse arquivo que escapou às invasões francesas.

O que ainda existe livrou-se da sorte dos demais, naturalmente por ser o corrente à data daquela abusiva confiscação.

Daquela arguivo apenas conheço — por informação do cônego António Ferreira Pinto, que foi distinto professor e reitor do Seminário do Porto, o que diz no seu estudo sobre a «Colegiada ou Colégio do Espírito Santo na Vila da Feira» (cit. Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. 4.º, fl. 81) e ainda os tombos do convento existentes na Biblioteca Municipal desta vila.

Um, formado por 10 livros (com falta do 6.º) e o «Tombo Velho da Igreja de S. Nicolau da Vila da Feira», que abrange o do Mosteiro (Igreja de S. Nicolau) e o da «Igreja de S. Cristóvão de Nogueira da Regedoura anexa ao Convento de S. João Evangelista».

*

Segundo o edital do Bispado do Porto de 6 de Maio de 1785, em conformidade com a providência da rainha D. Maria I — de 16 de Novembro de 1784, foi proibido que «antes de nascer o Sol e meia hora depois d'elle posto esteja mais algũa Igreja deste nosso Bispado aberta ou Capela» (Copiado no citado livro de «Visitações» em 30 de Março de 1785, pelo vigário António de Pádua Corrêa e Silva — fls. 69 v. a 70 v.).

*

Nos anos santos eram nomeados, para a visitação, para alcançar o jubileo nesta freguesia da Feira, a igreja matriz e algumas das capelas, entre as já referidas.

Assim, tomei conhecimento das seguintes:

a) Pastoral do Bispo do Porto (Dom Frei José Maria da Fonseca e Évora) de 4. de Junho de 1751, segundo o breve do Pontífice Bento XIV de 25 de Dezembro de 1750, remetida com data do 1.º ano de 1751. Em conformidade com estes diplomas o vigário da freguesia de S. Nicolau da Feira — José do Nascimento nomeou para a «visitação das Igr.^{as} q^{as} serão de visitar para alcançar o jubileo nesta freguesia em pr.^o lugar esta Igra Matriz e a seg^{da} a Igra da Misericórdia — a 3.^a a Capela de S. Miguel Archanjo sita em Fijô e a 4.^a a Capela de Nossa Senhora de Campos» (fls. 24 a 28 cit. .º das Vis.).

b) Edital do Bispo do Porto — Dom Frey João Rafael de Mendonça, Monge de São Jerónimo, de 5 de Outubro de 1776 em que se mandou publicar a extensão do jubileo do ano santo, por virtude do qual o vigário desta freguesia — Tomaz de S. José do Nascimento nomeou para «a vesitação das Igrejas que se hão de visitar para alcançar o Jubileo nesta freguezia em primeiro lugar esta Igreja; a segunda a Igreja da Misericórdia; a terceira a capela de Nossa Senhora de Campos e a quarta a capela de Santo André...» (fls. 56 a 58 — cit. L.º das Vis.).

*

No mencionado livro das «Visitações» encontram-se outras disposições referentes a capelas que julgo conveniente divulgar neste trabalho.

a) «...e na observância de tudo encarrego muito a consciência o Reverendo Parocho como também que não fassa a missa que pessoa alguma se confeçe em Ermidas e capelas desta freguesia excepto nas occasions declaradas em a Constituição deste Bisp^o e só nestes podera sêr confessada e no Ad^o da Igr.^a alguma mulher velha e mouca no caso em que na Igra haia começo de gente (visitação de 26 de Outubro 1726 — fls. 2 v.);

b) «...por sêr informado de que muitos sacerdotes Parochianos desta Igreja dão comunhão a varias pessoas nas Capelas da frega sem licença do Rev^o Parocho delle sem que este seja sabedor do referido. Mando que aqui em diante nenhum dos ditos sacerdotes de a comunhão nas das Capelas sem Liç^a do mesmo Rev.^o Parocho sob pena de suspensão (visitação de 10 de Maio 1746 — fls. 18);

c) foi determinado que o Rd^o Pároco fizesse guardar a custódia da Igra e vasos sagrados por pessoas «não só de intra confiança e probavelide...» e que «sejaõ todas havidas por legitimos christãos velhos e com as mesmas qualidades e lhe recomenda admita na sua Igra os sacristaes e o m^{mo} observara nas Capelas desta frega e concentindo o contr.^o se lhe extranhara gravemente» (visitação de 25 de Junho de 1769 — fls. 47);

d) em algumas visitasões, há recomendações por vezes muito duras, sobre o estado em que foram encontradas as capelas e suas alfaia: darei nota enquadrando-as no estudo da capela a que respeitarem.

Por ser de ordem geral transcrevo, agora, apenas, o que sobre a matéria consta da visitação de 23 de Junho de 1754, a fls. 30 v. e 31.

«Mandamos que as capas dos calices assim da Capela da Sn^{ra} da Piedade como das mais capelas da frega se dourem as capas pela pte de dentro e tambem as patenas no tro de seis meses e passados elles se assim se não fizer co isso ficara suspenso todo o sacerdote, que com eles celebrar e tambem se encaxarão nas taboas dos Altares todas as pedras de Ara, que o não estiverem.»

*

Finalmente, desejo dar conhecimento da legenda que consta do índice do tombo do convento do Espírito Santo, desta vila, referente ao Livro 6.º, letra C — «Sen^a dos Pes contra o Pe José Soares desta villa nos impugnavaõ a Jurisdicção das Cappas desta freguezia em 1730 — fls. 174».

Este livro 6.º é o que falta na colecção depositada na Biblioteca Municipal desta vila.

O título é muito sugestivo: talvez pela leitura daquela sentença seja possível colher novos e proveitosos conhecimentos sobre as capelas da época.

Aguardemos que apareça aquele volume ou colecção onde ele esteja integrado.

LUGAR DE CAMPOS

A

CAPELA DE NOSSA SENHORA DE CAMPOS

1

Descrição

Esta capela, na sua última estrutura, era muito simples, como se vê da fotografia que se publica.

Situava-se no lugar de Campos, num terreno murado com acesso pela antiga estrada que ligava o lugar do Montinho ao da Cruz.

Estava encimada por um triângulo, tendo no vértice superior uma cruz e nos dos lados, sobre os cunhais da frente, pirâmides, tudo em pedra.

A porta principal, ladeada por janelas com grades de ferro, tinha um motivo sobre a sua padieira, a qual era sobreposta por um óculo, tudo também em granito.

O seu adro tinha árvores.

Ultimamente, sobre o seu muro frontal, havia uma vedação com grade e portão de ferro.

Hoje está demolida, jazendo as suas pedras abandonadas no terreiro onde ela outrora se erguia.

2

História

A capela de Campos foi uma das mais antigas, se não a mais antiga da Vila da Feira.

Para nós, só tem passado.

Felizmente, alguns documentos ainda restam, que nos permitem dar alguns passos na sua história.

Os mais antigos, estão insertos no «Censual do Cabido da Sé do Porto»:

a) «Doaçom que fez el Rey da Capela de santa Maria do Campo aa Igreja de sam Nicolao da feira» — 2 de Setembro da era de 1343 (ano de 1305) — fls. 288.

b) «Carta del Rey que mandou desenbargar todas as erdades da Capela de santa Maria de Campos a sam Nicolao» — 7 de Setembro da era de 1346 (ano de 1308), fls. 289.

Naquele título, o rei D. Dinis faz saber «que como os Reis que foram ante mim e eu fizemos manteer a serviço de deus e da ssa madre santa Maria hua capella na Egreia que chamam santa Maria de Campo na fregesia da Egreia de sam Nicholao da Ffeyra de terra de santa Maria no Bispado do Porto e dessemos lhi herdamentos pera dizer hy missa cada dia huum Capellam da dicta capella por que achey que non cantavam hi



Capela de Nossa Senhora de Campos
1890

missa aas vezes nem deziam hi oras com outorgamento da Raynha domna Isabel mha molher e de meu filho Inffante dom Afonso primeyro herdeyro».

Em seguida doa à igreja de S. Nicolau, desta vila, «todos os herdamentos e possisoens e de todas as outras coussas que foram dadas pera mantimento da dicta Capella em tal maneyra que a dicta Egreia de sam Nicholao aia e possoya livremente pera todo sempre todas as coussas de susso dictas e os Rectores que hi pelo tempo fforem sejam obrigados a theudos a ffazer hy dizer cada dia hua missa naquela maneyra que ata aquy se soya (costumava) a dizer e a manteer hua lampada na dicta Egreia de santa Maria do campo todo o assim de noyte».

Outrosim o rei dispôs na mesma doação — «E o clérigo que ouuer a dizer a missa em essa Egreia do Campo diga as horas canonicas com os outros na dicta Egreia de sam Nicholao Et mais em dia de santa Maria daGosto uaaam hy cada anno os clérigos de sam Nicholao a dizer todas as horas Canonicas E pera conprirsse todo esto. Rogo ao Onrrado padre dom Giraldo Bispo do Porto assi como ordinayro e dom loahanne Bispo de Lixboa assi como padrom (padroeiro) da dicta Egreia em sam Nicholao a que ende eu dey o padroado nom come a bispo de Lisboa. Mais come a loham martinz per rrazon da sa pessoa que Conçença em estas cousas e as afirme de guysa que a dicta Egreia de sam Nicholão e os Rectores que hy fforem sejam teudos por sempre para conprir todos estes carregos de susso dictos...»

Seguem-se as aceitações, terminando: «Em testimonho desto eu sobredicto Rey mandey en fazer tres cartas seeladas do meu seelo e que tenha ende eu a hua e o dicto padrom outra e a dicta Egreia de sam Nicholao outra. E nos sobredictos bispos fizemos poer nossos seelos nas dictas cartas em testimonho de verdade. Dada em Lixboa dous dias de Setembro — El Rey o mandou pelo Arcebispo de Braga — Affonso Rey-mondo a ffez — Era de Mil e Trezentos e quarenta e Tres anos. Nos Arcebispo o uimos. El Rey a uyo».

Deste importante documento conclui-se que:

a) em tempo muito anterior a D. Dinis, um rei de Portugal instituiu uma capela (instituição, nos termos já explicados, e não edifício) na igreja de Santa Maria do Campo;

b) que esta, em 1305, já estava integrada na freguesia da «Igreja de S. Nicolau da Feira» e, por isso, não encabeçava freguesia diferente desta;

c) a designação que se lhe dá de **Igreja**, pode bem significar que lhe ficara por tradição, do tempo em que fora a igreja da freguesia autónoma do seu nome;

d) a capela instituída deve ser muito antiga pois já decorrera o tempo necessário para, naturalmente, se aviltar o cumprimento de obrigações contraídas;

e) os benefícios reais de que gozava essa capela e património que lhe foi doado, foram transmitidos com as respectivas obrigações, por meio de doação, nesse ano de 1305, para a igreja de S. Nicolau da Vila da Feira.

Pelo segundo título apontado vê-se que, depois de feita esta doação, da «capela» instituída na «Igreja» de Santa Maria do Campo, à «Igreja de S. Nicolau» da Feira, o mesmo rei, por carta de 7 de Setembro do ano de Cristo de 1308, mandou «desenbargar totalas

erdades da Capela de santa Maria de Campos a san Nicolao», o que se processou nos seguintes termos:

Começa o documento por lembrar que ele dera e doara «a mha capella de santa Maria de Campos com seus dereytos e com ssas pertenças aa Egreia de sam Nicholao da feira em cuya ffreygesia ela sta, assim come conteudo mais compridamente en a carta da doaçom que ende eu ffez aa dicta Egreia».

E explica, em seguida, que João Moniz que fora capelão da dita capela, conforme fora devidamente averiguado tinha feito nos bens delas muitas benfeitorias e acrescentamentos na «dicta vinha assi como logo devissaram per dante eles chantando (plantando) dela per ppe e dela acrescentando em prouageens e que tirara huum terreo (baldio, terra livre, inculta) de Mato e que fizera hy huum pumar».

E porque ele não quisera levantar essas benfeitorias, antes «lhi ffezesse o Prior da dicta Egreia (de S. Nicolau da Feira) algua coussa aguissada (justa, conveniente) pola bemfeitoria que el hy fizera», o rei declarou as benfeitorias como feitas e que todas as herdades que pertencessem à mesma «Capela» ficassem desembargadas, com a obrigação imposta ao prior de dar ao João Moniz em cada «huum anno em dias de ssa vida por dia de sam Miguel de Setembro quinze libras pelos bens da dicta Egreia de sam Nicholao da Feira».

Determina, logo em seguida, que «estes dinheiros lhe devem a dar ata que aia alguum beneficcio ou ata que aia a Egreia de santandre de Perzelhi (hoje de Mosteirô) em que diz que foy confirmado».

Foi «dada em Coymbra sete dias de Setembro — el Rey o mandou pelo Bispo de Lisboa — Martim anes a ffez — Era de Mil e Trezentos e Quareenta e seis Annos (1308 de Cristo) — Episcopus Vlixbonensis».

Neste documento a redacção é mais imprecisa do que a usada no primeiro, pois diz-se «como eu desse e doasse a mha capella de Santa Maria de Campos com seus dereytos e com ssas pertenças aa Egreia de sam Nicholao da ffeyra em cuja ffreygesia ela sta».

O confronto deste documento com o anterior de 1305, porém, não deixa dúvida que se trata da capela-instituição e não da capela-edifício e que «Campo» e «Campos» se equivalem.

Confirma-se que esta estava implantada na freguesia de S. Nicolau da Feira, o que exclui a exis-

tência, então, de duas freguesias distintas: aquela e a de Santa Maria de Campos.

João Pedro Ribeiro, catalogou aquela carta de doação de 1343 (1305) e a de desembargo de 7 de Setembro de 1346 (1308) com as suas respectivas súmulas (Dissertações, Vol. V, fls. 52).

Do «Livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal» — 1574, com introdução de Joaquim Veríssimo Serrão, em «Título d'algumas capelas, que se acharão instituídas por alguns reis, infantes e rainhas, com certos encargos», consta a fls. 54:

— «El Rei dom Afonso o 4.º instituiu huua capella na hermda q chamão santa Maria de Campos, a qual leixou certos Casais na terra de Santa Maria» (fls. 46).

— São obrigados os Reitores q pelo tempo forem da igreja de sancto Niculao da Feira de Sta Maria a fazer dizer na ditta igreja cada dia huua missa, e manter huua lampada na igreja de Sta Maria do Campo por certas leiras q lhe foram leixadas, e herdamentos» (fls. 46).

O mesmo livro, a fls. 91, acrescenta sobre «Título das Cartas de Administrações de Capellas q forão apresentadas per ElRei Dom Afonso o 5.º «=A Alvaro Afonso escudeiro de Fernão Pereira a administração d'huua capella qº Elrei dom Afonso o 4.º, instituiu na hermda qº chamão santa maria de Campos, a qual deixou certos Casaes na terra de santa Maria, e el rei dom Affonso 5.º depois deu a administram desta capela» (fls. 91).

Lembro que D. Afonso V reinou desde 9 de Setembro de 1438 até 28 de Agosto de 1481.

A segunda noticia já referida, dada a fls. 54, condiz com tudo quanto foi descrito.

Outro tanto parece não suceder com a primeira, também de fls. 54, em relação ao que consta na de fls. 91.

Na verdade, não é fácil compreender que Afonso IV, filho de D. Dinis, instituisse «huua capella na hermda que chamão Santa Maria de Campos» a não ser que se tratasse de outra «Capela-instituição», diferente da que seu pai doara em 1305 à igreja de S. Nicolau da Feira.

Naturalmente foi o que sucedeu, o que justifica a clara referência feita no período inserto a fls. 91.

O referido livro das Igrejas e Capelas do Padroado dos Reis de Portugal — 1574 — foi publicado em 1971,

na cidade de Paris, pelo «Centro Cultural Português» da Fundação Calouste Gulbenkian, com introdução do director deste centro, Joaquim Veríssimo Serrão.

É a transcrição do manuscrito daquele «Livro», segundo a cópia existente no Museu Britânico.

Segundo o prefácio, elaborado por aquele director do Centro, o códice foi redigido entre Julho de 1578 e Março do ano imediato, sob a direcção do Dr. António de Castilho, guarda-mor da Torre do Tombo.

Mais desconcertante é a ordem de sequestro que se passou do juízo das «Capelas da Casa Real sobre a Capela da Snr.ª de Campos», expedida em nome do rei D. João 5.º em 25 de Março de 1717 — cuja cópia consta do tombo do Mosteiro do Espírito Santo da Vila da Feira — Vol. V, fls. 242 (Tombo novo).

Por ela comunica-se «ao provedor da comarca do Porto e a todas as justiças da terra da Feira e a todos os mais distritos destes meus reinos e senhorios de Portugal», para devido cumprimento, que «no livro das Capellas da minha Croa se acha o assento do Theor seguinte = Assento de El Rei D. Afonso o 4º edificou a ermida de Sta Maria de Campos com certos cazaes em terra da Feira qº se apossarão os clérigos da Feira athe lha tirar Alvaro Affonso dessa administração de o ano de mil quatrocentos e sincoenta e hu por carta de El Rei D. Affonso quinto por sua vida por so assim E escudeiro de Fernão Pereira...»

Em consequência e porque não se sabia, então, quem possuía os bens da referida capela «nem se estes andão alheados ou aforados nem qto rendem cada hu anno, nem outrosim se os emcargos delle se satisfazem», ordena que se averigue «qº bens, propriedades ou foros pertencem a esta Capela com quem partem, confrontão e qto rendem cada hu anno livre dos encargos e se estes se satisfazem e não estando satisfeito os fareis satisfazer e em tudo qº logo achares logo mandareis fazer sequestro qº não sera levantado sem ordem spicial deste Juizo das Capellas da Coroa Real».

Seguem-se as instruções e ordens necessárias para a execução da ordem dada distinguindo-se, entre elas, o que evidencia bem a dificuldade encontrada no êxito da diligência, que «mandareis por Editais nos lugares públicos delle declarando em como eu faço merce della a pessoa que ir delatada neste Juizo dentro do termo de 4 meses qº se contarão do dia do dito Edital ainda qº seja o mesmo possuidor intruso como assim tenho mandado por decreto meu de 5 de Novembro de 706...».

Para que este texto possa ser aceite, exprimindo a realidade que aparenta, embora controversa, temos que admitir que a «capela-edifício» foi reedificada e não edificada por Afonso IV: **edificar**, porém, deve corresponder a **fundar, instituir, crescer**.

Ao redigir o referido tombo surgiu a mesma dúvida pois no seu índice — Letra C — Vol V diz-se, na súmula do mesmo documento: «Copia da Ordem de Sequestro qº se passou do Juízo das Capelas da Coroa Real sobre a Capela da Sra de Campos qº se dizia que el Rey D. Afonso 4.º **Reedificara** ou **edificara** a da Capella ou Ermida com sertos casais em terra da Fra...» (o sublinhado é meu).

A congregação do Convento reagiu, porquanto do mesmo tombo e volume consta, como lembrança a fls. 246 v. — em comentário aquela ordem de 1717: — «A Capella de Campos foy erecta pelos fregueses sem obrigação alguma. Dionizio Pra qdo foy Juiz do concelho teve a ordem retro e informandoce achou ser a Capela qº se procurava a de N. S. de Campos cita na frega de S. Marto de Argoncil de Grijó e qº esta informação remetera tres vesas pa o Juizo das Capellas a Lxa. os Campos junto à Capela erão passais da Igra».

Esta informação repete-se no volume 10 do mesmo tombo — a fls. 285.

No estudo da capela de S. Miguel, direi quem foi Dionísio Pereira, proprietário dessa capela e da casa de Fijó, onde ela estava situada.

Aquela explicação merece estudo: a instituição (que chamam edificar) da capela de Campos dizia respeito a uma em S. Martinho de Argoncilhe e não à da nossa vila.

Para averiguar.

Na verdade, na freguesia de Argoncilhe, deste concelho, há uma capela da invocação de Nossa Senhora do Campo, já referida no Santuário Mariano, em texto que deve reportar-se a 1721.

Aí se afirma que o «devoto Santuário de Nossa Senhora do Campo, chamada assim vulgarmente desde os princípios e antiguidade, que é muita, porque se não acha memória nem tradição em todos os moradores daquele campo, de onde tomou o nome, porque a ter outro título, de algum mistério seu sempre se conservava na memória dos velhos, e também lhe chamam Nossa Senhora Aparecida, de onde se confirma este nosso discurso em que se manifestou naquele campo».

«Porém o nome mais próprio da Senhora é o da Sr.ª Gloriosa Assunção, o que se confirma por memórias antigas daquele Convento de Grijó, e nesse dia é obrigado o Pároco da freguesia a celebrar Missa aos seus fregueses, por ser esta festa certamente o seu Orago, e também porque ali teve os seus princípios a primeira paróquia. E consta do arquivo do Mosteiro que já o era no ano de 1686, como se vê de uma doação que naquele ano se fez na mesma Igreja e declara estava ali fundada por estas palavras: «Fundata in Exirtus vilae de Arguncili» que é o mesmo sítio em que se vê hoje a Ermida da Senhora».

A propósito desta Capela ver o artigo de F. R. — «Capela de Nossa Senhora do Campo» em «Abraço» — jornal da Paróquia de Argoncilhe — que tem a feição de uma monografia.

São bem diferentes, uma da outra, as invocações de Nossa Senhora do Campo e de Nossa Senhora dos Campos ou de Campos.

Muitas vezes estabelece-se confusão entre uma e outra, quer por deficiência do escriba, quer por erro do copista, que é o que sucede no caso presente em que a nossa capela de Campos foi chamada do «Campo», na falada doação de 2 de Setembro de 1305, e de «Campos» nos demais títulos citados.

Por isso, não nos podemos firmar, naquela distinção, para tirar conclusões.

A fls. 243 e seguintes do mencionado Tombo do Convento, sob o título de «Lembranças» e em apoio da afirmação de pertencerem ao convento aqueles bens da capela, cita-se:

a) o emprasamento feito por Dom Frei Pedro Soares «Religioso d'a ordem de São Domingos que por dispensação apostólica hera actualmente prior desta Igreja Paroquial de São Nicolau»;

b) outro em 1538 (no índice do tombo diz-se 1537) a Luiz Soares e a sua mulher Madalena Dias, do **Cazal de Campos**, «dizendo he da dita sua Igreja e foi escrito na Cidade do Porto prollu notário João denis aos 11 do sobredito anno por ordem do vigario geral de porto».

Este emprasamento está transcrito a fls. 222 do referido tombo e vol. e ainda a fls. 173 do L.º 4.º do mesmo tombo, abrangendo as seguintes terras: — «Casas, Palheiro, quatro currais de gado, pumar, cortinha, chão de penedo, Chão do Agro e hua Lavoura do Reboleiro, da quinta de Rolaens, e mais outra leira no Reboleiro, da quinta de Rolaens, do Chão do Castanheira

A fls. 232 do mesmo tombo (o novo) está copiado o traslado da sentença e arrematação do Casal de Campos, a requerimento dos P.^{es} contra Ant^o Jorge de Campos, por não pagar rendas decursas em 1576.

Nas referidas «lembranças» acrescenta-se que a demanda também teve por fundamento aquele Ant^o Jorge se ter investido na posse do referido casal sem título válido, esclarecendo que os padres tomaram posse do casal a 9 de Abril daquele ano.

É duvidoso que este casal seja o mesmo que foi referido como emprazado a Luís Tavares, pois no índice do mesmo tombo (novo), Letra C, Vol. 8.^o, fls. 1 consta «Descambio que fez Diogo Tavares com os P.^{es} em q^o elle deo ao Most^o o Casal de Campos e o Mosteiro deo ao d^o Diogo Tavares os Casais, de Nadaís, por escritura, em 1572».

Muitos outros emprazamentos e referências se encontram no mesmo tombo, do Casal de Campos, outorgados pelos padres da Congregação do Convento, como seja em 1598 (L.^o 4.^o, fls. 369), 1623 (L.^o 1.^o, fls. 291), (carta de levantamento de sequestro) 1630 (L.^o 3.^o, fls. 418), (arrendamento do casal), 1642 (L.^o 5.^o, fls. 213) e 1737 (L.^o 1.^o, fls. 160) — o que tudo pode servir de elemento de estudo para a história da capela.

A esta capela de Campos já se referiu o «Catálogo dos Bispos do Porto (1623)», chamando-lhe ermida de N. Senhora de Campos e o «Episcopologio» de Pereira de Novais (1690), chamando-lhe, também, ermida, e com a mesma designação.

«O Ceo aberto na terra» (1697) do padre Francisco de Santa Maria, por equívoco, não a menciona entre as ermidas existentes, ao tempo, nesta vila.

A «Corografia Portuguesa», do padre Ant^onio Carvalho da Costa (1707), chama-a de N. Senhora de Campos e o vigário Quintela também a menciona nas suas respostas ao inquérito feito para a elaboração do «Dicionário Geográfico de Portugal» (1758) — «A oitava he a de Nossa Senhora de Campos que foi antigamente freguesia da qual fazemos menção supra esta no lugar de Campos e pertence ao Povo».

Este vigário Quintela diz nas suas respostas, referindo-se à igreja conventual de S. Nicolau desta vila: «era esta freguesia só a que chamam freguesia de cima, sem o lugar de Campos, que hoje se chama freguesia de Baixo, a qual depois se uniu por imposição dos Condes ao Cardeal João Sepontino que era naquele tempo o Nuncio em Portugal. Com os poderes de Legado obteve, e depois se ratificou esta união por uma Bulla de Júlio III, que se guarda no Cartorio

d'este Convento. Da mesma forma a Igreja de S. Mamede de Travanca era anexa in perpetuum a esta freguesia de São Nicolau, como consta dos manuscritos do sobredito cartório».

Não conheço esta Bula de Júlio III, que Quintela diz estar guardada no Convento: a informação merece estudo.

Consultei o índice do tombo deste convento e não a encontrei aí mencionada.

Encontrei o que está registado no Livro 10, Letra S, fls. 44 com a seguinte rubrica «Suplica ao Papa pela Camara e Povo desta vila, a respeito da união desta Igreja e haver vigário na mesma ordem — 1566».

A deterioração do papel torna difícil a leitura do texto: porém, no verso lê-se distintamente «Pera aver R^{tor} neste Mosteiro em 30 de Abril de 1566 — Gaveta 4 n.^o 30».

Aquela súplica e esta anotação mostram-nos que a súplica diz respeito ao contrato que veio a efectuar-se, por escritura de 17 de Dezembro desse ano, entre os freguezes de S. Nicolau e os padres Loios da congregação de S. João Evangelista desta vila, em ordem a mudar-se a sede da freguesia da velha Igreja, sita na Misericórdia, para a do convento desta congregação.

Em 1566 era Papa S. Pio IV, mantendo-se, ainda, como «Legado à Latere» o Cardeal J. Sepontino.

No mesmo tombo também encontrei referência a bulas do papa Júlio 3.^o sobre o nosso mosteiro, a nossa freguesia de S. Nicolau e sua anexa de Travanca, mas não deparei com qualquer que ordenasse a união da «freguesia de Baixo» — Campos, à de Cima.

A ser verdadeira aquela informação do vigário Quintela, a capela de Campos, encabeçou uma paróquia diferente da de S. Nicolau, em época que se situou entre os reinados de D. Dinis e D. Afonso IV — e o de D. João III (1521 a 1557).

De todo o exposto, salvo melhor opinião que convença, por sua merecida justificação, creio que:

a) a fundação da «capela de Campos» antecede, em muito, o reinado de D. Dinis que afirmou, como dissemos: **«faço saber como os reis que foram ante mim e eu fesemos manteer a serviço de deus e da ssa madre santa Maria hua capella na Igreja que chamam santa Maria de Campo...»;**

b) naturalmente foi erecta pelo povo e não por qualquer dos nossos reis pois de contrário não se compreende que estes nela criassem «capelas» ou «capelas-instituições» (capelanias);

c) o rei D. Dinis doou a capela que tinha na de Campos, com o seu respectivo património, à Igreja de S. Nicolau da Feira;

d) D. Afonso IV engrandeceu aquela «capela», ou acresceu-a com outra;

f) D. Afonso IV não podia, pelo exposto, ter erguido a capela de Campos no seu sentido originário, admitindo-se apenas a vaga hipótese de uma reconstrução, para o que não temos elementos suficientes para um juízo de certeza;

g) não se pode afirmar que ela tivesse sido sede de freguesia, quer antecedendo, quer coexistindo com a de S. Nicolau;

h) é possível que, uma ou ambas destas hipóteses, se tenham verificado, até sucessivamente, dado o nome de «igreja» que lhe foi atribuído no tempo de D. Afonso IV (embora a declarasse incorporada na freguesia de S. Nicolau), no que se pode ver (o que não é obrigatório concluir em face do que já se expôs) o reconhecimento de uma situação de facto anterior, lembrada através dos tempos pela distinção que tal título conferia;

i) esta possibilidade resulta do facto do rei D. Dinis ter doado à Igreja de S. Nicolau, em referência à mencionada capelanias de Nossa Senhora de Campos «Todos os herdamentos e possesões e de todas as outras cousas que foram dadas para mantimento da dita Capela», proporcionando, assim, a criação de uma nova capelanias por parte de D. Afonso IV na mesma capela de Campos e, ainda, do que nos diz o vigário Quintela.

A este rosário de dúvidas pode-se acrescentar uma grande interrogação:

Porque escolheram os reis de Portugal esta capela de Campos para a ligarem às suas capelanias?

Quais os fundamentos históricos que motivaram tal distinção ou justificaram tão importante apoio económico à velha ermida?

Nada posso esclarecer.

Quanto à designação que lhe foi dada de **igreja**: d'aí não se conclui à evidência, ela ter sido sede de freguesia.

Segundo Viterbo — no seu Elucidário (Vol. 2.º, fls. 320 e 321) a palavra **igreja** — comportou muitos significados, além de outros, de uma pequena porção de um bispado, «governada por um pároco, ou pastor a que chamamos **paróquia** ou **igreja paroquial**», e ainda «se tomou **igreja** por um edifício separado de tudo o que era indecente e profano e particularmente consagrado para tributar

religiosos cultos ao verdadeiro Deus». E acrescenta, o que merece especial atenção pelo significado ainda hoje abraçado — «...o tempo introduziu chamarem-se **matrizes** às igrejas paroquiais, não só quando chegaram a ter outras **anexas, obediências, subalares, sucursais e dependentes** mas ainda quando só tinham algumas **capelas, oratórios rurais**, em que os montanheses e distantes recebiam alguns dos sacramentos».

V, no já referido artigo sobre Santa Maria de Campos — (Povo Feirense de 3 de Dezembro de 1938), diz: «D. Dinis chamava-lhe «igreja» título de categoria que em recuadas eras se dava a certos templos mesmo não paroquiais. Eram as tais igrejas «simples» como ainda hoje o são a dos **Clérigos, dos Congregados** e a nossa «**igreja da Misericórdia**».

Aquelas e outras congéneres, por certo, receberam a designação de igrejas, por serem os templos de congregações religiosas, do mesmo modo que foram designados os templos das Misericórdias.

Devo lembrar que, em muitos documentos antigos, se designavam por «igrejas» templos modestos, ao contrário do conceito majestoso e de distinção que hoje é, vulgarmente, atribuído àquela palavra.

Convém lembrar, novamente, que as afirmações feitas pelo Vigário Quintela, nas suas respostas ao questionário, nem sempre foram escrupulosamente estudadas, como aconteceu com as referências erradas que fez às inscrições dos túmulos dos Condes da Feira, apesar de dizerem respeito à sua própria igreja.

Do mesmo modo podia ter laborado em erro quando falou da freguesia de Nossa Senhora de Campos, tanto mais que referiu facto que, para ele, já era muito remoto.

No mesmo artigo sobre Santa Maria de Campos — III (Povo Feirense, número 33 de 10 de Dezembro de 1938 publicado em continuação daquele do dia 3) V desenvolve o seu raciocínio, sobre a matéria, nos seguintes termos:

«assim não era em tempo de El-Rei D. Dinis que se expressou (vid. supra): «Igreja de Santa Maria do Campo na **freguesia** da Igreja de S. Nicolau da Feira» E nem no **Rol das Igrejas** da Terra de Santa Maria de 1320, nem nas **Inquirições** dos monarcas da primeira dinastia, nem nos mais antigos censos da população do paiz se encontra a menor prova do asserto que nunca logramos respigos em centenas de documentos que nos têm passado

pelos olhos. As designações «freguesia de baixo» e «freguesia de cima» devem ser puramente diferencia-
tivas ou então referência a Travanca que durante sécu-
los foi simples «capela» ou curato anexo à igreja de
S. Nicolau, cujo pároco eclesiasticamente a governava
por intermédio de um cura ou vigário de sua nomea-
ção. Quanto a **Santa Maria** de Campos haver sido a
primitiva sede da paróquia da Feira, é conjectura pro-
vável e inteiramente admissível. Porquanto, muito antes
da actual organização e circunscrição das paróquias
(cit. Povo Feirense, número 30 de 20 de Novembro de
1938) que deve remontar aos fins do século 12.^o ou
começos do 13.^o, já os povos se aglomeravam em torno
de suas igrejas ou ermidas com ministros especialmente
deputados ao culto delas pelos respectivos padroeiros
ou entidades de direito».

V., no seu citado estudo, chega a fantasiar quando
afirma («por demonstração sem réplica»!) que esta
capela deu o «nome de Santa Maria ao primitivo
núcleo junto às margens do rio Caster».

Ainda encontramos várias referências a esta capela
no mencionado livro das «Visitações» à Igreja de
S. Nicolau da Feira. **Na de 10 de Maio de 1746:** — «E
por não ter tempo de visitar pessoalmente a Capella
da Sr.^a de Campos foi visitada de minha comissão pelo
R.^{do} Vigário desta Igra e por achar não tinha pedra
de Ara e opas mando se lhe ponha uma Logo e no
entanto que se não poser nella se não diga missa»;

8 Agosto 1805: — «A Capela da Senhora de Campos,
precisa de reparos, tanto no Frontespício, telhados, forro
e solho do pavimento e necessitada dos paramentos
precisos para a decente celebração do Santo Sacrificio
da Missa à excepção do Calix, Corporaes e bolça dos
mesmos, toalhas do altar e Sanguineos: pello que
enquanto se não concertar o material da dita Capella
e provêr de paramentos a suspendo e só será per-
mitido celebrar nella para Sacramentar se algum infermo
ou no dia de sua Festividade, levando-se os Para-
mentos competentes da Igreja e se deve também compôr
o Missal: e a Pedra d'Ara: e sendo-me zelado, que
alguns moradores vizinhos da mesma Capella se tem
servido della para usos profanos, o R.^{do} Párocho fara
chamar a si a chave da dita Capella e conservara em
seu poder não a dando senão para o fim o que he
dedicada»;

2 de Novembro de 1813 «...e logo que a Capella de
Nossa Senhora de Campos esteja decentemente pro-
vida do necessário para a Celebração do Santo Sacri-
ficio da Missa, o mesmo R.^{do} Párocho poderá permitir
que nella possa celebrar qualquer sacerdote e ainda
antes, levando-se os Paramentos competentes à Cor
do dia, no que encarrego a sua consciência».

13 Outubro de 1840 — «Que sendo muito conve-
niente que as Capellas de N. Snr.^a de Campos e Santo

André d'Arrifaninha se ponhão em estado de celebrar
com decencia o St.^o Sacrificio da Missa para maior
comodidade dos Povos, ordeno que pellos meios com-
petentes se ponhão no referido estado de nelas se
celebrar» (a esta **Visitação** chama **Revista**).

Do mesmo livro das Visitações consta, em conformi-
dade com a Pastoral do Bispado do Porto de 4 de
Junho de 1751 (com breve do Papa Bento XIV) que,
para a extensão do jubileu do ano Santo, o vigário
nomeou para a visitação das igrejas que se deviam
visitar para alcançar aquele jubileu nesta freguesia
de S. Nicolau «em 4.^o lugar, a Capela de Nossa Senhora
de Campos» e, conforme o edital de 5 de Outubro de
1776, «em 3.^o lugar a mesma Capela de Nossa Senhora
de Campos».

A capela foi decaindo com o andar do tempo,
apesar de diversas reparações que se tornaram insufi-
cientes para a sua sobrevivência.

Às ordens impostas nas visitasções sucederam-se
apelos, mas tudo veio a ser em vão: atrasou-se, o que
já foi muito, a sua demolição.

Entre as principais obras de restauro conta-se a
feita, na segunda metade de 1905, por uma comissão de
feirenses, composta pelo pároco da vila, o padre Manuel
André Boturão, Manuel Maria Correia de Sá, (escrivão-
-notário), Dr. António Joaquim de Andrade (advogado)
e Manuel José da Cunha Sampaio (industrial): importa-
ram em quantia superior a 300.000 reis. Estavam con-
cluidas em Novembro, constando de reboco das paredes,
novo telhado, pintura de portas, com restauro do altar
que foi prateado.

Foi também reconstruído o muro que vedava o
pequeno largo fronteiro, sendo colocado, sobre ele,
um gradil de ferro com o respectivo portão.

Em 1916 recebeu outro grande restauro, sendo resti-
tuída ao culto em Dezembro desse ano.

As obras devem-se a um grupo de senhoras desta
vila sob a direcção de D. Dores Menéres (mulher de
Fortunato da Fonseca Menéres) e D. Maria do Carmo
Cardoso (mulher do Dr. António Augusto de Aguiar
Cardoso) com a cooperação deste grande feirense e
do padre Tomaz Fernandes Pinto (que veio a ser cônego
e secretário do Bispo-Conde de Coimbra).

Importaram em 205.450 reis; os restantes — 50 000
reis — que conseguiram angariar foram entregues à
Cruz Vermelha Portuguesa.

A década de 40 foi funesta para a velha capela.
Já em Março de 1941, o «Correio da Feira» levan-
tava o grito para a sua salvação por meio de obras
urgentes: o mesmo jornal, em Novembro de 1946, levan-

tou de novo o alarme informando que a parede do nascente se tinha desnivelado estando prestes a desmoronar-se e a arrastar, na sua queda, o resto da edificação.

Em 1947 foi mandada apear a capela por uma comissão presidida pelo pároco da nossa freguesia, padre Pinho Nunes o que, em repetição do que este anunciara na igreja, foi divulgado pelo comunicado que ele publicou no dito jornal, número 2578 de 1 de Maio desse ano: «Esta Comissão procedeu à demolição da Capela depois que ela principiou a cair e por julgar, perante a ruína total, que era a única forma de aproveitar os materiais».

Este jornal, no seu número 2525 de 19 de Abril desse ano, protestando contra o método adoptado para a sua demolição, observa, com louvável grito, em memória da capela de Santa Maria de Campos, de tradições tão antigas: «Já não existe a velhinha. Existe, sim, o esqueleto desmontado, fragmentado, frontal para ali, parietal para acolá, clavículas mais além, tudo numa amálgama censurável: isto é portaes, cruzeiros, esquadria, pedras, tudo num montão de pedreira e o que era madeiramento foi levado para o lume. Até a porta do frente, presumida de castanho, desapareceu ignorando-se se foi aquecer também algum forno de padeiro...».

Decorridos tantos anos as suas ruínas ainda se encontram no mesmo estado de abandono à espera do dia da sua **ressurreição**, justamente desejado por muitos.

3

DIVERSOS

a

Património

Imóveis

Já disse que na ermida de Santa Maria de Campos foi instituída uma ou mais capelas reais com doação de bens imóveis entre os quais se contava, o já falado «Casal de Campos» e creio que o «Serrado de Campos», «junto a Campos», mencionados pelo P.^e Jorge de S. Paulo no seu referido «Livro e memorial da fazenda deste convento...» e em muitos passos do tombo deste convento, o do Espírito Santo, desta Vila da Feira.

Árvores

O antigo adro da capela, em tempos idos, foi bem arborizado como se conclui do mesmo «Livro e memorial... a fls. 277:

«Lembrança a respeito das árvores do Adro da Snr.^a de Campos: «Aos 22 dias do mes de Junho de 1793 foi trazido para esta casa, como pertencendo a ella —hum cedro que tinha aparecido cortado no Adro da Snr.^a de Campos, de cuja condução forão testemunhas de vista Joaquim Rebelo e seu filho Pedro, Manuel Ferreira do Casal, João Ferreira do Seixo, Manuel José da Costa Berlingas do Montinho, António Gomes da Costa Catarino, Francisco Ribeiro, seu f.^o Teodózio e António Ferreira todos de Campos e muitas mais pessoas do mesmo lugar. E para a todo o tempo constar, e os moradores do mesmo lugar, e mordomos futuros não se apegarem as mais árvores q.^e se achem ou houverem de existir no Adro da Capela fiz esta clareza e a declaração eu M.^{el} da Cunha Teix.^{ra} e Andr.^{de}».

E ainda a fls. 287:

«No dt.^o anno (1725) mandou plantar os castanh.^{os} novos q.^e estão no adro da capp.^a de N. Sr.^a de Campos e no dt.^o a mandou arrancar hum carv.^o o qual serve hoje de feixo do lagar; e de torão outro, q.^e a lenha veyo p.^a este convt.^o :e já no tempo do p.^e R. Bras da Purificação se mandou arrancar no mesmo sítio outro carv.^o de que se fez hum tonel, q.^e hoje ha na casa»^t

Bens mobiliários

Também possuía bens mobiliários, como é natural. Destes apenas conheço o que diz o padre Jorge de S. Paulo —no seu referido «Livro e memorial deste convento... (o de S. João Evangelista desta vila).

A fls. 51 —depois de ter relacionado os «ornamentos» —no inventário da sacristia do Convento: «Esta mais hua vestimenta nova que he da hermda de Nossa Snr.^a de Campos que se fez à conta dos quarenta mil rs que deixou G.^{ar} Lopes, como adiante diremos».

A seguir, a fls. 52: «outro calix com o pé de latão que foi o que nos deram os fregueses que fizeram o contrato de mudança da freguesia (à margem) «está em Campos» (cit. Arq. D. Av. — Vol XXVII, fls. 46).

§ 7.^o «Gaspar Lopes, de Campos que morreu na Índia mandou quarenta mil reis para a senhora condeça (D. Maria de Gusmão, viúva do Conde D. João) os gastasse em alguma obra da ermida de Nossa Senhora de Campos: destes 40\$000 reis se fizeram dois castiçais compridos lisos, e um calix pequeno de prata com sua patena e as galhetas de prata pequenas com seu prato, e um frontal de chamalote de lã e uma vestimenta da catalufa sem alva nem amicto. Tudo isto se deu no meu último ano que foi 1638».

«O P.^e Manuel da Purificação sendo reitor desta casa no 2.^o anno que foi o de 1669 achou dois calix de prata na sacristia um que era de Nossa Senhora de

Campos muito pequeno e quebrado por quatro partes na copa e outro pouco maior e muito delgado que parecia de folha de Flandres, e um vaso do Sr. sem cobertura. Achou por mais acertado fundir esta prata e mandou fazer três cálices que não pôde doirar por lhe faltar dinheiro e fez a cobertura do vaso do Snr. de uma patena que não tinha serventia e o mandou dourar: e fez um vaso grande de lavatório para a comunhão, para quinta feira maior quando andavam dando lavatório por um púca'o de barro» (cit. Arq. Dist. Av., Vol XVII, fls. 49).

O referido Gaspar Lopes, de Campos, que mandou os 40\$000 à Condessa D. Maria de Gusmão e morreu nas partes da Índia «era filho de Pero Lopes, de Campos; deixou em seu testamento, que se comprasse fazenda para todos os sábados se dissesse uma missa em Nossa Senhora de Campos pelas almas de seus pais e avós e por sua tenção, o que consta de seu testamento que está em poder da senhora condessa D. Maria de Gusmão. Este legado ainda não está aceite em capítulo nem em visitação» — fls. 260 (Cit. livro do P.^e Jorge de S. Paulo — no Arq. Dist. Av., Vol. XVII, fls. 56).

Quando foi demolida a capela, transitaram para a igreja matriz a imagem de Nossa Senhora de Campos, que está no altar de S. Francisco e uma de S. José que está na sacristia, ambas de madeira, que se reproduzem em fotografia.



Imagem da Nossa Senhora de Campos, que foi transferida para a Igreja Matriz, quando a Capela foi demolida.



Imagem de S. José que pertenceu à Capela de Nossa Senhora de Campos e está depositada na sacristia da Igreja Matriz.

Confraria de Nossa Senhora de Campos

Do referido livro do padre Jorge de S. Paulo consta: «§ 12 — no campo que nos deu António Rodrigues para a cerra tinha parte nele a confraria de **Nossa Senhora de Campos** e se pagava de foro à dita confraria, meio tostão.

No ano de 1568 comprou o padre reitor Francisco de Sam Tiago (1568-69) este foro à dita confraria por dois mil e quinhentos reis, o que consta do livro 6.^o, fls. 30 (cit. Arq. Dist. Av., Vol XVII, fls. 52).

Ainda do mesmo livro do P. Jorge a fls. 36, verso (§ 6.^o): — «Quando nesta casa (convento) se faz algum officio da confraria de Campos manda o tesoureiro vinho para as missas e pelas hostias que lhe damos nos dá o dito tesoureiro pelo Sam Miguel hua quarta de trigo q he couza bem limitada».

A esta Confraria também se faz referência no Tombo Novo do Convento de S. João Evangelista, desta vila — Índice — Letra C, Vol. 3.^o, Petição do P.^e Reitor à **Confraria da Sr.^a de Campos** — fls. 292».

Encontrei outra referência no mesmo tomo (a fls. 101 v.) — «No Montinho — Campo junto das Casas

em que vive Manuel da Costa... confronta norte com a estrada e o Montinho e com terra que possui Domingos Ferreira de que he senhorio a Confraria de Campos...» Reconhecimento feito por aquele Costa ao Convento dos Loios em 8 de Agosto de 1705.

c

Festa de Campos

Durante anos e desde tempos muito antigos realizavam-se festejos na capela de Campos e junto a ela.

Neste século tiveram lugar, segundo apurei, em 17 e 18 de Outubro de 1903 — «festividade em devoção da Senhora da Saúde, Sant'Ana e S. José tocando, no local, duas bandas de música e em 27 e 28 de Julho de 1907 com «música, arraial e fogo hoje (27) e missa solene, sermão e procissão amanhã (28). Nossa Senhora de Campos, Sant'Ana e S. José» tocando as filarmónicas de Souto e de Arrifana («Correio da Feira», respectivamente, de 10 de Outubro de 1903 e 27 de Julho de 1907).

Por estas referências tomamos conhecimento das imagens que existiam na capela e da veneração que lhes dedicavam.

Como já referi ainda existem as imagens de Nossa Senhora de Campos e a de S. José.

d

Administrador da Capelania

Apenas consegui identificar Álvaro Afonso, do tempo de D. Afonso V, escudeiro de Fernão Pereira, primeiro senhor do Castelo da Feira (1448) e terceiro das Terras de Santa Maria (1453), pai do primeiro conde da Feira — Ruy Vaz Pereira.

e

Capelão

Tenho conhecimento de um.

João Moniz que exercia este cargo em 1305, como consta da carta de 7 de Setembro de 1308, em que D. Dinis mandou «desenbargar todas as herdades da capela a S. Nicolau», como já referi.

LUGAR DO CASTELO

B

CAPELA DE NOSSA SENHORA DA ENCARNAÇÃO

1

Descrição

Muito próximo do castelo da Feira, quase pegada à sua muralha poente, existe, desde tempo imemorial, uma capela, da invocação de Nossa Senhora da Encarnação que, além deste nome, já havia recebido o de «Santa Maria do Castelo» e veio a ter, também, o de «Santa Luzia» e o de «Senhora de Março».

O Dr. Vaz Ferreira, no seu «Ferro Velho» — Descrição oficial do Castelo da Feira — I, II, III («Correio da Feira» de 20 de Dezembro de 1952, 3 e 10 de Janeiro de 1953), transcreve as informações que deu para a elaboração do «Cadastro dos bens do domínio público» no tocante ao castelo, sua capela, sacristia e casa do capelão ou do guarda.

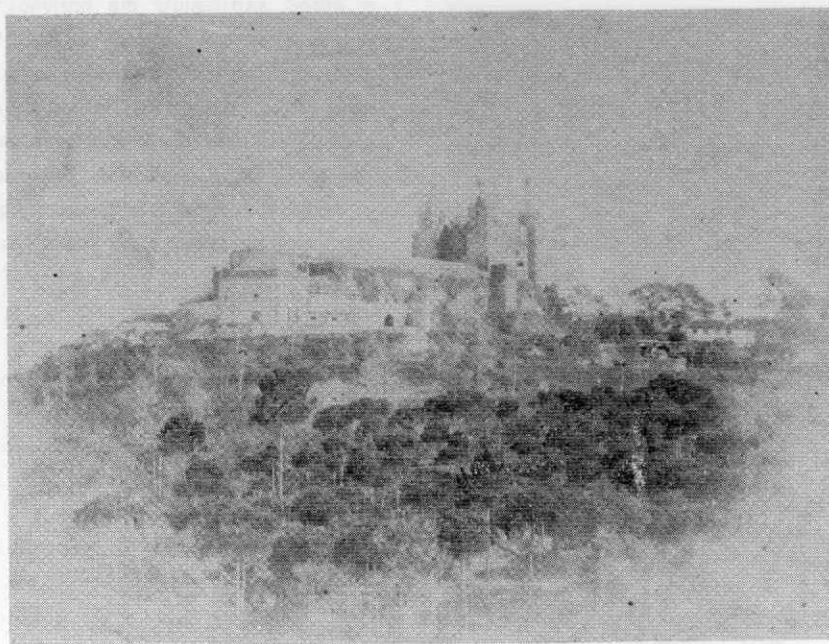
Nesse estudo descreve, pormenorizadamente, tudo quanto passo a referir.

«Capela da Senhora de Março da invocação de Nossa Senhora da Encarnação.

Foi reconstruída em 1656 pela condessa D. Joana. É hexagonal, medindo, cada uma das seis faces externas, 7, 7,5 a 7,95 metros e é toda construída em alvenaria no exterior, com cunhais, frisos e cimalha de granito, tendo seis pirâmides com seus pedestais, tudo de granito, pousadas sobre os cunhais. A cobertura de cimento para vedação falta sobrepor o telhado (foi posta a telha nova em Agosto de 1945). A porta principal é artisticamente ornada com pilastras bem trabalhadas e entabelamento de granito. Por cima e igualmente ornada há uma rosácea octogonal com vitral representando a cruz dos Pereiras, posto em Agosto de 1938 pela Comissão de Vigilância.

Na face seguinte, para o norte, tem outra porta lateral, simples. No interior é toda revestida e abobadada de cantaria simples mas bem lavrada. Nos ângulos sobre os frisos estão seis figuras de pedra, de tosca escultura, simulando animais que sustentam escudetes. Tem três altares e nas outras faces três tribunas com balaustres de pau preto. Às duas, sobranceiras às portas para o exterior, dão acesso escadas de pedra estreitas e cavadas na grossura das paredes. A sobre a porta da sacristia comunica com a casa antigamente do capelão e hoje do guarda.

Os três altares são ornados de talha em madeira, de grande relevo, com as pilastras artisticamente idênticas.



Antiga fotografia da capela da Nossa Senhora da Encarnação, com a casa que a faceava pelo norte.

ticas, às da porta principal e estão douradas excepto o 3.º. O altar do meio, em frente da porta principal, é de Nossa Senhora da Encarnação com sua imagem de madeira bem esculpida e encarnada. Tem por cima, entre a talha, uma tela pintada representando a Anunciação. No altar ao norte do anterior há entre as pilastras telas pintadas representando Santa Luzia e a Rainha Santa Isabel. Está nele a imagem pequena de pedra, com encarnação antiga, da Santa Luzia, dantes pertencente à capela de Santa Luzia perto da tenalha e que ruíu entre 1741 e 1758. Fôra recolhida por vizinhos e o seu possuidor Henrique Brandão restituiu-a ao culto, entregando-a à capela actual em 1893.

O terceiro altar, para o sul do principal, teve de ser restaurado e conserva-se no preparo branco sem douradura. Tem, entre as pilastras, duas telas representando Santos. Está nele a imagem da Santa Luzia, do mesmo tamanho e feitio da da Nossa Senhora da Encarnação, que a Condessa D. Joana colocou no altar a ela destinada e foi substituída pela antiga em 1893. Serve para o andor na festividade de 25 de Março, restaurada há dois anos.

Entre o altar de Santa Luzia e a porta lateral há um púlpito com balaustres de pau preto sustentado por um suporte de granito esculpido. É pertença do Castelo da Feira.

Casa do guarda, antigamente chamada casa do capelão. Adquirida pela Comissão de Vigilância em 12 de Novembro de 1927. O quintal referido na matriz predial era um logradouro incultivável sobre rocha.

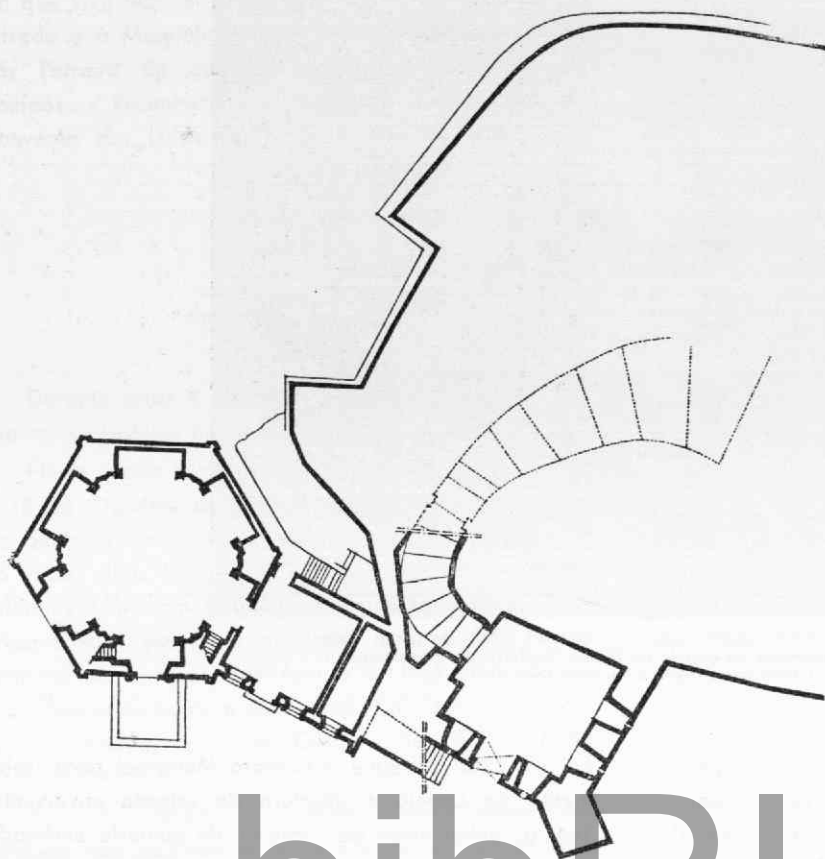
Foi em 1940, entregue à Câmara Municipal para isolamento do castelo e abertura da estrada envolvente. Tem o cunhal único ao oeste-sul de cantaria encimado por uma pirâmide ornamental como as da capela.

Sobre o telhado, pousada na frontaria e sobre duas varandas, está a sineira de cantaria. Tem no rés-do-chão a sacristia da capela com uma porta para esta e outra para o exterior, à frente e dois postigos.

Esta sacristia foi há meses restituída à sua função, deslocando-se um armário que tapava a porta do lado da capela e desemparedando-a do outro. Ao lado da sacristia e com outro postigo há uma parte aterrada quase até ao teto. No andar superior tem varandas para a frente e, para o sul, a porta com escada exterior de pedra encostada à frente do cubelo da entrada e à barbacã. Está dividida em duas salas à frente e outros comodos atrás, onde há uma chaminé com lareira. Uma das salas tem porta para a tribuna referida.

É pertença do Castelo da Feira.»

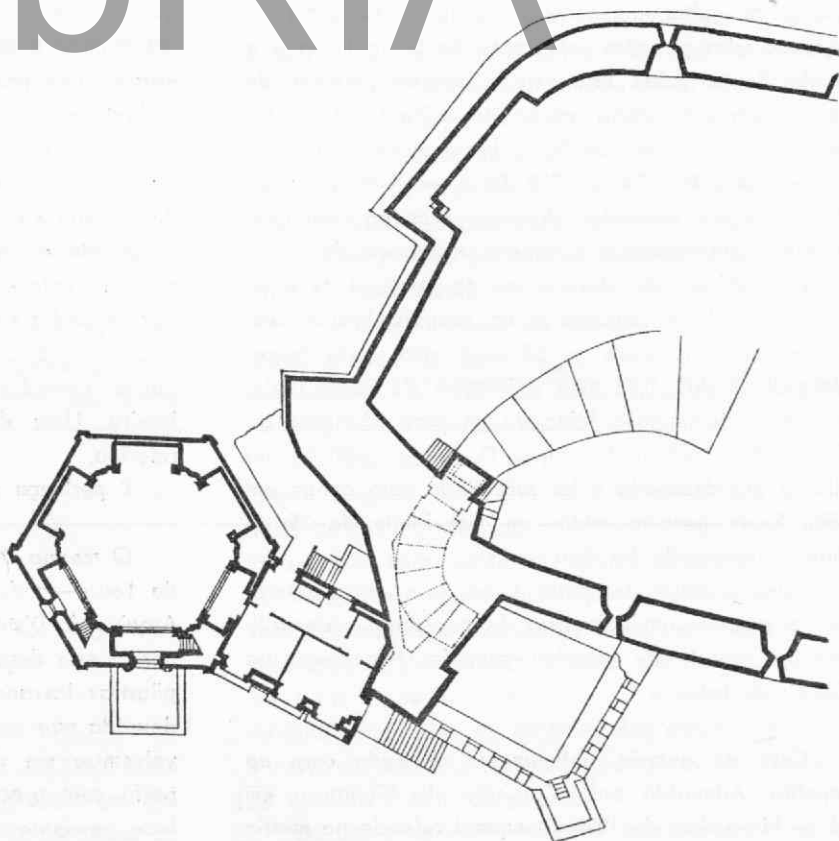
O mesmo Dr. Vaz Ferreira, no seu estudo «Castelo da Feira — onde nasceu Portugal» — publicado no cit. Arquivo do Distrito de Aveiro, Vol IV e V (1939) pormenoriza este descritivo dizendo «Ladeiam a porta lindas pilastras lavradas semelhantes às da talha branca e dourada que guarnecem, no interior, os altares. Desenvolvem-se em duas volutas partindo-se entre elas o perfil com graciosa reentrância e prolongando-se na face pendente da de cima o relevo duma folha de acanto. Parecem-se muito com as que existem na sacris-



Planta da capela da Nossa Senhora
da Encarnação e sacristia — ao nível
das entradas (Fig. 3 do B. D. G.
E. M. N. - n.ºs 37 e 38).



bibRIA



Planta da capela de Nossa Senhora
da Encarnação e casa do guarda —
ao nível da praça de armas do
castelo (Fig. 4 do B. D. G. E. M. N. -
- n.ºs 37 e 38).



tia da igreja de S. Francisco em Guimarães. Sobre o entablamento da porta outras iguais pilastras, sobrepujadas por frontão curvo interrompido, enquadram o octógono da rosácea que foi, este ano, guarnecido com um vitral representando a cruz branca floreada e aberta no campo vermelho dos Pereiras, a expensas da Comissão de Vigilância, que também reparou o altar de Nossa Senhora, o púlpito e todas as balaustadas de pau preto.»

Na generalidade podem-se aceitar, como actualizadas, estas descrições.

Juntam-se fotocópias de plantas da capela, sacristia e casa do guarda, que, com outras, documentam os números 37 e 38 (o Castelo da Feira), do Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais — Monumentos — e, em parte, foram fornecidas à Câmara Municipal da Feira.

A Comissão de Vigilância projecta, em breve, aproveitar a sacristia, dividindo-a, para a construção de sanitários, com seu vestíbulo e de um compartimento para arrecadações em benefício da casa do guarda que, também será valorizada com uma casa de banho: reserva-se espaço suficiente para a sacristia.

Para evitar repetições, conforme se for desenvolvendo o trabalho, vou comentando alguns passos daquela descrição. Porém, desde já lembro que, como adiante procuro justificar, a ermida de Santa Luzia deve ter caído entre 1755 e 1758 (e possivelmente de 1755 a 1756) e esclareço que os dois altares laterais são encimados por óculos para serventia de luz e ainda que a sacristia tem outra porta que deita para as traseiras, voltada para a muralha do castelo.

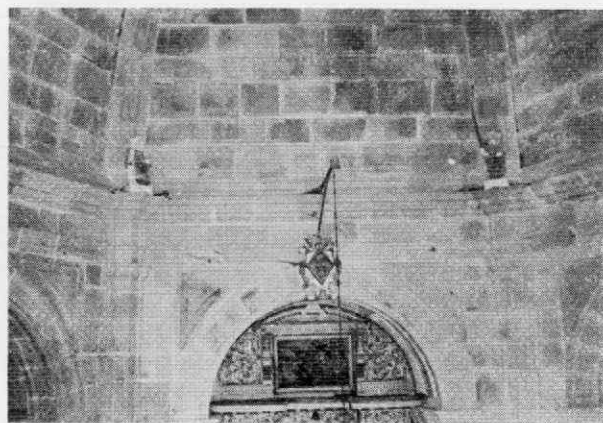
Ao contrário do que anteriormente se disse, verifica-se que o altar da direita está pintado, em parte.

Também esclareço, como adiante refiro, que no actual cadastro dos «Próprios Nacionais», o registo da capela está feito em termos semelhantes aos apontados, embora não iguais.

Sobre o arco central que guarnece o altar do meio, encontram-se as armas com o brasão dos Pereiras.

Não encontrei na Repartição de Finanças o livro de cadastro com a descrição referida.

Encontrei, porém, no arquivo da «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira», um modelo n.º 568 — Cadastro dos Bens do Domínio Público — datado de 31 de Dezembro de 1940, escrito pelo próprio punho do Dr. Vaz Ferreira e por si assinado como presidente da aludida «Comissão



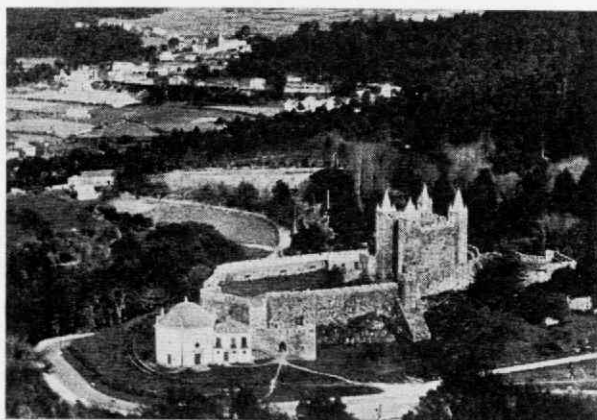
Capela da Nossa Senhora da Encarnação: — arco do altar do centro, encimado pelo brasão dos Condes da Feira (Pereiras); tela representando a Anunciação; nos ângulos, sobre os frisos, as figuras de animais com escudetes.

de Vigilância», em que tudo se descreve como consta dos mencionados «Ferro Velho».

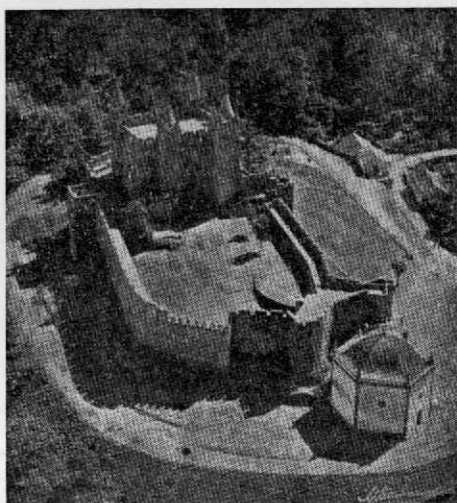
Este documento está transcrito no livro II do «Registo de documentos oficiais antigos e modernos da mesma Comissão, com o seguinte averbamento — «Nota no fim da 1.ª página 4119/4 — aposta na Repartição do Património».

Esta capela, nos séculos XVI e XVII, era conhecida por «Nossa Senhora do Castelo».

Assim a chamam no foral concedido por D. Manuel I à «Vila da Feira e Terra de Santa Maria» em 1514, pelo P.º Jorge de S. Paulo, no seu «Livro e memorial da fazenda...», do Convento do Espírito Santo, da vila da Feira, de 1616, por D. Rodrigo da Cunha em «Catálogo dos Bispos do Porto», 1623 e por Pereira de Novais no Anacrisis Historial (Episcopologio), de 1690.



Castelo da Feira, capela da Nossa Senhora da Encarnação, sacristia, e casa do guarda: — vista de avião.



Postal com a vista aérea do Castelo da Feira e capela de Nossa Senhora da Encarnação.

No fim do século XVII já era conhecida por «Nossa Senhora da Encarnação», como se vê no trabalho do padre Francisco de Santa Maria em «O Ceo aberto na terra», 1697.

Deste modo foi designada nos séculos seguintes, como se vê do tombo da Casa e Estado do Infantado, em 1703, pelo padre António Carvalho da Costa, na «Corografia Portuguesa», em 1708, pelo padre José de S. Pedro Quintela, na resposta ao questionário para a elaboração do Dicionário Geográfico — 1758 e em muitos outros autores.

No tombo da mesma Casa, feito em 1755, ainda a denominam por «Nossa Senhora do Castelo».

O Dr. Vicente Carlos de Sousa Brandão em artigo que, em 1841, publicou no Panorama (Vol. 5.º, pág. 370) disse, referindo-se à vila da Feira «foi reputada cidade e eram suas armas a imagem de N. Senhora com o menino nos braços sobre uma nuvem pousada n'um castelo, à qual depois se chamou a Senhora do Castelo Velho».

Na capela ainda existe uma velha imagem com esta invocação. É possível que a designação de «Nossa Senhora da Encarnação remonte à reconstrução da capela pela condessa D. Joana, em 1656, que mandou colocar nela a imagem daquela Nossa Senhora.

Em diversos textos também lhe chamaram capela de Santa Luzia, como seja na acta da sessão da Câmara Municipal da Feira, de 25 de Janeiro de 1843 e no livro de arrematações desta Câmara (fls. 14 de 29 de Janeiro de 1871), «auto de arrematação da obra do muro e rampa de pedra no adro da capela de Santa Luzia e na frente do Castelo desta vila».

Popularmente a capela foi e ainda é conhecida por «Senhora de Março», ou «do Castelo».

2

História

Desconhece-se a data da sua fundação e são poucas as notícias que dela temos até à sua reconstrução em 1656.

A informação mais antiga é-nos dada pelo referido foral concedido por D. Manuel I, à «Vila da Feira e Terra de Santa Maria», em 10 de Fevereiro de 1514.

«E outras defesas que traz o Castelo — a saber ...E outra junto deste E outra de santa Maria do Castelo (fls. I j).

E paga sse mais polla capella de samta maria do Castello aa Coroa Real a saber. pollo cazal que foy de Lourenço do Castello e pollos filhos de Jorge martiz seus herdeiros pollas Remdas e herdades da capella o que se segue. a saber. de trigo seis alqueires e de çevada sete alqueires e meio. E de milho seis alqueires da qual paga vem aos filhos de Jorge estevez isto. a saber. de trigo dous alqueires. E de çevada dous alqueires e quarta. E de milho hum alqueire e meo e os quaes paga pedro eanes.

E paga sse mais per outro casal que foy de pero martiz que he todo da dita capella de trigo çinquo alqueires e quarta de çevada e outros çinquo alqueires e quarta de milho seis alqueires.

Paga mais gonçallo eanes de Villa boa polla Vynha da capella que estaa açima dos pellames de Vynho molle quatro almudes. E ssoya de pagar o manysrador desta capella polla vinha das eiras junto de Vasquo Fernandes huu puçal de Vynho o qual se ora nam paga porque nam he já Vynha. E a terra delle fica foreira a nos no foro que se der per quem os direitos Reaaes da dita terra tiver. E paga alvaro pirez por pero de aragam que foy de fernando eanes de Vynho molle quatro almudes (fls. iiij vº).

E paga mais Joham da ponte pollas Redas de santa maria do Castello e nos cincoenta e quatro Reaaes E pero de aragam polla mesma capella de çevada çinquo alqueires e quarta.

E as outras rendas e foros da dita capella posto que atee quy andassem nos tombos da dita terra misticamete com as outras Rendas nossas Ouvemos por bem de as apartar deste tombo nosso E pagaram

porem aa capella os direitos a ella obrigados e os foros que sempre pagaram ou per direito deverê de pagar.

(Forais do Distrito de Aveiro — Foral da Feira — por Dr. Rocha Madail, no Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. V, pag 19).

Estes preciosos textos dão-nos, além da certeza da existência da capela — a que chamam de Santa Maria do Castelo — em 1514, a justificada presunção de uma maior e prolongada existência, como claramente se deduz da expressão «**muito detraz**» e da frase «e pagarã porem aa capella os direitos a ella obrigados e os foros que **sempre** pagaram ou per direito deverã de pagar».

Nas inquirições de D. Afonso II, de 2 de Agosto de 1220 (ver «Inquirições de D. Afonso II na Terra de Santa Maria» pelo padre Miguel de Oliveira — Arq. Dist. de Aveiro, Vol. II, pág. 71 e 74) e nas de 1253 ordenadas por D. Afonso III para averiguação dos seus direitos, quer de reguengos, quer de domínio enfiteutico («Inquirições de D. Afonso III na Terra de Santa Maria», pelo mesmo padre Miguel de Oliveira — em Lusitânia Sacra — tomo VII, págs. 95-133), não há qualquer referência à capela, o que não é de estranhar, nem tem significado para o efeito que procuramos — dada a natureza sumária daqueles inquéritos sobre os referidos bens e direitos.

O Dr. Vaz Ferreira dedicou um número do seu «Ferro Velho» à capela, intitulando-a «A capela do Castelo» (Correio da Feira, número 2669 de 18 de Fevereiro de 1950).

Referindo-se à imagem de Nossa Senhora do Castelo Velho, comenta:

«E tinha uma imagem de Nossa Senhora (ainda hoje existente na sacristia), a que chamavam a Senhora do Castelo Velho. Ora o Castelo Velho devia ser o anterior à remodelação da torre de menagem feita no fim da idade média, a seguir a ser doado o castelo a Fernão Pereira em 19 de Novembro de 1448, mais de meio século antes do foral».

É uma hipótese verosímil, mas à face dos documentos de que dispomos não tem a necessária consistência.

Na verdade essa imagem, que esteve na sacristia da capela e hoje está depositada no altar lateral da direita, foi chamada, como já disse, nossa Senhora do Castelo Velho pelo Dr. Vicente Carlos de Sousa Brandão, no citado artigo que, em 1841, publicou no Panorama.

Daí a supor-se que há uma referência ao castelo, anterior à reforma que sofreu nos meados do século XV,

parece-me muito ousado, pois bastava o tempo decorrido após esta reforma para, mais tarde, o chamarem velho.

Demais, aquela imagem tanto podia ter estado na ermida como na capela.

O articulista, continuando, afirma com maior certeza: «Está na praça de armas o túmulo em que Gonçalo de Figueiredo foi sepultado na Capela do Castelo, tendo sido alcaide desde 29 de Junho de 1357 até à sua morte em 1378. Disto se vê que já no século XIV existia a capela da Senhora do Castelo Velho».

Não sei onde ele colheu esta informação.

Sem querer arvorar em «cardeal diabo», lembro que se o túmulo tivesse repousado na antiga capela, a condessa D. Joana, a quando da sua reconstrução, teria respeitado tal jazida e ainda que o túmulo em referência foi encontrado num desaterro feito para reconstruir uma muralha do castelo (a do nascente) nas traseiras do Paço dos Condes que foi demolido. (D. Fernando Tavares e Tavora — «O Castelo da Feira», fls. 16).

Sobre este túmulo ouvi, em tempos, o Dr. Augusto Soares de Sousa Baptista, que foi de opinião ele ser do século XI ou XII: a averiguar.

Porque não teria ele estado na velha ermida de Santa Luzia, junto ao Castelo, uma vez que não sabemos a data da sua construção, nem mesmo se precedeu a capela do Castelo?

Se assim aconteceu, já é fácil admitir que ele fosse deslocado quando a mesma ermida ruíu.

Desde aquela data de 1514, em que foi concedido o foral, só de 1616 voltamos a ter uma referência autêntica à capela, a propósito dos objectos do culto da «Hermida de Nossa Snr.^a do Castello», a fls. 51 do já referido livro do padre Jorge de S. Paulo «Livro e memorial da fazenda deste convento...», reportado ao convento desta vila, a que chama do «Espírito Santo da Congregação de São João Evangelista».

A fls. 51 v., fala de objectos de prata pertencentes à capela de «Nossa Senhora do Castelo», o que adiante merecerá maior referência.

Em seguida, temos a notícia dada no «Catálogo dos Bispos do Porto», da autoria de D. Rodrigo da Cunha — 1623, fazendo incluir, nas ermidas de S. Nicolau da Feira a de «N. Senhora do Castelo».

Em 1656 foi reedificada por D. Joana Forjaz Pereira de Meneses, 6.^a condessa da Feira.

Assim se diz na inscrição esculpida sobre o pórtico principal

ESTA CAPELA MANDOV FAZER A CONDEÇA DA
FEIRA D. JOANNA FORJAZ PEREIRA DE
MENEZES & SILVA = 1656

Ao tempo, D. Joana já era viúva de D. Manuel Forjaz Pimentel, de quem teve D. João Forjaz Pereira e D. Fernando Forjaz Pereira Pimentel, respectivamente, sétimo e oitavo condes da Feira.

No «Anacrisis Historial (Episcopologio)» de Manuel Pereira de Novais, concluído em 1690 e editado por José Pereira de Sampaio (Bruno), cita-se esta capela por «Ermida do Castelo».

Na edição de 1912-1918, chama-lhe «Nuestra Señora do Castello».

Passados anos, em 1697, o padre Francisco de Santa Maria, reitor do Convento de Santo Eloi de Lisboa, no chamado «O Ceo aberto na terra» (História das Sagradas Congregações dos Cônegos Seculares de S. Jorge em Alga de Veneza e de S. João Evangelista em Portugal), quando se refere à igreja de S. Nicolau do convento de S. João Evangelista, desta vila, diz: «Tem mais esta Igreja sete ermidas: a primeira de N. S. da Encarnação, sita no Castelo, a qual reedificou á sua custa a excelentíssima senhora D. Joana Forjaz Pereira Menezes e Silva, e toda de cantaria, sextavada, coisa perfeitíssima. Nela se guardam notáveis relíquias de Santos:...».

Em 1700, com a morte do referido 8.^o conde da Feira, D. Fernando, o castelo, capela e todos os bens da coroa de que era donatária a Casa da Feira, da ilustre estirpe dos Pereiras, reverteram para a «Casa e Estado do Infantado».

A 3 de Maio de 1703, veio ao castelo, onde estava o palácio do condado, o Doutor António da Rocha Manrique, juiz do tombo daquela Casa para lhe dar princípio, verificando-se, na descrição da propriedade que abrangia o castelo, o seguinte passo: «tem de fora da muralha e entrada huma Capella que he de Nossa Senhora da Encarnação sextavada de pedraria e abobadada com tribunas e sacristia que fica a parte do poente...».

Em 1707, o padre António Carvalho da Costa editou o 2.^o volume da sua «Corografia Portuguesa».

Nela publica a parte referente à «Comarca e ouvidoria da Feyra», que, pelo seu texto, se vê estar escrito em 1706: aí indica, entre as ermidas existentes na vila, a de «N. Senhora da Encarnação, sita no Castelo (cuja Ermida he toda de cantaria sextavada, e tem notáveis relíquias de santos)».

Vê-se que o autor colheu esta informação no «Ceo aberto na terra» do parde Francisco de Santa Maria.

Do auto de posse do castelo da Feira, conferido a D. Francisco, irmão do rei D. João V, consta quanto à capela:

«Como também entrou na capela de Nossa Senhora da Encarnação, que he do dito Palacio e na casa da sacristia e tribuna e serventias que para ella vão, abrindo e fechando o Missal e pondo as mãos pelos altares, que tem, que são três: abrindo e fechando as portas, e tomando as chaves».

A reprodução mais antiga da capela de «Nossa Senhora da Encarnação» só chegou ao nosso conhecimento em 1940, pela publicação que a revista «Portucale» (XIII, número 73 de Janeiro-Fevereiro desse ano, fls. 17) fez de um «desenho com aguadas a nanquim, de João Glama Stroberle (século XVIII) — de um álbum pertencente ao Sr. Almirante Carlos Braga».

Este desenho, cuja fotografia se publica, deu-nos, também, conhecimento da verdadeira localização da ermida de Santa Luzia.

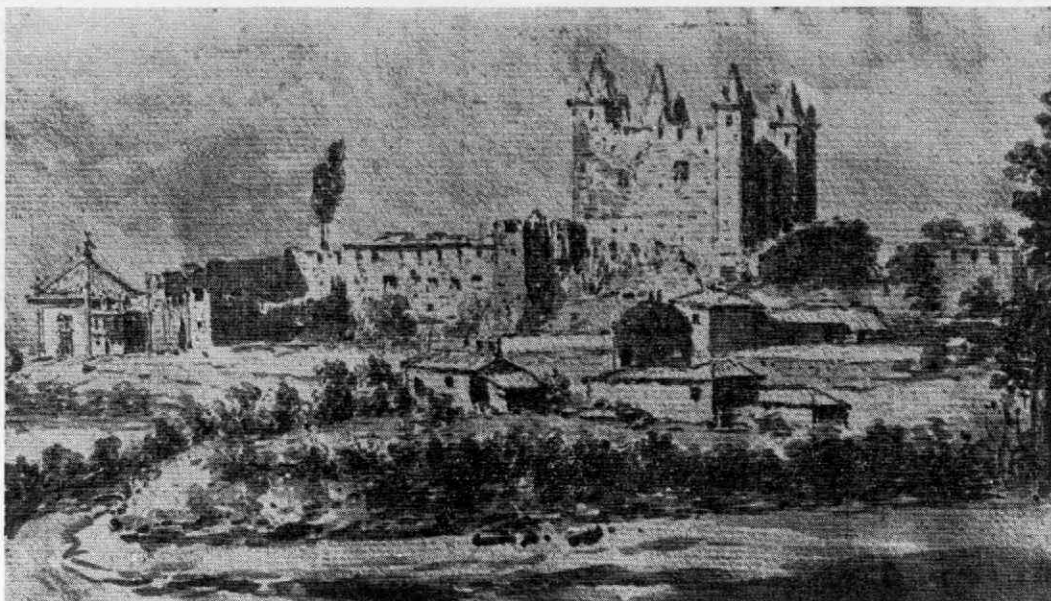
Embora a reprodução não esteja muito clara, pode-se ver que, na generalidade, a estrutura exterior da capela e casa anexa é sensivelmente igual à de hoje, verificando-se que aquela está encimada, no seu topo mais alto, por um motivo que me parece semelhante àquele que ainda existia na primeira década deste século, como se vê das fotografias que se publicam.

Tem duas pirâmides nos topos superiores dos cunhais da sua face poente, onde está praticada a porta de entrada, como ainda hoje se verifica.

A casa anexa, da sacristia e andar superior, também se apresentam com estrutura semelhante à de hoje.

No desenho não vejo reproduzida a escadaria de acesso àquele andar, hoje habitação do guarda, parecendo que a parte da muralha, onde ela hoje encosta, está livre.

A omissão pode ser atribuída ao pintor, mas também se pode admitir, para não falar de defeito de fotografia, que o acesso à parte superior se fizesse interiormente a partir da sacristia, ou pela parte traseira, do que ainda há vestígios.



Desenho de João Glama.

O espaço livre, entre a porta de entrada do castelo e a parede desta habitação, deixando bem à vista a muralha, convence que não havia escada.

Foi muito precioso o conhecimento desta primeira visão da capela.

Quanto ao ano a que se reporta aquele desenho do século XVIII, apenas conheço o que nos informa o Dr. Vaz Ferreira no seu artigo «Santa Luzia do Castelo da Feira», publicado no mencionado Arq. do Dist. de Aveiro, Vol. VIII (Março de 1942) a fls. 7.

«Possui o Sr. Almirante Carlos Braga, do Porto, uns álbuns ou, melhor direi, cadernos, de desenhos dum estudante de pintura em Roma, como se vê dos dizeres do frontespício dum deles. No caderno datado de 1741 encontram-se reproduções de monumentos italianos, quase todos de Roma, e nas quatro últimas folhas vêem-se representados: o convento de S. Francisco de Vinhais, pormenores de figura do mesmo convento, a ponte de Murça e numa sanguínea, o Castelo da Feira. Nas páginas anteriores aos desenhos de Vinhais e de Murça está escrito por mão do desenhista a nota do que representam. Mas na página anterior ao desenho do Castelo da Feira não há nota nenhuma. Parece que o autor sabia bem o que reproduzira, sem necessidade de pôr-lhe a indicação.

Por três maneiras escreve o seu nome este artista: — «João Esterbele», no referido frontespício (talvez italianizando o apelido alemão) — «João Stroberle» e depois «João Glama» — explica uma nota escrita com a sua própria letra...».

Não diz onde e como colheu estas informações, sistema sempre de lamentar.

Deve ter visto o original e colhido, do seu possuidor, informações detalhadas.

Quanto à data: pelo que se afirma, não é forçoso concluir que o desenho reproduzisse a existência em 1741, mas faz presumir que diga respeito a uma data, pelo menos, aproximada a este ano.

Em 23 de Julho de 1753, o Doutor José dos Santos Ramalho, juiz do tombo dos bens e rendas pertencentes à aludida «Casa e Estado do Infantado», desta vila, deferindo ao que lhe foi requerido pelo licenciado Manoel de Pinho, procurador do mesmo tombo, mandou que o «escrivão desse fé do estado e forma em que de presente se achava o Palácio e o Castelo e q^{tas} casas tinha para assim de presente e com clareza ficar metido no tombo...».

Depois de descrever o monumento acrescenta:

«e da parte de fora dos muros e Castelo logo a entrada destes para a parte do norte hua boa Capela com a imagem de Nossa Senhora da Encarnação sextavada de boa pedraria e abobadada com tres tribunas e huma Sacristia que fica pegada na mesma Capela para a parte do sul e por cima desta hum a com janelas rasgadas para a parte do Mar», seguindo-se a «Medição da quinta pertencente a Casa que anda por conta desta» e do «Rocio que fica fora das portas do Castelo que he onde se faz a feira de Março e principiando a medição da Capela de Santa Luzia que esta no mesmo terreiro direita ao norte pelo meio

tem oitenta e seis varas e na do norte acaba em ponta aguda».

A requerimento do mencionado procurador procedeu-se, então, ao «inventário das peças que de presente se achavam pertencentes a Capela da Casa...», ao que me referirei mais adiante, quando me ocupar dos bens móveis da mesma capela.

O tombo, prossequindo arrolou os direitos de portado e dominicais a que a «Casa» tinha direito, na vila.

Do mesmo tombo — que esta depositado na Biblioteca Municipal desta vila — ha várias referências à mesma capela, quer a propósito de confrontações de prédios foreiros, quer motivado pelos encargos enfiteuticos do seu administrador.

Destaca-se o «título de reconhecimento de tresentos e setenta reis que em cada hum ano he obrigado, a Casa deste Condado, o administrador da Capela do Castello» — lavrado em 20 de Dezembro de 1755.

É do teor seguinte:

«Pelo Procurador do tombo — Licenciado Manoel de Pinho foi dito — que Dom Joseph de Alem Castro, fidalgo da Casa de Sua Majestade, comendador das Comendas de São João de Trancoso e outras e administrador da Capela de Nossa Senhora do Castello era obrigado a pagar em cada hum anno a dita Casa deste Condado pellas terras da quinta que possui no fora desta villa por nascente do seu Morgado de Villa Maior tresentos e setenta reis como consta dos livros de cobrança e sempre paga o dito foro de que pedia a mim escrivão e como se não achava reconhecido no tombo para se reconhecer e lançar no mesmo tirara relatório geral para o dito comendador administrador da dita Capella ser citado para vir ou mandar seu procurador Bastante reconhecer neste Juizo com o dito foro».

Seguem-se os termos de ordenamento e de apegoação, datados daquelle dia 20 de Dezembro de 1755 e de «recusação», donde se houve por reconhecido à revelia, com data de 23 seguinte.

O padre José de S. Pedro Quintela, vigário da igreja de S. Nicolau, desta vila — na resposta ao questionário expedido pelo Marquês de Pombal (conhecido por Dicionário Geográfico), de 30 de Abril de 1758, diz:

«Tem mais esta freguesia oito capelas que são: Nossa Senhora da Encarnação do Castello a qual reedificou a sua custa a excelentissima senhora D. Joana Forjaz Pereira Meneses e Silva da nobilissima casa dos condes desta vila; e toda de cantaria, sextavada, coisa perfeita, nela se guardam notaveis reliquias de santos das quais muitas pelo curso do tempo tem levado des-caminho; tem esta capela três altares, em um dos

quais esta novamente colocada a imagem de Santa Luzia por se ter arruinado a capela da dita Santa que estava extra muros do mesmo Castello, sem romagem...».

*

Em 1834, depois da vitória da causa liberal, o edificio da sacristia e a chamada casa do capelão, hoje occupda pelo guarda, foram usurpados pelo marechal de campo graduado Joaquim José da Silva Pereira, que os integrou no seu patrimonio.

*

Veio para esta vila em 1824, por ter sido transferido do «Batalhão de Caçadores n.º 12» para o de «Caçadores n.º 11», aqui aquartelado.

Nesta vila casou com D. Maria Eduarda Bacelar Huete vindo, assim, a ser senhor da «Casa da Praça», que topava com a face norte do edificio dos Paços do Concelho, assim como da que hoje pertence aos herdeiros de José Soares de Sá, sitas na chamada «Praça Velha», hoje do Dr. Gaspar Moreira.

Deste seu casamento teve uma filha, D. Maria José Huete Bacelar da Silva Pereira que, em 1855, casou com o conselheiro Dr. Francisco de Castro Matoso da Silva (irmão do conselheiro José Luciano de Castro), que ascendeu a juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça e faleceu em Agosto de 1905: ambos foram senhores da referida «Casa da Praça», sucedendo-lhes seus únicos filhos — Francisco e Fernando, que faleceram sem descendência.

O marechal, que sempre levou uma vida sossegada e regalada em quartéis e salões, era irmão do Conde das Antas: foi administrador geral substituto de Aveiro e deputado de 1834 a 1842 e de 1851 a 1856, o que tudo lhe permitiu, pela influencia de que dispunha, grande beneficio para o seu patrimonio, com manifesto escândalo público, como passo a dar noticia, no que interfere no objecto do meu estudo.

Num folheto intitulado «Brados ao Ceo contra a Sacrilega e perjura alienação do mais antigo raro e sublime monumento da glória nacional — o Castello da Feira», escrito por J. P. M. Virtumil em 1841 (que parece ser José Pinto da Mota, de Vila Boa), aquelle marechal é acusado, além do mais, de se locupletar à custa do patrimonio nacional — do Castello e de outros bens a ele pertencentes.

Deste livro é conhecido um exemplar que está na mão de Francisco Vicente da Costa Neves e serviu para a transcrição que o Dr. Aguiar Cardoso dele fez no jor-

nal «Vila da Feira», no número de 21 de Julho de 1921 e nos seguintes.

Contém duas cartas assinadas por Henrique Vicente da Costa Neves (avô do referido Francisco Neves), que era escrivão da administração do concelho: uma de 19 de Maio de 1840 e outra de 2 de Junho seguinte.

Naquela, conta que, nesta repartição, se recebera uma ordem para serem avaliadas umas casas que existiam dentro das muralhas do castelo, visto estarem omissas na avaliação dos bens nacionais, o que cumpriu com repugnância, depois de repetida a mesma ordem, por calcular o fim que se procurava atingir e o prejuízo que se queria dar à Fazenda Nacional.

Da diligência resultou uma dessas casas, o antigo palácio dos Condes, ser estimada em 1 020\$000 rs., outra, o celeiro, em 520\$000 rs.

Mais informa que o referido marechal, que as pretendia pelo preço da chuva e que, para tanto, insistia, na sombra, pela sua inscrição e valorização no património nacional para as poder comprar, ficou exasperado com o resultado da avaliação e que, valendo-se da sua posição de administrador geral, «mandou aqui o administrador do concelho de Ovar com uns homens dali, a quem dava o título de avaliadores e sem que dessem cavaco à autoridade desta terra fingirão uma avaliação nova e passados poucos tempos aparece um edital da Junta do Crédito Público anunciando a venda de ambas as casas por 400 e tal mil reis! E que no dia 14 de Outubro de 1839 fora recebido um ofício do administrador geral de Aveiro mandando dar posse ao mesmo José Joaquim da Silva Pereira das casas que havia arrematado perante a Junta do Crédito Público em 13 de Setembro de 1839, pela quantia de 410\$000 rs.

Conclue «com efeito, como nessa ocasião eu estivesse a banhos foi-lhe dada a posse e com ellas ficou».

É oportuno, agora, transcrever do «Notícias da Feira» (número de 12 de Agosto de 1909) o que sobre a matéria, em 1899, disse o conselheiro Francisco de Paula Azeredo (Samodães), ao tempo tenente de engenharia, na memória que escreveu sobre o castelo da Feira, elaborada por ordem do Comando Geral.

«Lote n.º 532 — Arrematação perante a Junta de Crédito Público no dia 13 de Setembro próximo futuro... Distrito do Porto — Bens da extinta Caza do Infantado — N.º 3342 — Umas casas arruinadas, juntas ao Castelo da Feira da parte do norte, com dois pequenos terrenos a ellas adjunctas e confrontam do nascente com a quinta do Castelo, poente com o pateo, sul com o Castelo e norte com as casas da Capela... 208\$400 — n.º 3343: umas casas de celeiro junto ao dito castelo e a propriedade antecedente (excluído o pateo por ser

serventia do Castelo) que por bem conhecidas se não confrontam — 200\$000».

Recorda-se que os dois prédios foram licitados por 410\$000 rs (sendo o palácio dos Condes por 209\$000 e o outro por 201\$000), ou seja mais 1\$600 rs do que a avaliação, que já fora feita por preço aviltante.

Na mesma, continua a dizer Costa Neves — «5.ª Havendo, como se sabia, no Castelo desta Vila uma Capela e dum lado e doutra uma pequena morada de casas, a ambição do roubo foi acometido pelo desejo de ficar igualmente com casas, capela e se necessário fosse até com os santos que adornão; e mandão-se avaliar, cuja avaliação foi para Aveiro; mas como houvesse mudanças de Ministério e de Administrações ladras, nenhum êxito teve. Porem assim mesmo por ordem do Sr. José Joaquim foi mandada romper uma parede que se comunicava para um quarto das casas da Capela, e tomou posse clandestinamente dele, a título de que lhe pertencia...».

Seguem-se outras acusações que não interessam a este trabalho.

O Dr. Aguiar Cardoso, comentando os passos desta carta no citado jornal «Vila da Feira» (de 4 de Agosto de 1921), referindo-se ao mesmo marechal, disse: «E ocupava ainda o cargo (administrador geral do distrito) quando promoveu a venda de anexos do Castelo com o intuito de ele próprio os arrematar, como arrematou a vil preço, apossando-se ainda indevidamente da casa do capelão, cujos baixos eram a sacristia da capela, como ainda hoje se pode ver.

O signatário da carta publicada refere desassombradamente que ele rompera uma parede das casas que arrematara para se apossar dum quarto da casa do capelão, que não tinha entrado em arrematação. Esse fora o primeiro acto surripiente parcial; porque em breve se apossou do total, vindo a fazer-lhe um desgracioso segundo andar que em favor da estética, bem precisa de desaparecer».

Estas notícias dão-nos a certeza de que a capela, confinava pelo norte com casas que lhe estavam pegadas, estando, assim, ladeada por estas e pela chamada «casa do capelão», com a sacristia por baixo e que o andar sobreposto a esta casa, como se vê na fotografia que se publica, fora mandado construir pelo marechal, que veio a apossar-se de todo o edificio onde estava esta casa.

Na 2.ª carta, a 2 de Junho de 1840, o Neves esclarezce que «em meu poder existe uma avaliação da Quinta do Castelo, feita a 29 de Janeiro de 1836 nos termos seguintes... Terrado da Devesa 500\$000, terrado do lavradio junto ao Quintal do capelão 140\$000 (cujo

quintal o Capelão já não possui porque de tudo tomou conta o sr José Joaquim...: e hoje nada existe da Nação se não as Casas junto à Capela e Castelo — o mais, como já disse, ele arrematou».

Na avaliação, o que se reflectiu na arrematação, houve deficiente e confusa discriminação de confrontações, e até ausência delas, como aconteceu com as casas do «celeiro» que, como já disse, receberam para esclarecimento dos seus limites a simples indicação de que «por bem conhecidas se não confrontam», o que veio a favorecer a usurpação.

Virtumil, depois de argumentar que a venda fora ilegal por falta da designação dos limites legais das «novas desmembrações» conclui: «quando no caso dos Bens do Castelo concorre a gravidade de circunstâncias acessórias como a interceptação d'intradas e saídas pelo Postigo d'arco e o terreno ao Sul da Cidade, comunicação com o Pardieiro, excavação da Muralha e outros males resultantes desta falta d'essencial Requisito e observancia da lei que o exige necessária e indispensavelmente».

Acrescenta mais adiante — «16. Finalmente as obmissoes de Declarações requisitos sobretudo confinação e confrontação incluindo no Labradio o Quintal do Capelão por meio de equívoca expressão — junto a — sem ser avaloado».

Virtumil diz, ainda, comentando as confrontações dadas ao palácio dos condes, no aludido aviso de arrematação «...3.ª com dous pequenos terrenos a ellas adjunctos = Alcunhando terrenos naturais os artificiaes terraplenos terraços e c. das obras dos reparos e subterraneos do Recinto do Monumento... 7.º E Norte com casas da capela = A pequena Casa da capela ao Sul desta, incosta pelo Poente à Muralha do Forontespício ao Poente: mas já a parte da Casa que fica ao Norte da Capela bem como esta, dista da mesma Muralha do lado do Norte sobre cujo Reparo no angulo do encontro com o lado nascente se acha o Palacio; e quando confrontasse pelo Norte e a Muralha com os terrenos exteriores entre ela e a capela Casas do Inclino e Pardieiro».

Vê-se, assim, que o marechal podia alcançar a casa do capelão partindo de qualquer dos prédios arrematados: o palácio ou o celeiro.

Como já disse, o Dr. Aguiar Cardoso, interpretando as palavras de Virtumil, afirmou que este «refere desasombradamente que ele rompera uma parede das casas que arrematara para se apossar dum quarto da casa da Capela».

Penso que este ilustre comentador não interpretou bem o que o Neves referiu, pois ele limitou-se a dizer que o marechal mandou «romper uma parede que se comunicava para um quarto das casas da capela e tomou posse dela, a titulo que lhe pertencia».

Entendo que esta parede era a da própria casa violada, que nada tinha que ver com qualquer construção urbana pertencente ao usurpador.

Para a alcançar deve-se ter servido do quintal dessa casa do capelão, de que se apossara como já referi, ou partindo do palácio (através do «pequeno terreno», ou seja, o terrapleno que separava o palácio, da muralha), abrindo fenda na muralha do castelo, se porventura esta não estava desmoronada, ou alcançando a mesma muralha pelo prédio do celeiro.

Não interessa fazer melhor averiguação sobre este pormenor: basta saber que assim começou a abusiva ocupação da casa do capelão.

Esclareço que na matriz provisória da freguesia da Feira, do ano de 1854 e actualizada até 1859, que existe na Biblioteca Municipal da Feira, em nome de José Joaquim da Silva Pereira estão descritas sob número 14—3—«umas casas com sua quinta chamadas do Castelo, que se compoem de lavradio, mato e devesas».

Pelo que consta do contrato de compra e venda de 15 de Outubro de 1908, adiante referido, as casas aqui referidas devem ser as da quinta e a que ligava com a capela pelo lado norte.

Quando a Câmara Municipal adquiriu em 1939 os terrenos que envolviam o castelo foi derrubado um muro que separava a quinta do Castelo, vedando-a, dum estreito carreiro que faceava a capela pelo norte e conduzia às traseiras da casa do capelão, como se pode ver numa fotografia que se publica, tirada na ocasião daquela demolição.

Nas traseiras desta casa, onde reside o guarda do Castelo, ainda há vestígios de um antigo portal, situado no local onde estão praticados o fogão e a lareira da cozinha e, assim, afastada do sítio onde a casa topa com a muralha.

Cabe agora lembrar o que está exarado na acta da Câmara Municipal da Feira, de 25 de Janeiro de 1843: «foi presente outro officio do mesmo Governo Civil com data de 12 do corrente remetendo por copia a Portaria do Ministério do Reino deste mez, pela qual sua Magestade a Rainha foi servida mandar-lhe declarar que pelo Ministério da Fazenda se expediram as ordens necessárias para ser cometida à Junta da Parochia desta vila a Conservação e guarda da Capela



Demolição do muro que faceava, pelo norte, o carreiro junto à capela e de outras construções quando, em 1939, se deu início ao arruamento envolvente do Castelo.

de Santa Luzia do Castelo, casa contígua. Deliberando sobre o mesmo assunto assentaram unanimemente que visto a duvida que neste acto ofereceu o administrador deste concelho em dar posse a mesma junta da referida Capela e casa contígua se dirigisse a Sua Magestade a Rainha uma respeitosa Representação pela via competente, a favor da mesma Augusta Senhora de designar resolver sobre a mesma duvida».

Sente-se, aqui, a influência do marechal que, havia pouco tempo, completara um longo exercício como deputado (1834 a 1842), o que repetiu uns anos depois (1851 a 1856), denunciando o seu poderio político, à sombra do prestígio de seu irmão — o conde das Antas.

Em 1843, era administrador do concelho José Correia Leite Barbosa (Janeiro de 1842 a Maio de 1845) e presidente da Câmara Municipal o Dr. Francisco Corrêa de Pinho de Almeida e Lima (11 de Janeiro 1843-1844).

Aquele Leite Barbosa foi um político muito facioso, que muito se preocupava em satisfazer os interesses dos seus amigos, como sucedeu com a defesa de Bernardo José Correa de Sá, no litígio que este manteve com a Câmara Municipal da Feira, do qual resultou ele apropriar-se da água que alimentava o chafariz do claustro do Convento do Espírito Santo, desta vila.

A «dúvida» que ele levantou naquela sessão da Câmara Municipal deve estar relacionada com a posse que estava a ser exercida pelo marechal que lhe convinha não perturbar.

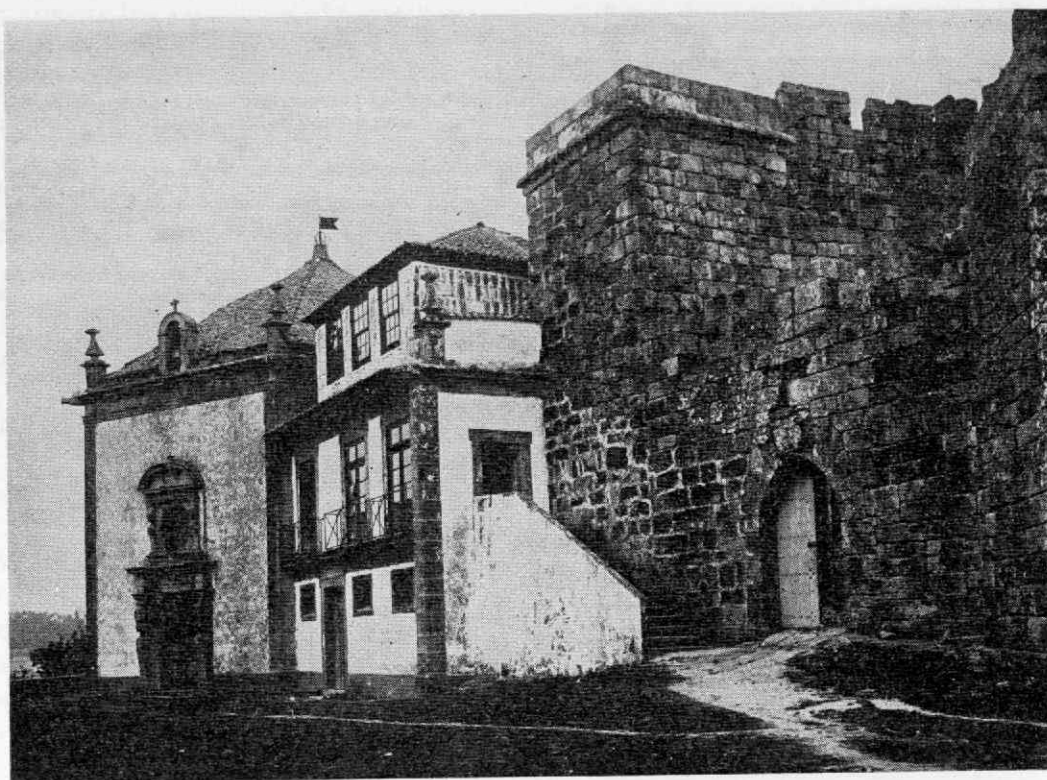
Encontrei outra notícia na acta da sessão da mesma Câmara, de 30 de Dezembro de 1843, que deve estar relacionada com aquela deliberação tomada em 25 de Janeiro.

Trata-se da autorização de «pagamento de 9410 rs, importe da compostura das portas da Capella do Castelo desta vila, mudança do **campanário do sino** (o sublinhado é meu) e mais despesas feitas na mesma».

Esta deliberação convence-me que o **bravo** marechal conseguiu dominar a situação perigosa para os seus interesses, provocada por aquela portaria, pois já se não fala em posse da capela e casa contígua por parte da Junta de paróquia, mas sim à da Câmara Municipal, apenas quanto à capela.

É de crer que a mudança do campanário se fizesse para possibilitar, ao marechal, a construção do andar sobre a casa do capelão, mas, por certo, foi muito desejada por ele para que desaparecesse **aquele imperitino testemunho da posse do Estado**.

Por isso, vá de o mudar para o domínio público



Capela de Nossa Senhora da Encarnação e casa do guarda com seu andar: campanário sobre a capela.

(capela) para que este e o particular ficassem bem diferenciados.

Mais tarde o campanário e sino voltaram para a cimeira da frontaria poente da casa do guarda, por cima da porta principal da sacristia, como era de uso, o que teve lugar depois de demolido aquele andar, quando se restituiu o prédio, neste particular, à sua antiga traça.

Não conheço qualquer outra deliberação da Câmara Municipal relativa à aludida portaria da Rainha.

É de supor que o marechal, tendo vencido a crise, com o patrocínio do administrador do concelho Leite Barbosa, tivesse conseguido, em Lisboa, que o respectivo processo baixasse ao túmulo de uma gaveta fechada.

Não há conhecimento de qualquer facto que convença que o marechal tenha adquirido legitimamente o prédio em causa e não resta qualquer dúvida que dele se apropriou, pois ocupou-o, administrou-o e usufruiu-o, assim como os seus descendentes.

Foram deste género as únicas **conquistas** que alcançou com o seu engenho militar.

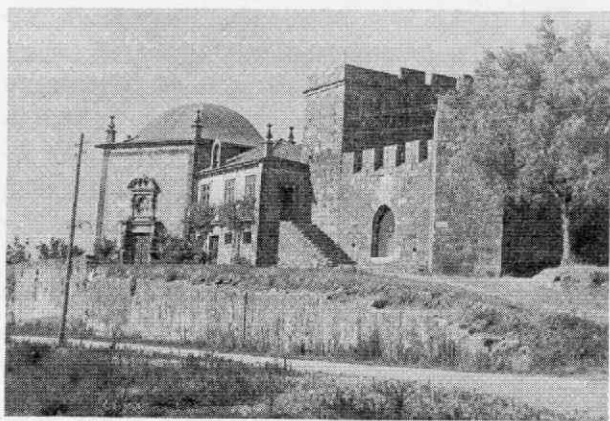
O referido conselheiro Francisco de Paula de Azevedo (Samodães), que foi ilustre professor da Universidade do Porto diz, na já citada «Memória»:

«Constou-me que este proprietário (o Dr. Francisco de Castro Matoso) considerava seu todo o terreno cingido pelas fortificações, excepto a torre de menagem e o caminho que a ele conduz. Um pequeno muro de construção recente que esta tapando a passagem por onde se subia ao adarve de oeste confirma esta informação. Contudo, é opinião minha que tal muro foi abusivamente construído».

É verdade, mas o povo sistematicamente derrubou essa vedação, até que o usurpador desistiu do seu intento.



Casa do guarda sem o andar e com o campanário: muro lateral à escada de acesso.



A casa do guarda já sem o muro que ladeava a sua escadaria de acesso — quando se iniciaram as obras de arranjo urbanístico, em 1939.

Nesta vila, ao tempo, era voz corrente que o conselheiro Matoso, quando falava, em Lisboa, do castelo da Feira, fazia-o de modo a querer convencer que ele era propriedade sua.

Lembro que este conselheiro Matoso era o genro do marechal.

Vejamos agora a sequência dos factos que culminaram pelo regresso da casa do capelão e sacristia ao domínio público.

Começou pela cedência a título precário, feita pelo conselheiro Matoso, desta casa, para habitação do guarda do castelo.

A propósito lembro o que o mencionado Francisco Neves escreveu no «Correio da Feira», número 328 de 20 de Janeiro de 1962, num artigo que intitulou «Recordando—O Castelo da Feira há meio século e as suas primeiras comissões de vigilância».

«A própria cedência da Casa do Capelão contígua ao Castelo, para residência de um guarda, deveu-se igualmente à iniciativa do Dr. Vaz Ferreira. Recordemos como foi obtida essa cedência: Tendo o conselheiro Fernando de Castro Matoso vindo a esta de visita às suas vastas propriedades, em meados de Setembro de 1905, o Dr. Vaz Ferreira teve por bem aproveitar a oportunidade para solicitar do neto do Marechal Silva Pereira, proprietário da referida casa, a cedência gratuita no que foi gentilmente atendido. Pouco depois, era a casa ocupada por um indivíduo de apelido Terra Seca, com a obrigação de exercer a permanente vigilância do monumento. Como era jornalista da Câmara Municipal, dificilmente podia cumprir a obrigação exigida, e assim o Castelo continuava ao

abandono». (Este conselheiro Fernando era filho do conselheiro Francisco Matoso).

Mais tarde, em Maio de 1910, a «Comissão de Vigilância», que se tinha constituído no ano anterior, passou a utilizar a casa do capelão para residência habitual do guarda do castelo como ainda hoje sucede, ficando a pagar renda.

Esta Comissão, em 1942, mandou tirar o emparedamento do portal de acesso da sacristia para a capela, como o Dr. Vaz Ferreira refere na mencionada descrição da capela, emparedamento que fora sinal evidente da diferenciação e limitação dos respectivos domínios.

O já mencionado conselheiro Dr. Fernando de Castro Matoso e sua mulher D. Alice Martins de Castro Matoso, por escritura de 15 de Outubro de 1908, lavrada no cartório do notário de Lisboa, Carlos Augusto Scola, venderam a João António de Andrade, a quinta do Castelo e a da Cerca (que pertenceram, respectivamente, à «Casa e Estado do Infantado» e ao «Convento do Espírito Santo», desta vila), formada, na sua parte urbana, por «uma casa sobradada com sacadas e uma outra em ruínas, do lado da capela do Castelo».

Esta casa em ruínas deve ser a que faceava a capela pelo norte.

Conclui-se, deste modo, que esta casa, legítima ou abusivamente, estava integrada na parte urbana da quinta do Castelo, seguindo a sorte desta no domínio da família do marechal.

Transmitida para o João António de Andrade pelo referido contrato de compra, operada por escritura de 15 de Outubro de 1908, foi demolida, por aquele, como consta da «Gazeta Feirense», de 18 de Março de 1909: «Vem agora o sr. Andrade de demolir a casa que ao lado norte existia contígua à Capela do Castelo, o que coloca esta vetusta ermida em maior realce sendo, porém, necessário que a junta da paróquia **que della esta na posse** (o sublinhado é meu) faça guarnecer e rebocar a parte agora desafrentada e isto a tempo, se possível for da, próxima festividade do dia 25 do corrente».

Por sua vez, por escritura que ainda não consegui ver, mas que deve ser de época aproximada à da aludida venda, ao António Andrade, de 15 de Outubro de 1908, o Conselheiro Fernando Matoso vendeu a este, a António Bernardo Coimbra e a Luís Cadilon, o palácio dos condes e o celeiro.

Segundo nos diz o Dr. Vaz Ferreira, em escrito adiante referido, o vendedor quis que a escritura se

fizesse em Lisboa, prontificando-se a pagar, a estes, as despesas de deslocação.

Como elas foram feitas pelo Andrade, o conselheiro cedeu-lhe, em compensação, a casa do capelão.

Sendo assim, é provável que não se tivesse feito a escritura da transmissão, ou que esta se tivesse operado por título particular.

Como o João de Andrade morresse em Junho de 1922, sem se concretizar o desejo da Comissão de adquirir a casa do guarda, deixando como seu único filho Benjamim Gama de Andrade, o Dr. Aguiar Cardoso intercedeu junto deste para consentir nessa transmissão, o que teve lugar em 12 de Novembro de 1927.

Não se fez documento, mas apenas um título de promessa de venda, por 2 000\$000 rs, quantia que foi paga: nele, Manuel Máximo de Aquino Ribeiro declarou, na qualidade de procurador do Benjamim Gama de Andrade, que havia ajustado com o Dr. António Augusto de Aguiar Cardoso a venda e por aquela quantia, do prédio das casas que o vendedor possuía «junto à capela do Castelo, para a Comissão do Castelo».

Para evitar repetições e melhor ordenamento da matéria, enquadro o fecho desta notícia, com o relato dos passos que levaram à integração da casa do guarda e da sacristia, no estudo, que vou iniciar, sobre a descrição da capela, casa e sacristia no cadastro do património nacional.

O palácio dos condes e o celeiro já não existem.

Aquele foi doado à Câmara Municipal da Feira para aí se alojar uma secção da Guarda Nacional Republicana (ocupação que nunca se efectivou) e mais tarde, foi demolido: este celeiro foi deitado abaixo, pelos seus proprietários, para desafrontar a praça de armas do castelo.

A capela de Nossa Senhora da Encarnação fez parte do património dos condes-donatários da Feira e depois de 1700 foi integrada, bem como os demais bens do condado, no do da «Casa e Estado do Infantado», passando ao da Fazenda Pública pela extinção desta Casa em 1834.

Foi, depois, administrada pela Câmara Municipal da Feira e em seguida, pela Junta de freguesia, até que essa administração foi atribuída à «Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira», a princípio em situação de facto, aliás autorizada e reconhecida oficialmente e depois titulada, como hoje se mantém.

Para constar, visto tratar-se de documento de interesse, passo a transcrever o seu texto.

«Auto de entrega: Aos dez dias de Fevereiro de mil novecentos e trinta e nove na secção de finanças do concelho da Feira compareceram perante o chefe da mesma secção Augusto Morais Neves, como representante e outorgante por parte da Repartição do Património, conforme o ofício n.º 802 de 7 de Fevereiro de 1939 do Director de Finanças do Distrito de Aveiro os Excelentíssimos Senhores Ângelo Tavares da Silva, capitão de engenharia, da Direcção dos Serviços das Obras e Propriedades Militares na Primeira Região Militar, outorgando como representante e por parte do Ministério da Guerra, como se mostra pelo ofício n.º 333 datado de 30-1-1939 e do doutor Henrique Vaz de Andrade Basto Ferreira, Presidente da Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira. E pelo primeiro outorgante foi dito: Que na qualidade que representa e autorizado pelo mencionado ofício n.º 802 faz a cessão, a título precário, nos termos do artigo 6.º e seguintes do decreto lei n.º 24 489 de 13 de Setembro de 1934, à Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira, do mesmo Castelo compreendendo todo o recinto das muralhas, barbacã, poterna, terraplenos, torre de menagem, cubelo do poço, caminho coberto, pátio da tração, tenalha, capoeira ou casamata e todas as demais pertenças do Castelo compreendidas dentro das muralhas e fora delas, a capela de Nossa Senhora da Encarnação e os terrenos ou terreno entre a mesma capela e entrada do Castelo e a estrada municipal, **para a dita comissão continuar a sua missão** (o sublinhado é meu), voltando à posse da entidade cedente, por simples despacho ministerial, se lhe for dada aplicação diversa daquela para que foi cedido. Que além das condições gerais constantes daquele diploma a cessão fica sujeita ao seguinte: a Comissão de vigilância fica com a incumbência de dar conta de tudo o que se passar digno de interesse para o antigo «Castelo da Feira», o que carecera de providências especiais, a esta secção de Finanças que por sua vez o comunicará à Direcção de Finanças do distrito. O Castelo está sendo restaurado pela Direcção dos Monumentos Nacionais. Pelo segundo outorgante foi dito que abria mão do aludido Castelo da Feira que até à presente data estava afecto ao Ministério da Guerra, que representa, como monumento nacional da arte militar, mas que passa para a posse da Repartição do Património por virtude de despacho ministerial de 18 de Janeiro do corrente ano. Apresentou o mesmo segundo outorgante a planta do Castelo da Feira de 5 de Maio de 1924 que fica junto a este auto. Finalmente pelo terceiro outorgante foi dito que, na qualidade de presidente da Comissão de Vigilância pela Guarda e

Conservação do Castelo da Feira, aceita, para esta, a cessão do mesmo Castelo, descrito neste auto, com as condições impostas, que em nome e representação da mesma Comissão se obriga a cumprir.

Nestes termos, o primeiro outorgante deu a entrega e cessão por operadas, sem mais formalidades. Foram testemunhas presentes Francisco Vicente da Costa Neves e Aníbal Alves Correia, que assinam com os outorgantes, depois de lhes ter sido lido este auto em voz alta na presença simultânea de todos, por mim Augusto Morais Neves que o escrevi e assino.

(Seguem-se as assinaturas.)

Em 10 de Fevereiro de 1939, o Dr. Vaz Ferreira, na mesma qualidade, enviou, por ofício, à Direcção-Geral da Fazenda Pública, uma exposição fazendo rectificações e lembrando actualizações a introduzir no tombo do Castelo como prédio n.º 1 da 1.ª Região Militar (com o carimbo da Repartição do Património número 962, L.º 41) e na já aludida planta, levantada pelo então tenente de engenharia José Fernandes de Carvalho, datada de Coimbra de 5 de Maio de 1924 (em resultado de obras feitas), peças que se encontram juntas aos mesmos autos.

Nesta exposição lembra, além do mais respeitante ao castelo, que «numa parte do Noroeste encosta à muralha e à Capela a casa do guarda adquirida em 1927 por esta C. de V. (Comissão de Vigilância)» e ainda que ela «não menciona na descrição, como pertença do monumento, a capela hexagonal de linda arquitectura na sua simplicidade e construída em 1656, com três altares: um de N.º S.ª da Encarnação (Senhora de Março) e dois da Sta Luzia tendo um a velha imagem que veio doutra capela que existiu mais para sul e deve ter ruído na primeira metade do século XVIII. Conserva-se ainda lá uma antiga imagem de Nossa Senhora que talvez seja a que o povo denomine Senhora do Castelo Velho».

Em 22 de Fevereiro de 1939, o Dr. Vaz Ferreira ainda na mesma qualidade, remeteu à dita Direcção-Geral, uma cópia da planta do castelo, com as alterações resultantes das demolições e restauros já então feitos (nos termos mencionados no dito ofício de 10 de Fevereiro de 1939), que ora se junta em fotografia, a fim de ser junta «ao p.º n.º 962, L.º 41 da Repartição do Património para assim ficar existindo no arquivo desse Ministério uma planta exacta do Monumento.

Em 31 de Dezembro de 1940 — ainda o Dr. Vaz Ferreira e naquela qualidade, mandou nova exposição à referida Direcção-Geral (para constar do registo do

castelo no respectivo cadastro dos bens do domínio público — como monumento nacional), que foi anotado no fim da primeira página 4119/4 pela Repartição do Património, como já disse.

Dela consta: descrição do Castelo, confrontações, esclarecimentos históricos, visitas régias e esclarecimentos arquitectónicos.

Quanto à capela, diz-se no mesmo cadastro: «Extra muros do Castelo existe uma Capela hexagonal reconstruída em 1656 pela condessa D. Joana. É pertença do Castelo. A casa anexa, presbitério e a antiga sacristia, estava talvez indevidamente, na posse de particulares e foi adquirida pela Comissão de Vigilância em 1927. Fora do Castelo há um terreno com a área de 600 metros quadrados que dá acesso ao monumento e é chamado vulgarmente feira de março».

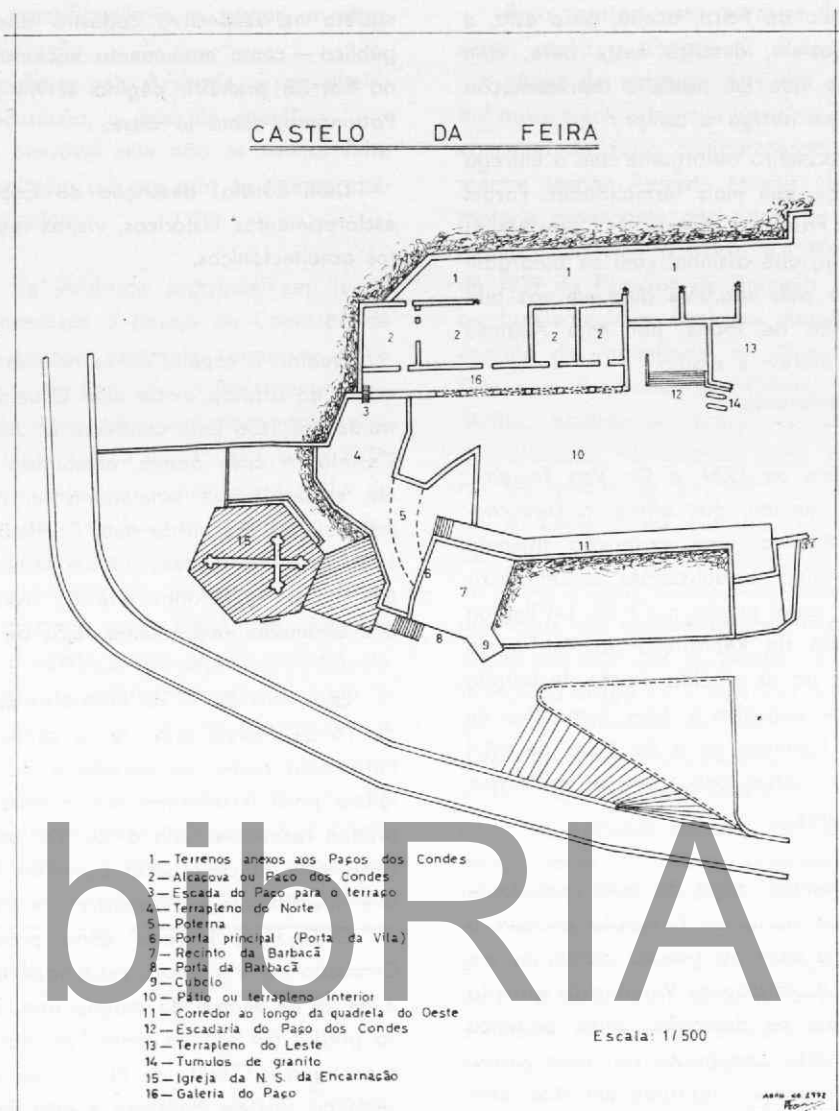
Em ofício de 11 de Fevereiro de 1942, repetido no de 14 de Março seguinte, o chefe da Repartição do Património pediu ao presidente da Comissão de Vigilância para o informar se «a casa inscrita na matriz predial respectiva, sob o n.º 170, anexa ao Castelo da Feira, está afectada a essa Comissão, visto não ser possível identificá-la no respectivo mapa do cadastro.

O Dr. Vaz Ferreira, como presidente da referida Comissão de Vigilância, respondeu a estes ofícios, com o de 25 de Março do mesmo ano, onde esclarece que «o prédio n.º 170 da matriz predial (casa do capelão) é contígua à Capela de Nossa Senhora da Encarnação, junto ao Castelo da Feira e está desde 1927 na posse desta Comissão de Vigilância. Já anteriormente servia e tem continuado a ser a casa do guarda do Castelo. O terreno entre essa casa e a muralha norte que constituía pertença dela foi em 1940 entregue à Câmara Municipal para a abertura da estrada envolvente do Castelo e isolamento deste, pertencendo agora a esta Comissão de Vigilância somente a casa».

Em 17 de Maio de 1943, foi expedido um ofício, em nome do Director Geral da Fazenda Pública, dirigido ao Presidente da mesma Comissão, tomando posição quanto ao direito à referida casa, nos termos seguintes: «Dos elementos de estudo reunidos por esta Direcção-Geral acerca da situação jurídica do prédio n.º 170 da matriz predial, registado a favor dessa Comissão e que está na posse da mesma desde 1909, resulta o seguinte:

a) Sendo essa Comissão uma entidade meramente administrativa, não deve possuir património próprio, de natureza imobiliária;

b) Assim parecem menos regulares os registos fei-



Planta (parcial) da capela e casa do guarda, levantada pelo tenente José Fernandes Carvalho, em 5 de Maio de 1924, com indicação das obras feitas posteriormente.

tos em nome da Comissão resultando d'aí a conveniência de proceder à sua alteração;

c) A solução mais simples no caso seria a incorporação do referido prédio no Património do Estado a que pertence, em boa doutrina e a imediata cessão nas condições habituais a essa Comissão, para o fim a que presentemente está aplicado. É de esclarecer que se trata duma simples aplicação de doutrina e que esta Direcção Geral tem por essa Comissão o apreço merecido pelos seus bons serviços e devoção cívica.»

Este officio motivou uma carta dirigida pelo Dr. Vaz Ferreira ao mesmo Director Geral em que resumiu a história da casa do capelão — «O caso é muito complicado. A casa do capelão, presbitério ou como melhor se lhe deva chamar, era uma dependência da capela reedificada em 1656.

Nos baixos é a sacristia e no andar superior, há porta para uma das tribunas da capela, de onde os condes ouviam a missa. Quando em 13 de Setembro de 1839 o futuro marechal José Joaquim da Silva Pereira, irmão do conde das Antas, arrematou os paços arruinados dos condes e uns celeiros existentes na praça de armas do Castelo, a lista 342 dos bens nacionais, à venda, dá a confrontação dos paços pelo «norte com casas da capela». Portanto estas não foram vendidas, mas o marechal «mandou romper uma parede que se comunicava para um quarto das casas da capela e tomou posse clandestinamente dele a título **que lhe pertencia**», como diz o secretário da administração desse tempo numa carta publicada. Ora, deste marechal, era filho o conselheiro Francisco Matoso de Castro Corte Real. Quando o filho deste vendeu a uns bairristas feirenses o paço e os celeiros, quis que fossem fazer

a escritura a Lisboa responsabilizando-se pelas despesas da viagem. O João António de Andrade que abonou essas despesas, recebeu em paga as casas da capela em 1914. Morrendo este Andrade, o filho vendeu-as à Comissão de Vigilância, mediante um simples recibo do preço em 1927. Não há títulos, não há registo. Mas em 18 de Outubro de 1911 a capela do Castelo foi arrolada pela Comissão Central da Execução da Lei da Separação. Parece-me que indevidamente; porque era uma capela já pertencente ao Estado, como anexa ou parte integrante do monumento nacional. Não virá um dia a Comissão de Separação querer apossar-se também da casa, como pertença da Capela? O bom seria arrancar mesmo a capela dessa Comissão visto que pertence directamente ao Património Nacional.

Quanto à casa pertencer ao Estado não creio que haja dúvidas. A Comissão de Vigilância está na posse dela, como está na posse da capela e do castelo, para guardar e conservar todo o monumento e todas as suas pertenças».

Sugere, em seguida, como solução: «Talvez simplesmente mandar declarar na matriz predial que o prédio n.º 170, bem como a capela, são pertenças do Castelo e propriedade do Estado (como tal a registar no livro competente do cadastro) na posse, para guarda e conservação, da Comissão de Vigilância».

Em resposta a esta carta, em 25 de Junho, de 1943, o chefe da Repartição do Património comunicou que se transmitiram «instruções à Direcção de Finanças de Aveiro, a fim de a Casa do Guarda e Capela anexa, junto do Castelo da Feira, serem inscritos como bens do Estado na Matriz Predial e descritos nos Mapas de Cadastro do Património do Estado, com dispensa de outras formalidades» visto os elementos fornecidos pelo Dr. Vaz Ferreira.

Em 28 de Junho a Direcção de Finanças de Aveiro informou o chefe da Secção de Finanças deste concelho da Feira que a Direcção Geral da Fazenda Pública concluiu, depois do estudo de diversos elementos constantes do processo existente naquela Direcção, que a «Casa do Guarda» e a capela anexa, junto do Castelo desta vila, se deviam considerar como propriedade do Estado, determinando, em consequência, que se procedesse «à inscrição dos referidos bens na matriz predial e à descrição dos mesmos nos Mapas de Cadastro do Património do Estado».

Em 2 de Julho seguinte, o chefe da Secção de Finanças, informou o seu director, de Aveiro, que «a casa do guarda está inscrita no artigo 170 da matriz predial urbana da Feira, como «casa de sobrado, sita

no Castelo, de construção antiga, superfície coberta 72 m², quintal-área 30 m², com o número de polícia 854».

A capela está descrita na mesma matriz no artigo 171, assim: «Capela de Santa Luzia, sita no Castelo, com a superfície coberta de 266 m².»

Ambas estão inscritas em nome do Estado.

Em 7 de Julho de 1943, o mesmo Director de Finanças de Aveiro ordenou, em repetição de uma ordem já anteriormente dada, que fosse incluída nos mapas de Cadastro do Património do Estado, a enviar em Janeiro seguinte, a «Casa do Guarda» e a capela anexa.

Em 12 deste mês o Dr. Vaz Ferreira, como presidente da Comissão de Vigilância, remeteu para constar do registo no livro do Património o estudo, que já transcrevi no início deste trabalho, sobre a capela, estudo que está anotado naquele registo na 1.ª página.

Presentemente (1972) o castelo, capela e casa do guarda, estão registados no livro modelo 26 — Próprios Nacionais — 2.ª parte, copiado do mapa n.º 1 do cadastro dos bens do domínio público de 30 de Julho de 1938.

«=25.º — Um castelo, construído todo a granito, denominado «Castelo da Feira» cuja notícia mais remota vem do século XI. É de tipo ogival constituído por uma torre de menagem quadrangular e flanqueado por cubelos terminados por coberturas de formas cónicas.

Esta torre é rodeada de terraplanos em variados níveis, limitados por espessas muralhas perfuradas de torneiras e seteiras em que predominam as cruciformes. Além disto possui galerias subterrâneas uma das quais vai dar à casa mata e outra ao pátio onde se abre a porta da traição; possui ainda um profundo poço que serve para dar luz através de oito janelas dispostas verticalmente e uma escada de caracol que mergulha no solo até ao fundo desse poço, ignorando-se ainda o intuito desta original construção.

Encontra-se ainda e dentro dessas muralhas as ruínas das alcáçovas que foi moradia dos Condes da Feira, das estirpes dos Pereiras, senhores das Terras de Santa Maria da Feira e seu castelo de jure e herdade.

Extra-muros do Castelo existe uma capela de certo merecimento arquitectónico e do tipo renascença encostada à fortificação e pertença sua, pois foi construída pela concedessa da Feira D. Joana Forjaz Pereira de Menezes, sua donatária, em 1656. Mas a casa da Capela que foi anexa e que comporta a sacristia, foi particular, hoje pertença do Castelo (deve-se intercalar por ter havido erro de cópia... **Fora do Castelo**) há um terreno

com a área de 600 metros o qual dá acesso ao mesmo. A parte do Castelo que se mantém apresenta-se em bom estado de conservação.

É considerado Monumento Nacional.»

Tem à margem — «Por despacho ministerial de 18 de Janeiro de 1939, e sob proposta da Direcção Geral da Fazenda Pública, autorizada a devolução à posse do Ministério das Finanças, o antigo prédio militar, denominado Castelo da Feira, sendo o auto de entrega lavrado em 10 de Fevereiro de 1939, ficando sob a administração da Comissão de Vigilância pela Guarda do Castelo. Ofício n.º 802 de 7 de Fevereiro de 1939 da Direcção de Finanças de Aveiro».

Na matriz urbana verificam-se as inscrições nos seguintes artigos:

171 — Capela de Santa Luzia, com a superfície de 266 m²;

172 — Castelo;

1065 — (antigo 170) — Casa de sobrado, habitação do guarda do Castelo, com três divisões, área coberta 80 m², a confinar do norte com a capela de St.ª Luzia, do sul e nascente com o Castelo e do poente com terreno público.

Fui informado que houve, em tempos, na Repartição de Finanças, um livro de cadastro do património nacional (livro 22, se não estou em erro) de onde constava a descrição do castelo e da capela.

Este livro desapareceu devido a um conluio entre um antigo proprietário da quinta do Castelo e um funcionário da mesma repartição, ambos já falecidos, de modo àquele subtrair-se ao encargo do pagamento de foros à Igreja de Fornos.

Foi organizado um outro livro com base numa informação prestada pelo Dr. Aguiar Cardoso, sendo remetida uma cópia para Aveiro. Quando, há anos, se venderam papéis da mesma repartição, julgados inúteis, o encarregado da sua apartação, por lapso, incluiu neles aquele livro 22, o que se verificou quando aqui se procedeu a uma inspecção de Finanças.

Ainda se tentou reavê-lo do industrial da fábrica de papel que o havia comprado, mas foi tarde: já estava triturado...

Tirou-se cópia do de Aveiro.

Não a encontrei no arquivo da Repartição de Finanças.

A actual descrição no cadastro dos «Próprios Nacionais» tem por base, como disse, a que serviu para preencher o mapa n.º 1 do cadastro dos bens do domínio público de 30 de Julho de 1938 que, embora

comporte situações de facto já muito ultrapassadas então, tal como existiram em vida do Dr. Aguiar Cardoso (como seja a referência às ruínas da alcáçova) encara outras posteriores à morte deste ilustre investigador (quando se diz que a «casa da capela, que foi anexa e que comporta a sacristia, foi particular, hoje pertença do Castelo»).

Isto torna evidente que o cadastro não corresponde ao que foi copiado do existente na Direcção de Finanças de Aveiro.

Nesta Direcção, o castelo e capela estão descritos no modelo 26, em livro cujo termo de abertura é datado de 2 de Abril de 1922, de modo muito sucinto: «n.º 25 — Um castelo construído a granito, denominado Castelo da Feira com sua esplanada e capela, sito no lugar do Castelo, freguesia e concelho de Vila da Feira».

Há um complemento à descrição, que se prevê ter sido feito em 1938 ou 1939, segundo a letra do funcionário que o escreveu: diz respeito, já com desenvolvimento, apenas ao castelo.

Entre os anos de 1940 a 1943 recebeu nova anotação em «observações», do seguinte teor: «O Castelo da Feira está descrito na matriz urbana da Feira sob o artigo n.º 172. Anexa ao «Castelo» está a «casa do guarda», que está inscrita na referida matriz sob o artigo 170 com a seguinte descrição: «Casa de sobrado, sita no Castelo, de construção antiga, com o número de polícia 854; tem de superfície coberta 72 m² e um quintal com a área de 30 m². Ainda anexa ao «Castelo» encontra-se a Capela, descrita na matriz em referência sob o artigo n.º 171 da seguinte maneira: «Capela de Santa Luzia, sita no Castelo, com a superfície coberta de 266 m²».

Assim e em conclusão:

a) A capela de Nossa Senhora da Encarnação é antiquíssima, de época anterior a 1514: no parecer do Dr. Vaz Ferreira, já devia existir no século XIV;

b) foi reedificada em 1656 pela condessa da Feira, D. Joana Forjaz Pereira de Menezes e Silva;

c) está ladeada, pelo sul, pela sacristia que tem um andar onde vive o guarda, casa que antigamente era conhecida pela «do capelão»;

d) houve, em tempos, outra casa que a ela estava ligada, para norte;

e) a capela e referidas casas pertenceram à Casa dos Condes da Feira e, depois da extinção desta, por

falecimento do Conde D. Fernando, passaram para a «Casa e Estado do Infantado»;

f) depois da implantação do regime liberal, pela extinção desta Casa, passaram para o Estado, mas o marechal de campo graduado José Joaquim da Silva Pereira, apossou-se, ilegitimamente, da casa do capelão e da sacristia;

g) Seu neto, o conselheiro Fernando de Castro Matoso transmitiu esta casa para João António de Andrade;

h) A casa para norte da capela foi incorporada na quinta do Castelo, que fora adquirida pelo marechal e foi vendida, por aquele conselheiro Fernando Castro Matoso, ao mesmo Andrade que a mandou demolir em 1909;

i) em 1927 o único filho deste, Benjamim Gama de Andrade, transmitiu a casa do capelão, ou da guarda, para a Comissão de Vigilância pela Guarda e Conservação do Castelo da Feira;

j) a capela, depois de extinta a «Casa e Estado do Infatado», em 1834, sempre se manteve como propriedade da Fazenda Nacional;

k) conheceu-se na sua administração, depois daquela Casa, a Câmara Municipal e a Junta de freguesia;

l) hoje, a capela, sacristia e casa do guarda, estão registadas no cadastro do Património do Estado: quanto a esta casa, isto só resultou depois de diversas diligências que tiveram o seu termo em 1943;

m) Presentemente, todos estes bens, assim como o castelo, estão entregues, oficialmente, à guarda e conservação daquela «Comissão de Vigilância».

*

A capela de N. Senhora da Encarnação sempre teve, na sua frente poente, um logradouro que se estendia para norte e sul abrangendo, na sua área o local onde esteve a ermida de Santa Luzia.

Por isso, quando se fez o referido tombo da «Casa e Estado do Infantado» ele foi incluído no descritivo do auto lavrado a 23 de Julho de 1753.

«O Rocio que fica fora das portas do Castelo que he onde se faz a feira de Março e principiando a medição da capela de Santa Luzia que esta no mesmo terreno direito ao norte pelo meio tem oitenta e seis varas e de largo na cabeceira do sul vinte e nove varas e do norte acaba em ponta aguda.

Ainda no corrente século nele se fazia, anualmente, uma feira em 25 de Março, que se chamava «de março» ou «da linhaça», com festividade na capela. Consta esta de missa solene a grande instrumental, com sermão e procissão que, com a imagem de Nossa Senhora da Encarnação e incorporação de Irmandades,

percorria todo aquele logradouro quando não ia até à capela de Nossa Senhora de Monserrate, na vizinha «Casa das Ribas».

Durante muitos anos, na noite de 25 de Março, havia espectáculo no teatro de D. Fernando II, desta vila.

Penso que as últimas vezes em que se realizaram foi nos anos de 1898 (com o drama «Anjo Maria» e a comédia «Audácia numa sala») e de 1901 (com as comédias «Um sujeito apressado» e «Capitão de lan- ceiros»).

Nestas récitas actuaram actores-amadores locais.

Antigamente, a festividade e a feira faziam-se com regularidade.

Na primeira década deste século ainda assim sucedia, senão em todos, ao menos em muitos anos.

Posteriormente tudo foi caindo em desuso: creio que a última vez que teve lugar, pelo menos quanto à festividade, foi em 1944.

Ficou na lembrança popular a que se realizou a 25 de Março de 1893, custeada pelos irmãos Henrique e Alexandre Brandão, sócios da antiga fábrica de conservas Brandão Gomes & C.^a, de Espinho, quando aquele ofereceu, à capela de Nossa Senhora da Encarnação, a velha imagem da Santa Luzia, que estava na antiga ermida deste nome (Arquivo do Distrito de Aveiro — Vol. VIII, fls. 5) e a de 1909, com a valiosa ajuda daquele Henrique Brandão.

Há a certeza de a procissão se ter alongado até à capela de Nossa Senhora de Monserrate em 1911 («Gazeta Feirense», número 123 de 27 de Março) e 1942 («Tradição», número 506 de 21 de Março, onde informou que a procissão já se não fazia há cerca de quarto de século).

Apesar de estas procissões se terem realizado durante muitos anos, com base em tradição que desconheço, nunca a imagem desta capela de Nossa Senhora de Monserrate tinha ido processionalmente à capela do Castelo.

Forém, em satisfação de um voto que fiz juntamente com minha mulher, ela teve lugar em 13 de Novembro de 1960, como em pormenor relatarei quando estudar aquela capela de N. Senhora de Monserrate.

A mais antiga referência àquela procissão, que se fazia em 25 de Março, encontrei-a a fls. 281 do já mencionado trabalho do P.^e Jorge de S. Paulo [Livro e memorial da fazenda deste convento (do Espírito Santo da Vila da Feira) ...]:

«No anno de 1660 ... no Castelo onde fizerão de novo a procissão pregou hum franciscano não quizerão os religiosos (os do convento) ir na procissão nem

quizerão que fosse o St.^o lenho e ouverão de aver des... mas atalhou-se a isso com levar o P. Vigr.^o a reliquia na procissão a tornar a trazer com authoridade e porq^a alegava a Snr^a Condeça q^a avia de ir reliquia e q^a não avia outra e q^a o parrocho da frega tinha obrigação de a haver e mostrar resão a que se satisfez mas ficando queixosa».

E ainda quanto à festividade, do livro de «Registos da Câmara Municipal» (1827-1834), a fls. 101, consta que foi determinado superiormente que esta «festividade de Nossa Senhora da Encarnação do Castelo da Vila da Feira continuasse a realizar-se no dia 25 de Março na forma do costume.)

Pelo mesmo registo ainda se sabe que Agostinho

de Santa Gertrudes e Sousa, capelão da «Real Capella de Nossa Senhora da Encarnação do Castelo da Villa da Feira», pediu a faculdade para poder transferir a festa que anualmente se celebra ali no dia vinte e cinco de Março para outro qualquer dia, em que não concorrão os embaraços que o suplicante representou.

Sua Magestade não foi servido conceder a pretendida mudança e manda que se observe a similhante respeito o que se acha estabelecido, o que participo a vossas mercês para sua inteligência e execução... Palácio de Queluz 12 de Setembro de 1831 — Conde de Basto.»

E assim se manteve.

Todos os anos se reza missa na capela, no dia de Santa Luzia — 13 de Dezembro.

bibRIA

v á r i a

O novo Internato Distrital de Aveiro, estabelecimento assistencial para rapazes, foi inaugurado no passado dia 12 de Novembro.

A sessão solene que precedeu a inauguração, realizou-se no Salão Nobre da Junta Distrital. Presidiu a Senhora Dr.^a D. Maria Teresa Lobo, ilustre Secretário de Estado da Saúde e Assistência. Ladearam aquele membro do Governo, entre outros, o Governador Civil, Director-Geral dos Serviços de Urbanização, Presidente da Junta Distrital e da Câmara Municipal de Aveiro, Presidente da Comissão Distrital da Acção Nacional Popular, Juiz Corregedor e Deputados.

Aberta a sessão usou da palavra o Sr. Eng.^o José Gamelas Júnior, Presidente da Junta Distrital, que proferiu brilhante discurso. Dada a importância de que o mesmo se reveste, constituindo documento de manifesto valor no historial de tão importante Obra de Assistência, transcreve-se integralmente.

«É honra para nós a visita de V. Ex.^a, Senhor Subsecretário de Estado da Assistência, a Aveiro e a esta Junta Distrital; honra que é orgulho e também responsabilidade, porque em consciência obrigados nos senti-

mos a corresponder, pelo menos de algum modo, à especial deferência com que nos distingue.

Eu penso que as coisas da vida se conduzem de forma a que a vida das coisas seja ou tenda para harmonia e equilíbrio. E se assim é, será exemplo que servirá de apoio ao conceito franciscano de que para receber é preciso dar.

E que poderemos nós oferecer a V. Ex.^a, pobrezinhos que somos? Pelo menos, duas coisas, à maneira ou com o sentido do «óbolo da viúva»: hospitalidade e apresentação de um empreendimento útil que lhe possa agradar.

Hospitalidade autêntica e franca, porque bem sentida. Bem desejaríamos que bem se sentisse, como se em casa sua estivesse, em ambiente de família e sem formalismos, em espírito de amizade, porque nos atrai e une o pensamento vivo e comum de solidariedade e de doação ao próximo.

Rodeiam-na aqui pessoas e entidades que desejam render-lhe preito de homenagem e manifestar-lhe a sua amizade. É o Dr. Vale Guimarães que, mesmo que não fosse Governador Civil nem o obrigasse a função pública, aqui estaria como ilustre aveirense, como primeiro aveirense no amor à terra que lhe foi



A Senhora Dr.^a D. Maria Teresa Lobo proferindo o seu brilhante discurso.



Inauguração do Internato Distrital de Aveiro.

berço, como anfitrião qualificado em quem, nós outros, encontramos sempre arguta visão de toda a problemática distrital, confiança serena na maréação da grande e complexa nau que lhe está entregue e forte arrimo nas horas menos boas ou más. Perdoe-nos V. Ex.^a este à vontade no dizer das coisas, que não significa elogio fácil, porque é antes a tradução da verdade em

linguagem clara e simples; é que com o Dr. Vale Guimarães sentimos que está tudo previsto e tudo corre bem, neste jeito e ambiente de liberdade, em que cada um é o que é e dá o que tem.

São os deputados, hoje autênticos representantes de todo o Distrito de Aveiro na Assembleia Nacional. Nesta hora de boas vindas, tem V. Ex.^a aqui homens do mais



Inauguração do Internato — Sessão solene.

alto valor, sobre cujos ombros cai a pesada responsabilidade de intérpretes fiéis do pensamento e sentido dinâmico de todo um povo que rejeita o estatismo, porque é retrogradação comprometedora, e deseja e se atira operosamente para a frente, a partir de medidas que revelam o afã de uma evolução que dê resposta às solicitações de uma vida económico-social cada vez mais exigente.

E não faltam as comissões Distrital e Concelhia da Acção Nacional Popular. A presença dos Drs. Fernando de Oliveira e Manuel Soares, Presidentes de uma e de outra, revela, para além do simples acto de cortesia que encerra, a preocupação que lhes merece o desenvolvimento do mecanismo da assistência, como ele-

Distrito de Aveiro, para quem os problemas da assistência estão na primeira linha das suas preocupações, e em relação às quais também a Junta Distrital, mantendo uma colaboração aberta, pretende melhorá-la pelo desenvolvimento do seu sector do fomento.

Vê ainda V. Ex.^a as autoridades civis e militares, numa atitude de encorajamento ao responsável de uma política que não pode admitir afrouxamentos que ponham em risco o equilíbrio social.

E conta com o povo aveirense, que arde em anseios de promoção, que acolhe de braços abertos todos quantos se debruçam dedicadamente e realizam obra útil à comunidade para uma vida melhor, que valha a pena ser vivida.



Lápide respeitante à inauguração do Internato.

mento motivador importante da justiça e tranquilidade social, indispensável a uma vivência cívica susceptível de preparar ou pré-anunciar coordenadas mais seguras de uma vida política evolutiva e atractiva das massas populacionais.

É também a Câmara Municipal de Aveiro, de quem temos recebido inestimável colaboração e ajuda, representada pelo seu ilustre Presidente, que rejubila e se engalaneia por ver hoje dentro dos seus muros concelhios, a representação do Governo num dos seus elementos mais distintos, arauto de novas concepções e novas perspectivas susceptíveis de uma objectivação do sector da assistência em termos mais realistas e dinâmicos.

E são também as restantes Câmaras Municipais do

Esta casa que modestamente a recebe, casa do Distrito de Aveiro que ao Distrito se estende em atribuições de fomento, de cultura e assistência, pretende ser uma célula de apoio à política de V. Ex.^a, Senhor Subsecretário de Estado da Assistência, em primeiro lugar por estar identificada com a orientação que nos trouxe e definiu aquando da sua recente visita a Aveiro, traduzida já em valioso estímulo através de uma comparticipação extra de 873 750\$00 e da ajuda significativa contida no acordo de cooperação; e também porque a própria pessoa de V. Ex.^a merece esse apoio, pela forma tão rasgada como definiu uma nova política de assistência, em que o sentido esmola foi completamente banido e em consequência considerado o carecido de amparo como pessoa humana.

Ainda merece o apoio de todos pelo propósito sempre manifestado de se não perder tempo, e, por essa via, recuperarmos muito tempo perdido. A Junta Distrital de Aveiro está pronta a colaborar na obra que se vai erguendo pelo país inteiro no domínio da assistência social, que tanto ficará a marcar a era de Marcelo Caetano.

E a propósito, na pessoa do Director-Geral dos Serviços de Urbanização, Senhor Eng.º Horácio de Moura, cuja presença agradecemos, também uma palavra de reconhecimento pela participação concedida à obra que se inaugura e valioso auxílio dispensado aos Serviços Técnicos de Fomento deste Corpo Administrativo.

Finalmente — os últimos são sempre os primeiros — tem V. Ex.ª aqui ao lado o Sr. Vigário Geral da Diocese, em representação do Bispo de Aveiro, Sr. D. Manuel de Almeida Trindade, figura que veneramos e consideramos com filial afecto: na bênção que vai lançar sobre todos nós, também a desejará distinguir como filha dilecta da comunidade a que hoje se associa.

Esta é a comitiva que em Aveiro presta justa homenagem a V. Ex.ª. Regozijo-me por supor que a hospitalidade está garantida, num ambiente de significativa representação, de caloroso afecto e de sincero espírito de amizade.

Todos agora estarão a pensar na realização, com valimento suficiente, que não desmereça dos propósitos que nos animam e valha ser apresentada à alta consideração de V. Ex.ª.

Pois será o Internato novo que vive hoje dia de gala, porque se inaugura. Sonho permanente de mandatos anteriores da Junta Distrital, teve a sua corporização na da presidência do Dr. Fernando de Oliveira.

Aí se erguem as suas paredes. Já acabadas e enquadradas em linhas geométricas, a sua alvura esconde hoje as preocupações, as dificuldades, os desânimos e a persistência que acompanharam a sua planificação e construção.

Eu penso que na resolução de grande parte das nossas coisas públicas, há frequentemente uma excessiva influência da tecnocracia. Não é que seja antagonista ao uso da técnica. Eu sou técnico, e, talvez por isso, permito-me justificadamente ter esta afirmação. A técnica é rectilínea nos seus conceitos algébricos, mas terá que amornar a sua frieza se quiser ser verdadeiramente útil ao homem que dela se serve, principalmente nos aspectos políticos e sociais.

Este Internato levou anos a projectar, até que se tivesse chegado à última concepção. Sempre à procura do último modelo e com adaptações sucessivas a ideias diferentes colhidas no estrangeiro, nem sempre ajustáveis às características lusitanas, sucederam-se os anteprojectos e perdeu-se tempo, que é tão precioso. Perda de tempo que não aproveitou a ninguém: nem à sociedade, que assim viu demorar o aparecimento de um edifício que lhe era útil; nem à Junta Distrital, que foi obrigada a dispendir na sua construção talvez o dobro do que estava previsto; nem ao próprio Governo



A Senhora Dr.ª D. Maria Teresa Lobo abraça o «maioral» do Internato, Feliciano Neves.

que foi arrastado para participações mais vultuosas.

E nem por isso, nem por se ter demorado, se conseguiu uma solução isenta de defeitos; para além dos erros que saltam à vista a quem o visita, com frequência outros surgem agora, de natureza funcional, que oneram a sua administração e prejudicam inclusive a missão educacional. É cedo para termos indicadores de gestão, mas permitimo-nos prever, com a experiência obtida no mês de Outubro, que as despesas aumentarão de $\frac{1}{3}$, o que equivale a dizer que teremos uns encargos mensais da ordem dos 130 a 140 contos.

Daquele condicionalismo haveria de resultar todo um ambiente de dúvida que durou anos, em razão

e aí está agora o edifício pronto para exercer a sua função. Os erros e deficiências existentes não chegam para anular ou ofuscar o seu real e inequívoco valimento: é instrumento precioso que rasga as brumas de um passado medieval e se projecta à luz do sol para uma vida moderna, onde a dignidade, o respeito pelos valores humanos e cristãos e a liberdade responsável hão-de ser, e são já, vectores constantes na preparação dos homens de amanhã.

Vai hoje ser inaugurado o Internato desta Junta Distrital. Pois que o seja em boa hora.

Mas eu suponho que ainda posso oferecer mais alguma coisa a V. Ex.^a, que certamente lhe agradecerá: é o trabalho pedagógico em curso no Internato.



Internato — Refeitório

de um mar de complicações acompanhadas por ideias sucessivamente renovadas e de trabalhos em cadeia, estéreis em grande parte, que pôs inequivocamente à prova as qualidades de força de vontade e de persistência do mandato da presidência do Dr. Fernando de Oliveira. Merece aqui, por isso, uma palavra especial pelo que fez. Eu julgo que na vida dos homens, o que mais importa e o que poderá servir de padrão, são as obras que praticam. E este mandato realizou o seu objectivo, porque, para além do que soube aguentar apresenta agora uma obra bem patente a perpetuar uma ideia louvável e da maior utilidade social.

De qualquer modo, e isso é o que interessará, apareceram os alicerces, ergueram-se as paredes, compartimentou-se o espaço, deram-se condições de vida,

Primeiro que tudo, impunha-se definir sem tibieza o critério de educação a adoptar, o objectivo que nos haveria de motivar. Sem se fixar um destino, não se inicia a abertura de um caminho, nem mesmo de simples vereda.

Tinha-se, é certo, a percepção de que seria a «Obra da Rua», do Padre Américo, o modelo a seguir. Era, todavia, uma ideia apoiada apenas em aspectos de natureza geral, na base de um conhecimento livresco e num ou outro contacto esporádico com rapazes ali educados. Tornava-se indispensável, por isso, pormenorizar o assunto, ir ao essencial e escolher as formas de actuação adaptáveis ao nosso caso.

Para esse efeito, com a concordância, aliás, de V. Ex.^a, Senhor Subsecretário de Estado da Assistência,

em troca de impressões havida em Março último, quando pela primeira vez nos visitou, destacámos a encarregada geral do Internato para fazer pequenos estágios em diversos estabelecimentos similares. E foi a Paços de Sousa, e às casas filhas da «Obra da Rua» do Lar do Gaiato, no Porto, e Lar de S. Domingos, em Lamego; esteve nas oficinas de S. José, em Guimarães; na Casa Pia, em Lisboa, nas suas secções de Pina Manique e Nun'Álvares; nas Aldeias S. O. S. em Sintra; e em dois Lares da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, mais propriamente em Carcavelos e Campo de Ourique.

Colhidos e apreciados os elementos de vivência destas diversas fontes, concluímos que, na verdade, todos os estabelecimentos visitados haviam bebido o essencial na mesma origem: a «Obra da Rua» do Padre Américo. Era evidente que só nos restava juntarmo-nos a eles: agora, porém, com mais conhecimento do assunto.

Sabíamos já o que queríamos, sabíamos já para onde ir com segurança. E desde Maio último entrou-se afoita e progressivamente naquilo a que bem posso chamar reforma do Internato.

Muito se fez nestes cinco meses, Santo Deus!... Mas muitíssimo ainda falta fazer! E é tarefa que nunca mais acaba.

Entendeu-se começar por atacar aspectos que designaremos de natureza física. E assim é que, em

seguimento do que já estava planeado no anterior mandato:

- a) Foi revisto o regime e dieta alimentar, de forma a torná-la mais eficiente à saúde e crescimento das crianças;
- b) se adoptou o critério destas intervirem na escolha do vestuário e calçado, dentro de índices que não ofendessem uma sã economia;
- c) se deixou que o corte do cabelo, embora sem exageros, fosse ao seu gosto, medida simples que se revelou da maior valia no psiquismo da comunidade;
- d) se fez uma inspecção médica quase total à saúde dos internados, que descobriu a agudeza de problemas sérios, traduzida em muitas radiografias tiradas e intervenções cirúrgicas, para já não falar de casos frequentes de anemia, avitaminose e debilidade física.

Não admirava que isto acontecesse, dada a miséria, física e moral, do meio donde a maioria destes rapazes veio.

Pensávamos que, preparado o rapaz dentro destes evangélicos princípios, mais receptivo se tornaria ao trabalho profundo de educação que se avizinhava. A experiência dar-nos-ia razão.

Tudo então se orientou no sentido de haver espírito de comunidade cada vez mais reforçado. A partir de reuniões sucessivas com os internados, lentamente vão-se despidindo da timidez e de complexos para intervirem efectivamente na resolução dos problemas da casa. É a participação activa e séria, fundamental para que ganhem confiança em si próprios e nos outros.

Confiar, confiar, confiar... e arriscar. É norma magnífica que estimula a tomada de responsabilidade, educa o rapaz como elemento humano e infunde dignidade.

E vieram as eleições, eleições livres e autênticas para a escolha dos diversos chefes de secção. Que consciência de valores e de justiça não revelaram aqui os rapazes! No dizer do Sr. Padre Carlos, sucessor do Padre Américo, aqui presente e a quem cumprimento com o maior respeito e amizade, uma sociedade assim formada, não podia estar perdida, e merecia, com satisfação, a nossa dedicação e os nossos cuidados. E veio a ocupação dos tempos livres por trabalhos adequados, que a ociosidade é mãe de todos os vícios. E vieram os tribunais, onde eles próprios se julgam e ditam sentença: tão ricos de conteúdo psíquico, que extraordinário valor têm no equilíbrio da vida comunitária! E veio a organização da limpeza do Internato, das saídas nocturnas, da vigilância aos mais pequenos, etc., tudo feito por eles. E apareceu toda uma estrutura



Visita às novas instalações do Internato.



O Sr. Governador Civil no uso da palavra.

virada ao ensino, também preocupação que já vinha de trás, a qual pensamos deva ser o primeiro objectivo, a primeira preocupação desta casa; e monta-se já um serviço que conduza ao controle e orientação do rapaz que trabalha com o respectivo patrão e ao conhecimento indispensável da vida do maior número possível dos agregados familiares de cada um.

Mais do que pelas palavras, V. Ex.^a poderá ver e analisar no próprio Internato o que ali se passa. É obra que não tem fim. Vive-se ali totalmente em regime de porta aberta, em que a liberdade é dom apreciado, sem que se negue a responsabilidade como fonte de equilíbrio. E o que é certo é que os casos de fugas desceram espectacularmente, quase vieram para o zero, o que para nós é indicador da maior valia.

Há quem não compreenda este estilo de vida. Respeitamos a opinião de toda a gente, mas também pedimos que aceitem os nossos propósitos e a nossa sinceridade quando afirmamos, sem menosprezo por qualquer outro método válido, que nos parece estarmos em bom caminho, porque é nossa convicção que este regime forja homens para amanhã de forma a integrarem-se no meio social com dignidade e sem complexos depressores.

Notam-se defeitos ou erros na vivência do dia a dia? Pois é evidente que existem e não se escondem. Há ali o homem ou o futuro homem com as suas imperfeições, e onde há o homem é utópico falar em perfeição absoluta. Diremos até que os erros são indispensáveis para servirem de experiência e a correcções,

que fundamentam uma evolução ascensional, que é sempre aspiração humana.

No fundo, toda esta orgânica se desenvolve no dia a dia através de uma auto-gestão educacional: é toda uma comunidade que aceita, por automatismo natural, os princípios morais e de convivência humana que servem de alicerce à nossa sociedade cristã e se controla e procura o equilíbrio de vivência a partir de factores correctivos que a própria vida lhe fornece.

A acção do educador tenderá então para uma orientação de equilíbrio, estimulando iniciativas, fazendo sobressair os casos que mereçam servir de exemplo, aproveitando com oportunidade os erros cometidos para sua discussão em comunidade e possível julgamento e para consequentes correcções. E por cima de tudo isto, é nota importante que tudo deve ser feito com amor, com muito amor.

A diferença, quanto a nós, a grande diferença que existe entre os métodos clássicos e este em curso, reside no facto daqueles se apoiarem numa orientação pedagógica e disciplinar dirigida de cima para baixo, enquanto que este se estrutura o mais possível no aproveitamento de tudo quanto venha de baixo para cima, devidamente ponderado e filtrado por educadores e educandos.

Apesar da desordem, que é aparente, que alguns espíritos mais exigentes em disciplina quererão fazer notar, por entenderem haver excesso de condescendência, afigura-se-nos estarmos a montar uma escola de homens e ser apropriada a legenda que já existe no

Internato: Pão, abrigo e amor para os homens de amanhã.

A doutrina ali hoje vivida deu escândalo e fez sofrer, sofrer muito a todos quantos, em época ainda recente, por ela se entusiasmarem e lutarem. E nem admira, porque buliu com o estatismo cómodo dos princípios ortodoxos; porque foi uma reforma pragmática, quase convulsiva, que fez vibrar as consciências e também estremecer as de muita gente socialmente responsável, que haviam moldado um Deus ao seu jeito, à sua imagem e semelhança.

Padre Américo, num dos seus últimos escritos, dizia ao seu Bispo que não tinha conhecido na vida o suor de sangue; mas sabia, isso sim, o que era o martírio em toda a sua plenitude.

Vai V. Ex.^a inaugurar o Internato novo da Junta Distrital de Aveiro e tem já conhecimento do que ali se está a fazer.

Não constituirá ele um elo, embora minúsculo, da cadeia incomensurável de iniciativas e de valores que interessam fomentar e desenvolver para a promoção da autêntica justiça social e cristã, a que os portugueses aspiram? Não é ele uma instituição que bem se enquadra no plano do Estado Social de Marcelo Caetano, que aqui respetosamente saúdo e presto a minha homenagem, como português que continua a ter nele confiança, confiança na sua inteligência esclarecida e na sua dedicação à causa pública para um Portugal mais digno e mais equitativo na distribuição das riquezas?

Eu suponho que sim, porque chega até nós, a reforçar esta ideia, a política rasgada e de vanguarda de V. Ex.^a, Senhor Subsecretário de Estado da Assistência, de quem esperamos o apoio indispensável que garanta a nossa missão.

Permita-me agora V. Ex.^a distinguir aqui o apoio estimulante que desde a primeira hora temos recebido do Sr. Padre Carlos, pela orientação que nos dispensou e dispensa através de frequentes contactos e por nos ter possibilitado a estadia em Paços de Sousa de levas de rapazes nossos, que assim melhor se vão climatizando com esta concepção de vida, ajudando depois à evolução da nossa casa. E também aos serviços de V. Ex.^a, na pessoa da Sr.^a D. Ana Maria Chichorro, pela abertura de diálogo, conselho amigo e apoio valioso que nos concedeu. Ela própria, pelo que viu no Internato já se entusiasmou pela nossa causa. Bem desejaríamos que este entusiasmo se pudesse estender a V. Ex.^a, porque dele bem necessitamos para a concretização do nosso objectivo.

E se me é lícito, julgamos também que este momento é o próprio para louvar a dedicação a esta obra de todos os serviços desta Junta Distrital: ao sector do Fomento, a cujo responsável, Eng.^o Basílio Tavares Lebre, eu agradeço o esforço, todo o esforço, competência e desejo de bem servir patenteados com persistência ao longo de anos; à secretaria, na pessoa do Sr. Alfredo José Rodrigues, seu digno e brioso chefe, sempre em permanente alerta na defesa dos interesses da Junta Distrital, sobre quem se apoiou todo o mecanismo e



O Sr. Presidente da Junta Distrital no uso da palavra.

vigilância administrativa; e, especialmente, à Senhora D. Maria Idalina Araújo da Silva, que, por uma doação total a esta causa, espírito de sacrifício que é justo assinalar, e competência provada, soube concretizar tão rapidamente, com o nosso apoio, toda a programação atrás exposta.

E uma última palavra de louvor e também de orgulho para os rapazes do Internato. Muitos deles eram tidos como irrecuperáveis e têm dado a satisfação de uma conduta humanamente digna, com um sentido de adaptação e espírito de colaboração notáveis. Na pessoa do maioral, Feliciano das Neves, eu saúdo e dou esta nota de muito regozijo aos rapazes do inter-

da célula familiar para sucessão das gerações. Mas mais ainda me faz lembrar a criança abandonada ou prematuramente desvinculada do convívio do pai ou da mãe, ou por infortúnio dos dois ou ainda cruelmente escoraçada como ser incómodo.

Tal como o grão de areia, este ser humano, tão cedo provado numa vida madrastra, encontra no Internato a força da fragilidade, que está, mais do que na união com os outros, no acordo livre de viver em comunidade, e na experiência vivida num mundo duro e adverso, que fez varrer sobre ele os ventos impiedosos da fome e da miséria e tantas vezes da incompreensão humana ou mesmo do desprezo.



O Sr. Presidente da Junta Distrital, com todos os funcionários da Junta.

nato. Atrevo-me mesmo a dizer que são eles os heróis mais destacados a apontar nesta reforma de mentalidades em curso.

Dizia um antigo filósofo chinês que as coisas moles e fracas davam mais garantia de vitória que as duras e poderosas. É o gosto dos paradoxos.

Enquanto a cana se verga à passagem do vento impalpável e furioso, a árvore altiva não resiste à tempestade ciclónica. A areia fina do mar, que escorre por entre os dedos da nossa mão, prolonga-se no tempo depois da morte da rocha altaneira e secular que lhe deu origem. A montanha bruta foi lentamente pulverizada, e um punhado de areia revela-nos a história de todo o universo.

Eu desejaria ver a criança nesta imagem: frágil como o grão de areia, que lentamente se desagregou

Que cada um seja o grão de areia de uma argamassa que sirva de alicerce a uma sociedade digna. Tenho dito.»

O Sr. Dr. Vale Guimarães foi o orador seguinte. Em apropriado improviso aludiu às carências do Distrito no campo da assistência, enumerou as consideráveis importâncias dispendidas pelo Estado através dos Ministérios das Obras Públicas e da Saúde e Assistência e preconizou a urgente cobertura no sector social e no capítulo da criança em toda a região do Furadouro até Esmoriz.

A finalizar, o primeiro Magistrado Administrativo do Distrito lembrou os Homens que ajudaram a erguer a importante Obra agora inaugurada, a quem teceu os maiores encômios e rendeu o mais vivo reconheci-

mento. Lembrou os Drs. António Rodrigues e Belchior Cardoso da Costa, respectivamente Presidente e Vice-Presidente no primeiro mandato; lembrou com profunda saudade o malogrado Dr. Aulácio Rodrigues de Almeida, Presidente no segundo mandato e, também, grande entusiasta da construção agora concretizada que, vitimado por brutal acidente de viação, continua retido no leito de dor; recordou os Vice-Presidentes Drs. Paulo Catarino e Humberto Leitão, este ilustre Aveirense que presidiu aos destinos da autarquia distrital por mais de dois anos; lembrou o Dr. Fernando de Oliveira, Presidente no terceiro mandato, também grande entusiasta na construção do Internato e, finalmente, o actual Presidente, Eng.º José Gamelas Júnior, a quem coube o grato ensejo de ultimar a desejada e necessária obra assistencial.

A encerrar a sessão, a Senhora Dr.ª D. Maria Teresa Lobo brindou a numerosa e distinta assistência com importante trabalho que constitui profunda análise ao sector social, principalmente no que respeita à criança, carecida de assistência.

«É a segunda vez que venho ao distrito de Aveiro. Tenho assim presente os grandes e graves problemas que assolam esta região em franco desenvolvimento.»

O Internato de Aveiro, como o de Arouca — disse — deveria ser piloto, servindo de espécie de campo de estágio e apoio para obras similares. O económico e o social constituem um binómio que não pode dissociar-se. É necessário desenvolver todos os homens e todo o homem. Nada substitui a família — acrescentou — mas nem sempre há família ou a família não está em posição de exercer o seu papel fundamental. Daí, a

necessidade de instituições como a de Aveiro, que Aveiro deve considerar como sua. Nelas, a lei do amor. Para formar homens. Porque o homem tem uma grande profissão: a de ser homem. E ser homem é ser bom, responsável, generoso, patriota, ter fé, construir».

Encerrada a sessão teve lugar a inauguração. O Prelado da Diocese lançou a bênção ao novo Internato, dizendo que ela mais se dirigia às pessoas do que aos edifícios. E a seguir: «Se há lugar onde me sinto bem e onde a bênção de Deus tem pleno cabimento, é numa casa como esta». O Senhor D. Manuel de Almeida Trindade manifestou o seu contentamento por estar a dirigir aquela Obra Assistencial uma Senhora que é mãe e por a mesma Obra se orientar pelos métodos do Padre Américo.

Seguiu-se a visita às instalações. Ambiente acolhedor, mesmo familiar. O maioral, Feliciano Fernandes das Neves, disse uma palavra de saudação e de agradecimento à Subsecretária de Estado.

Vida nova no Internato novo. Que o Internato saiba e possa cumprir a pesada e grata missão que lhe pertence de modelar homens que saibam, em verdade, exercer a grande profissão: a de ser homens.

ANTIGOS MEMBROS DA JUNTA DISTRITAL

Por louvável e oportuno convite do actual Presidente da Junta Distrital, Eng.º José Gamelas Júnior, antes da inauguração oficial, os antigos Membros da Junta



Antigos membros da Junta Distrital na visita realizada ao novo Internato por amável convite do actual presidente.

Distrital visitaram as novas instalações do Internato.

Estiveram presentes o Dr. António Rodrigues, primeiro presidente da Junta Distrital de Aveiro e os Vogais no mesmo mandato, Dr. Manuel Soares e Pedro Grangeon Ribeiro Lopes.

Vimos, também, os Drs. Humberto Leitão e Paulo Catarino, Vice-Presidentes no segundo mandato, Drs. Joaquim de Sousa Rios, Francisco Lourenço da Costa e Eng.ºs Alberto Branco Lopes e António Manuel Pascoal, vogais no segundo mandato e, ainda, o Sr. Dr. Fernando de Oliveira, Presidente da Junta Distrital no terceiro mandato, Dr. Luís Carlos da Conceição e Eng.º Paulo Seabra, Vogais no mesmo mandato. Todos os ilustres visitantes foram recebidos pelo actual Presidente. Após demorada visita às instalações foi servido um beberete aos antigos membros da Junta Distrital, sendo de alegria o clima vivido pela concretização da obra por todos tão desejada e à qual todos deram o seu entusiasmo e o seu esforço.

Também por cativante convite do actual Presidente da Junta Distrital, todos os serventuários do Corpo Administrativo do Distrito, visitaram as novas instala-

ções do Internato. Após prolongada visita às instalações, o Sr. Presidente da Junta Distrital ofereceu um beberete aos funcionários. Foi da mais sã camaradagem o ambiente vivido pela já grande Família constituída pelos dirigentes e pessoal da Junta Distrital de Aveiro.

CONSELHO DO DISTRITO

No passado dia 5 de Dezembro teve lugar a sessão ordinária do Conselho do Distrito.

Foram aprovadas, por unanimidade, as bases do orçamento e o plano de actividade para o próximo ano. Entre os cometimentos que este importante documento insere, destaca-se a construção do Arquivo Distrital de Aveiro no terreno anexo à sede da Junta Distrital.

Dada a importância da obra que se pretende levar a cabo — presentemente o Arquivo Distrital funciona, a título precário, num anexo da Biblioteca Municipal —, espera-se, com o mais vivo interesse, que a mencionada construção tenha lugar no próximo ano.

bibRIA

bibRIA

NA CAPA:

1 — Ponte de S. João (Ria de Aveiro)

2 — Memorial de Santo António (Freguesia
de Santa Eulália, concelho de Arouca)

Sumário

	Página
★ Página Heráldica	3
★ Criação da Universidade de Aveiro	5
Pelo Dr. Orlando de Oliveira	
★ A Colónia de Garças da Mata de S. Jacinto — Aveiro	10
Por Nuno Gomes Oliveira	
★ Antologia Aveirense — Padre Acúrsio Correia da Silva	16
★ Pangloss em Aveiro — Revista de Costumes Aveirenses	19
Pelos Drs. José Tavares e Álvaro Sampaio	
★ Primeira Feira Exposição Agro-Pecuária de Aveiro	39
★ Colóquio sobre as perspectivas de desenvolvimento económico-social da Zona Integrada do Vouga	45
★ Freguesia de S. Nicolau da Vila da Feira	63
Pelo Dr. Roberto Vaz de Oliveira	
★ Vária	101

Teatro Aveirense

Quarta-feira, 13 e Sábado, 16 de Fevereiro de 1924

A's 20 e 45 (às 8 e 45 minutos da noite)

RÉCITAS ACADÉMICAS EM BENEFÍCIO

DA

Caixa Escolar de José Estevão

A primeira e a segunda representação da revista em 1 prólogo, 3 actos e 5 quadros

PANGLOSS EM AVEIRO

Original dos Doutores José Tavares e Alvaro Sampaio e ornada de musica, parte original e parte adaptada pelo padre António Estevam.

Titulos dos quadros

1.º—*Recepção*; 2.º—*A's escuras*; 3.º—*No Largo dos Pacatos*; 4.º—*Jardim das Delicias*; 5.º—*Apoteose*.

Personagens

Dr. Pangloss	Henrique Mota	Sever do Vouga	António Faro
Zé, criado	Miguel Peres	Estudante	
Prologo		Policia	Gabriel Vieira
Tainha (Aveiro)	Alípio Antunes	Popular	
Dr. Deprecada		Bombeiro	
D. Electrica		Popular	Seabra Ferreira
D. Politica	Aurora C. de Almeida	Estudante	
D. Moda		Arouca	Maria Sequeira
Tricana Moderna		O. de Azemeis	Conceição Abrantes
Zéfa, criada		Estarreja	Laura Fontes
Máscara		Oliveira do Bairro	Laura Brito
Junta Autonoma	Maria do Ceu Cunha	Macieira de Cambra	Isabel Marcos
Tricana Antiga		Sopeirinha	
Maria		Albergaria-a-Velha	Jovita Carvalho
Alma Académica		Anadia	Lucinda do Carmo
1.º Fiscal do selo	França Martins	Sopeirinha	
Estudante		Mealhada	Maria Prazeres
Aveiro Sportivo	Carlos Coimbra	Vila da Feira	Maria Fontes
Dr. Sardinha		Agueda	Armanda Costa
Sabe Tudo		1.ª lampada electrica	Dagmar Rocha
Democrata		Mulher do povo	
Regionalismo	E. Casimiro	2.ª lampada	Noémia Rocha
Pescador		3.ª lampada	Maria Valente
Voz do Povo		Mulher do povo	Ovaldina da Rocha
Popular	Eduardo Cerqueira	4.ª lampada	
Pescador		Mulher do povo	Maria Atafde
Debate		5.ª lampada	Maria Corujo
2.ª bolista	José Sacchetti	6.ª lampada	Maria Matos
Popular		7.ª lampada	América Picado
Campeão		8.ª lampada	
D. Camaleão	Alexandre de Carvalho	Pescador	Adelino Platão Bastos
Comerciante		Estudante	
Manel		Popular	Alvaro Alves
Correio de Aveiro		Pescador	
Má lingua	Luiz Regala		Jaime Sucena
Pescador			Fausto Xavier
O de Aveiro	António Redondo		Manuel Santana
2.º Fiscal			Martinho Martins
1.º bolista	Humberto Giraldes		Raul Regala
Pescador			Sebastião Trancoso
Castelo de Paiva	Arlindo Vicente		
Popular			José Gois
Ovar	Antonio Brandão		Carlos Ribeiro
Ilhavo	J. Rigueira		Antonio Vicente
Espinho			
Dr. Bismuto	Casimiro Sacchetti		
Vagos			
Popular	Mário de Oliveira		

Ponto—José Lemos. Contra-regra—Beja de Souto.

O scenário do 2.º acto é do Snr. Licínio Pinto.

Caracterisações dos Snrs. José de Pinho e Simão Leal.

A orchestra é composta de vinte distintos executantes, sob a regência do Snr. P.º António Estevam.

PREÇOS

Camarotes de frente	35\$00
» » lado	30\$00
» » A	25\$00
Fauteuils	7\$00
Cadeiras	6\$00
Galerias numeradas	2\$50
» avulsas	2\$00

Para a primeira representação já não há camarotes, nem fauteuils, nem galerias.

Os bilhetes já marcados, ou a marcar, acham-se á venda na Tabacaria do Snr. Augusto Reis, aos Arcos.